

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Brasília, março de 2013.

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

**Unidades Agregadas:** Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG), Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Brasília, março de 2013.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica  
AEAR-Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios  
AEAPE Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes  
AEGSA Assessoria Especial em Gestão Socioambiental  
AERI Assessoria Especial de Relações Internacionais  
AID - Associação de Desenvolvimento Internacional  
ANA - Agência Nacional de Águas  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
APM - Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.  
BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CAP Conntry Assessment Paper  
CEPEL Centro de Pesquisas de Energia Elétrica  
CGU Controladoria-Geral da União  
CGP Comitê Gestor De Projeto  
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.  
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública  
COFIEEX - Comissão de Financiamento Externo  
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais  
CTI - Cooperação Técnica Internacional  
DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico  
DN - Decisão Normativa  
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral  
DOU - Diário Oficial da União  
DPL - Development Policies Loan  
EIA -. Estudo de Impacto Ambiental  
EPE Empresa de Pesquisa Energética  
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético  
FM Financial Management  
FPSO - Floating Production Storage and Offloading (Plataforma Flutuante de Produção e Estocagem)  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GM - Gabinete do Ministro  
GPAC - Grupos do PAC  
GTEC/COFIEEX - Grupo Técnico Executivo do COFIEEX  
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA - Lei de Orçamento Anual  
LpT - Programa Luz para Todos  
MEC – Ministério da Educação  
META Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura  
MPT Ministério Público do Trabalho  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
AEGSA - Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do MME  
OGM Orçamento de Gasto Maior ou Menor  
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico  
OSPF - Órgãos Setoriais de Programação Financeira  
PAD Project Appaiser Project

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PCT - Projeto de Cooperação Técnica  
PGFN Procuradoria Geral da Fazenda nacional  
PNUD/BRA 01-39 - Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético  
PNUD/BRA 99-011 - Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil  
POA - Plano Operativo Anual  
PPA - Plano Plurianual  
SBQC - Seleção Baseada na Qualidade Custo  
SE - Secretaria-Executiva  
SEAIN/MP - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas  
SECEX - Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União  
SECEX/DP Secretaria Executiva/Diretoria de Programa  
SEE - Secretaria de Energia Elétrica  
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno  
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno.  
SFD - Sistemas Fotovoltaicos Domiciliares  
SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral  
SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SICONV Sistema de Convênios do Governo Federal  
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal  
SISG - Sistema de Serviços Gerais  
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática  
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético  
SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.  
TAC - Termo de Ajuste de Conduta  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TTL Task Team Leader  
UGP - Unidade Gestora de Programas  
UHE - Usina Hidrelétrica  
UTE - Usina Termelétrica  
UTN – Usina Termonuclear  
VGP - Unidade Gestora de Programas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro.....	11
Figura 2: Organização do Setor de Mineração.....	14
Figura 3: Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.....	16
Figura 4: Visitas ao MME de representantes de empresa, de países e de órgãos internacionais. ....	41
Figura 5: Linha de transmissão Tucuruí/Macapá/Manaus, trecho rio Amazonas. ....	57

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de identificação da SE.....	8
Tabela 2: Estrutura de controles internos da AEGE/SE – (Quadro A.9.1).....	78
Tabela 3: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.10.1).....	95
Tabela 4: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 3149/2012 – Item 9.3.2.....	96
Tabela 5: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 3389/2012 – Item 9.2.....	96
Tabela 6: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 1389/2012 – Item 9.5.....	97
Tabela 7: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 2514/2012 – Item 9.4.....	97
Tabela 8: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 3492/2012 – Itens 9.4 e 9.5.....	98
Tabela 9: Datas Importantes do Projeto.....	105
Tabela 10: Valor do Empréstimo.....	106
Tabela 11: Resumo dos Projetos.....	106
Tabela 12: Orçamento por Linha de Gasto.....	108
Tabela 13: Orçamento por Linha de Gasto.....	108
Tabela 14: Categorias do META.....	109
Tabela 15: Componentes do META.....	109
Tabela 16: Repasses de Recursos Financeiros do MME para o IICA.....	114
Tabela 17: Tabela IX Matriz de Detalhamento das Atividades para 2012 – R\$.....	114
Tabela 18: Repasses de Recursos Financeiros do MME para o IICA.....	115
Tabela 19: Resumo do Plano de Aquisição do Projeto META para 2012/2015.....	115
Tabela 20: Plano de Aquisição do Projeto META Para 2012.....	116
Tabela 21: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira, por Exercício e por Objetivo Imediato.....	118
Tabela 22: Resumo Geral das Ações Previstas/ Realizadas em 2012.....	119
Tabela 23: Metas do Exercício 2012 para a Ação 13 E 4.....	119
Tabela 24: Macroprocessos e Atividades da Diretoria de Programa e Projetos.....	121
Tabela 25: Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Interno do Processo Gestão Técnica.....	123
Tabela 26: Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Interno do Processo da Gestão Financeira.....	125
Tabela 27: Linha Orçamentária - BRA 08/012.....	128
Tabela 28: Ações do BRA 08/012 – para 2012.....	129
Tabela 29: QUADRO A.2. 24: Discriminação da Despesa por Objetivos.....	129
Tabela 30: Orçamento Consolidado por Exercício.....	129
Tabela 31: Orçamento Consolidado por Objetivo Imediato.....	130
Tabela 32: ORÇAMENTO POR LINHA ORÇAMENTARIA DE 2012.....	130
Tabela 33: Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção.....	131
Tabela 34: Execução Orçamentária e Física.....	131
Tabela 35: Pedido de Saque.....	132
Tabela 36: Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos por Transferência.....	134
Tabela 37: Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos Exercícios.....	135
Tabela 38: Quadro de Colaboradores do META.....	136
Tabela 39: Contratação de Consultores na Modalidade de Produto.....	139

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1.1 IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>9</b>
<b>1.3 ORGANOGAMA FUNCIONAL</b> .....	<b>16</b>
<b>1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b> .....	<b>17</b>
<b>1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO</b> .....	<b>23</b>
<b>1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS</b> .....	<b>23</b>
<b>2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-EXECUTIVA</b> .....	<b>24</b>
<b>2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b> .....	<b>31</b>
<b>2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES</b> .....	<b>31</b>
<b>2.4 INDICADORES INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>2.5 AVALIAÇÕES SISTÊMICAS</b> .....	<b>52</b>
<b>3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA</b> .....	<b>78</b>
<b>3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS</b> .....	<b>78</b>
<b>4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b> .....	<b>80</b>
<b>4.1 RELAÇÃO DE PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL</b> .....	<b>80</b>
<b>5 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS</b> .....	<b>95</b>
<b>5.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO</b> .....	<b>95</b>
<b>5.1 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO</b> .....	<b>96</b>
<b>6 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b> .....	<b>99</b>
<b>6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b> .....	<b>99</b>
<b>7 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES –</b> .....	<b>100</b>
<b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU 119/2012</b> .....	<b>100</b>
<b>PARTE B, ITEM 16, ANEXO II DA DN TCU 119/2012 – DIRETORIA DE PROGRAMAS</b> .....	<b>100</b>
<b>PARTE B, ITEM 40, ANEXO II DA DN TCU 119/12 – CONTRATO DE GESTÃO ANEEL/MME</b> .....	<b>154</b>
<b>RELATÓRIOS AGREGADOS</b> .....	<b>186</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por finalidade relatar as práticas de gestão do Ministério de Minas e Energia – MME, no exercício de 2012, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral. Contempla informações identificadoras de cada uma das unidades que a compõem. Em seguida, são apresentados, de maneira extensa, dados e análises relativas aos resultados alcançados em seus principais Programas, Ações e Atividades, gestão orçamentária e financeira institucionais. São apresentadas, principalmente, as responsabilidades e competências das suas unidades, seus objetivos estratégicos, seus Macroprocessos, Planos de metas e a execução física das ações realizadas.

Foi elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, da Decisão Normativa nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da Norma de Execução nº 3, Anexo I da Portaria nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 da Controladoria Geral da União – CGU, que orientam e tratam dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas, e segue a estrutura determinada pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, que divulga os quadros para elaboração dos conteúdos gerais e no conjunto de orientações gerais publicadas pela CGU.

Este Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva agrega as informações sobre a gestão das seguintes Unidades: Gabinete do Ministro; Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AEGE); Assessoria Especial de Apoio ao Ministro; Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenhos Setoriais; Diretoria de Programa (em anexo); Assessoria Especial em Gestão Sócio Ambiental; Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes; Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE); Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG) e o da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA que, pelos termos do anexo I da DN nº 119/2010 do TCU, deverá apresentar também seu Relatório de forma independente.

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não se aplicam à Secretaria-Executiva (exclui-se aqui a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, em razão da exigência do TCU na apresentação do Relatório da SPOA de forma independente) são os seguintes:

Item 1.5 – Principais Macroprocessos de Apoio, os quais são de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME;

Item 3.1 – Estrutura de Governança; O MME não possui uma estrutura de governança com unidades de auditoria, comitês de avaliações, etc.

Item 3.3 – Remuneração Paga a Administradores, informação de responsabilidade das Empresas Estatais;

Itens 3.4 e 3.5 – Sistema de Correição (Sistema CGU-PAD) e Cumprimento pela Instância de Correição Port. Nº 1043/2007 da CGU, de responsabilidade da SPOA/MME;

Item 4.1 – Relação dos Programas do Plano Plurianual. A Secretaria-Executiva não tem sob sua responsabilidade Programas do PPA;

Item 4.2 – Execução Orçamentária e Financeira da Despesa. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 4.3 – Demonstração e Análise do Desempenho da Secretaria-Executiva na Execução Orçamentária e Financeira. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Itens 5.1, 5.2, 5.3 – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira. (Reconhecimento de passivos, Saldos de Restos a Pagar, Transferências mediante Convênios, etc. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 5.4 – Utilização de Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias e Cartões de Pagamento do Governo Federal;

Item 5.5 – Informações sobre Renúncia Tributária (Sistema REIDI) Essas informações devem ser expostas pelo Ministério da Fazenda;

Item 5.6 – Informações sobre Gestão de Precatórios. Não se aplicam aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo;

Item 6 – Gestão de Pessoas da Unidade;

Item 7 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;

Item 8 – Gestão da Tecnologia da Informação;

Item 9 – Gestão do Uso de Recursos Renováveis são também de responsabilidade da SPOA/MME.

Item 9.1 – Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na aquisição de Bens. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 10.2 – Tratamento às Recomendações realizadas pela unidade de Controle Interno, Essas informações não se aplicam aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo;

Itens 10.3 e 10.4 – Informações sobre o cumprimento das obrigações (Lei nº 8730/1993) e Declaração da área responsável, atestando que as informações sobre Convênios e Contratos estão atualizadas no SIASG e SICONV. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Itens 11.1 - Informações contábeis da depreciação, da amortização, etc.; e

Itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 – são de responsabilidade das unidades que não executaram sua contabilidade no SIAFI. Não se aplicam aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO

### Identificação de Relatório de Gestão Agregado

#### Secretaria-Executiva – SE

Tabela 1: Quadro de identificação da SE

Poder e Órgão de vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia		<b>Código SIORG:</b> 02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora		
<b>Denominação completa:</b> Secretaria-Executiva		
<b>Denominação abreviada:</b> SE		
<b>Código SIORG:</b> 03245	<b>Código na LOA:</b> 32101	<b>Código SIAFI:</b> 320011
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral		<b>Código CNAE:</b> 8411-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(061)2032-5211
<b>Endereço eletrônico:</b> secex@mme.gov.br		
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.mme.gov.br/se">http://www.mme.gov.br/se</a>		
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<b>A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:</b>		
I – geologia, recursos minerais e energéticos;		
II – aproveitamento da energia hidráulica;		
III – mineração e metalurgia; e		

IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e a estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>
Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, que aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas e as Competências das Secretarias do MME.
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>
Não se aplica

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

### **Responsabilidades Institucionais**

O Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, que é importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

As ações do MME buscam-se integradas com as de outros ministérios, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

### **ENERGIA: Setores de Energia Elétrica, de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis**

- **Conselho Nacional de Política Energética- CNPE**

Criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia. O Presidente do Conselho é o Ministro de Minas e Energia. O Secretário Executivo do MME, juntamente com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao MME, também participam desse Conselho.

As políticas e diretrizes de energia formuladas são destinadas a:

*I – promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com o disposto na legislação aplicável;*

*II – assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios, observado o disposto no parágrafo único do artigo 73 da Lei n.º 9.478, de 1997;*

*III – rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;*

*IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear;*

*V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seu derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o artigo 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.*

A composição desse Conselho está definida no Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

Sendo um órgão de representação interministerial das unidades federadas e da sociedade civil, existe, no âmbito do CNPE, uma harmonização das políticas públicas e das diretrizes para o setor de energia, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável.

- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE**

Como instrumento de acompanhamento e avaliação permanente, à continuidade e à segurança do suprimento eletroenergético em todo território nacional, o Ministro de Minas e Energia preside o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

O CMSE foi criado pela Lei nº 10.848 de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. O Comitê realiza reuniões com periodicidade mensal e, quando necessário, reuniões extraordinárias, contando com quatro representantes do MME e os titulares da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da Empresa de Pesquisas Energética – EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Suas principais atribuições regimentais são:

*I – acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados;*

*II – avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente às atividades referidas no inciso I deste artigo, em horizontes pré-determinados;*

*III – realizar periodicamente análise integrada de segurança de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica, de gás natural e petróleo e seus derivados;*

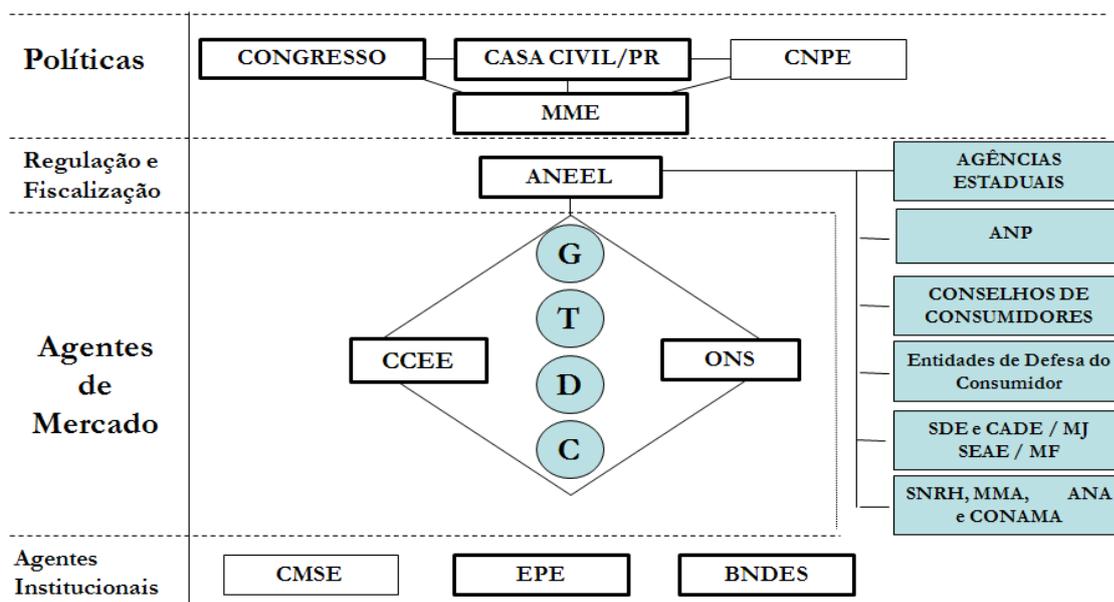
*IV – identificar dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial, institucional e outros que afetem, ou possam afetar, a regularidade e a segurança de abastecimento e atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados; e*

*V – elaborar propostas de ajustes, soluções e recomendações de ações preventivas ou saneadoras de situações observadas em decorrência da atividade indicada no inciso IV,*

*visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as, quando for o caso, ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.*

É importante mencionar que o Ministério de Minas e Energia interage também com diversas entidades setoriais, tais como a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e com Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A figura 1, a seguir, indica a estrutura dos órgãos e entidades envolvidas no planejamento estratégico do Setor Elétrico Brasileiro.



**LEGENDA**

- CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
- CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
- SDE – Secretaria de Direito Econômico
- CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico
- SNRH - Secretaria Nacional de Recursos Hídricos
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- ANA – Agência Nacional de Águas
- MF – Ministério da Fazenda
- ONS – Operador Nacional do Sistema



Figura 1: Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro

**Assuntos Relevantes do Setor de Energia Elétrica**

Neste tópico, antecipam-se assuntos relevantes do setor de Energia Elétrica, que serão objeto de maior detalhamento no escopo deste Relatório.

A redução das tarifas de energia elétrica de até 18% para os consumidores residenciais e de até 32% para as empresas, resultante da combinação de renovação das concessões, a partir de novos parâmetros de formação de preços e da redução de encargos incidentes sobre a conta de luz. A redução das tarifas de energia terá impactos em toda a economia, propiciando mais investimentos, redução do custo das mercadorias, melhoria de nossa participação no comércio internacional, criação de empregos, redução da inflação e crescimento do PIB.

No setor elétrico, entraram em operação 3.983 megawatts e 2.779 quilômetros de linha de transmissão. Essa contínua expansão da capacidade instalada de energia elétrica dá ao Brasil a segurança da oferta de energia necessária ao crescimento.

### **Setor Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis**

O MME atua no acompanhamento e monitoramento do setor de petróleo e gás natural e combustíveis renováveis interagindo com a Agência Reguladora - ANP, participando no processo de elaboração dos editais e contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A ANP implementa as rodadas de licitações para blocos exploratórios ou campos marginais de acordo com as diretrizes do CNPE, aprovadas pelo Presidente da República.

Com relação ao mercado de biodiesel no País, o MME estabelece as diretrizes específicas para realização dos leilões pela ANP, incluindo, entre outros, a data do leilão, o período de entrega e o volume a ser contratado. Para o monitoramento, o MME verifica, a partir dos dados encaminhados pela ANP, o desempenho do volume contratado e efetivamente entregue. Trata-se de um instrumento que avalia a política pública que determinou que todo o biodiesel para a mistura obrigatória fosse contratado mediante leilões públicos, utilizando matéria prima nacional, além da determinação que no mínimo 80% do biodiesel sejam contratados de empresas detentoras do selo combustível social.

Para o efetivo monitoramento do mercado de combustíveis, o MME elabora mensalmente boletins nas áreas de gás natural, derivados de petróleo e combustíveis renováveis. Essas informações são recebidas da ANP, Petrobras, Abegas, Única, Esalq, e do MAPA.

A partir da quebra do monopólio estatal, anteriormente exercido pela Petrobras, este Ministério de Minas e Energia se relaciona não só com a Petrobras, mas com todas as entidades representantes do setor.

### **Assuntos Relevantes do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis**

A produção de óleo e LGN no Brasil foi de 1,98 milhão de barris/dia e a produção total do Pré-Sal alcançou 246 mil de barris/dia, em 31 de dezembro. A produção de derivados de petróleo foi recorde, correspondendo a 1,997 milhão de barris/dia – 5% maior que em 2011.

Os investimentos realizados pela Petrobras corresponderam a R\$ 84 bilhões, 16% acima do realizado em 2011 (R\$ 72,5 bilhões), concentrados nas atividades de desenvolvimento da produção de petróleo e na construção de novas refinarias, especialmente Abreu e Lima e Comperj.

A construção das plataformas P-59 e P-60 foi concluída em 2012 e iniciada a construção das plataformas P-67 e P-74 e da primeira sonda de perfuração destinada à exploração do Pré-Sal. A plataforma Cidade de Anchieta iniciou a produção em 2012, com capacidade de produção de 100 mil barris por dia, equivalente a 5% da produção nacional, e destinada exclusivamente à produção da camada Pré-Sal do Parque das Baleias.

### **Setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**

Para cumprir a legislação mineral vigente e estabelecer as políticas para o setor, o MME conta com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, criada pelo Decreto 5.267/04, e com outras duas instituições vinculadas, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia reguladora da produção mineral, responsável pelas ações operacionais de outorga, fiscalização, arrecadação e fomento mineral e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM, o Serviço Geológico do Brasil, responsável pela produção e difusão do conhecimento geológico territorial nacional.

A SGM, que atua como formuladora das políticas de geologia, mineração e transformação mineral é a responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades desempenhadas pela autarquia, pela coordenação do processo de concessões de direitos minerais e pela supervisão do controle e da fiscalização da exploração e produção dos bens minerais.

O DNPM tem por finalidade promover a regulação das atividades de mineração, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, com vistas a dotar o país de vantagens comparativas e competitivas.

A CPRM, vinculada ao MME pela Lei nº 8.970 de 28 de dezembro de 1994, tem a função de gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Compete à SGM o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor mineral e para isso é imprescindível o conhecimento geológico do território brasileiro, o qual é realizado pela CPRM. Nesse sentido a SGM coordena e acompanha os estudos geológicos realizados pela CPRM, os quais compõem programas estratégicos do Governo.

A figura 2, a seguir, indica a organização do Setor de Mineração:



Figura 2: Organização do Setor de Mineração

### **Assuntos Relevantes do Setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**

Destaca-se nesse setor o constante investimento realizado de 2004 a 2012, da ordem de R\$ 510,4 milhões, os quais possibilitaram a execução de mapeamentos geológicos e avaliação dos recursos minerais de mais de 1 milhão e meio de quilômetros quadrados, o que corresponde a cerca de 20% da área continental, além de pesquisas na plataforma continental brasileira. A esses se somam levantamentos aerogeofísicos que totalizaram mais de 2,5 milhões km<sup>2</sup> de área recoberta, a um custo de mais de R\$ 217 milhões entre 2004 a 2012, análises geoquímicas em mais de 370 mil amostras de sedimentos de corrente, solo, água, rocha e minérios, bem como levantamentos de recursos hídricos.

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) vem ampliando e consolidando sua atuação em estudos do meio físico, com foco direcionado para as fragilidades e vulnerabilidades dos terrenos frente a desastres naturais. Os trabalhos de campo foram conduzidos principalmente para as áreas urbanas dos Municípios, buscando a identificação de indícios do desenvolvimento de processos de ruptura em encostas. Em 2012 atingiu a meta de 286 Municípios estando previstos outros 250 em 2013.

Destaca-se, tanto no Plano Nacional de Mineração (PNM-2030) como no PPA 2012 – 2015 e Plano Brasil Maior 2011-2014, a iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matéria-prima mineral, com ênfase nos minerais em que o País é dependente,

principalmente nas áreas de fertilizantes. Neste sentido foi instituído Grupo de Trabalho para a Normatização da Rochagem no Brasil.

### **Competência Institucional**

A Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia, tem as seguintes atribuições definidas pelo art. 4º do Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012:

*I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;*

*II - supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;*

*III - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos, de gestão de documentos de arquivos, de organização e inovação institucional, e as de serviços gerais;*

*IV - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar a elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, articulando-as com o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;*

*V - prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE;*

*VI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério;*

*VII - gerir as ações nos programas e projetos de cooperação técnica e financeira internacional; e*

*VIII - articular e integrar as ações de meio ambiente relacionadas com os empreendimentos da área de competência do Ministério.*

*Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional - SIORG e Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.*

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Apresenta-se abaixo o organograma atual do Ministério de Minas e Energia:

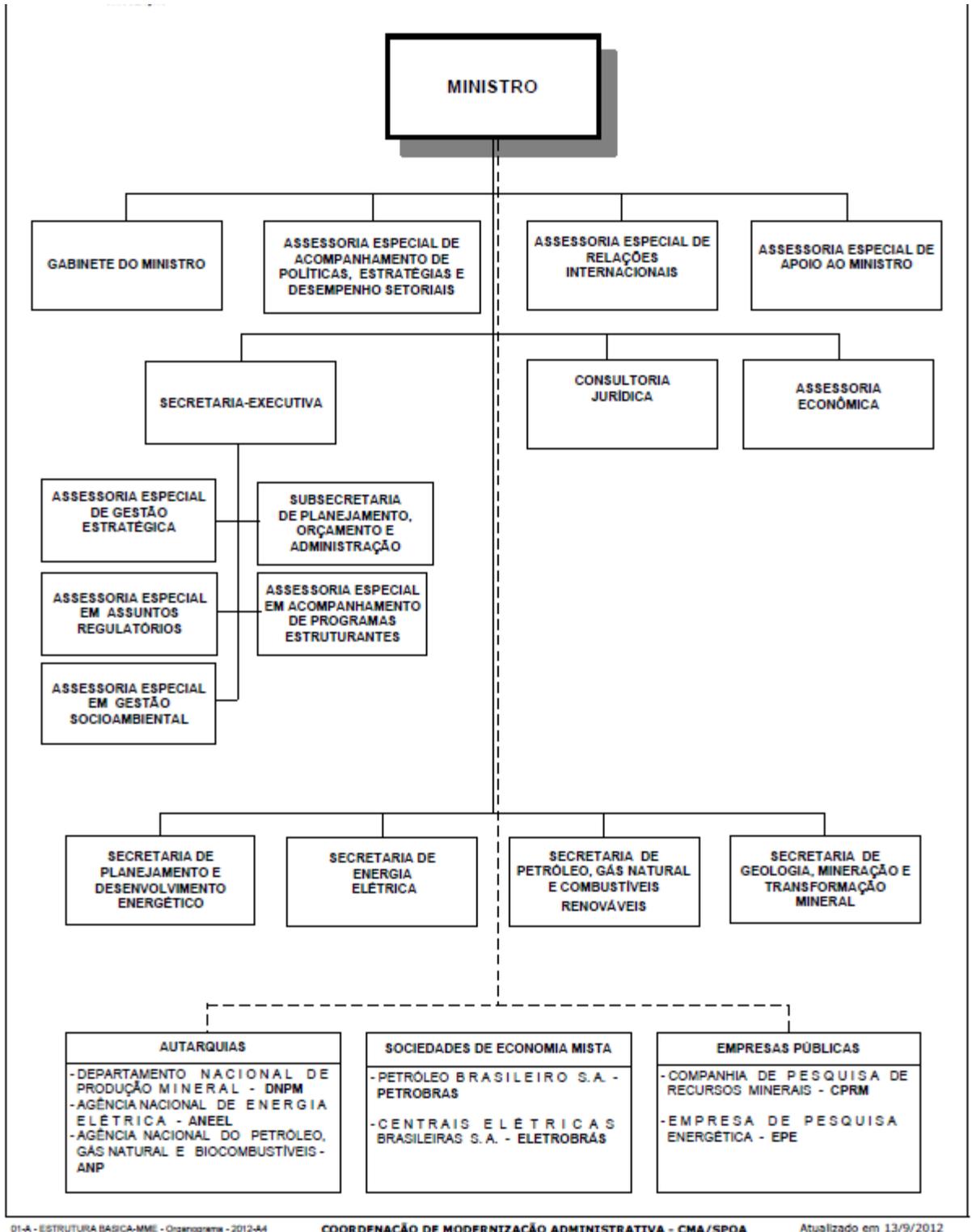


Figura 3: Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia

## 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Entende-se que macroprocessos são grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão. Os macroprocessos correspondem às funções da organização que devem estar alinhadas aos objetivos de suas unidades organizacionais.

Os macroprocessos da Secretaria-Executiva foram estabelecidos tendo em vista suas responsabilidades explicitadas nas competências institucionais, conforme Decreto nº 7.798/2012.

### Principais Macroprocessos da Secretaria-Executiva (AEGE/AEGSA/AEAPE)

São eles:

1. Macroprocesso de acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME; (responsabilidade da AEGE).
2. Macroprocesso de Monitoramento e Avaliação dos Programas Temáticos do PPA (responsabilidade da AEGE/MME).
3. Macroprocesso de Atualização e Revisão do PPA (responsabilidade da AEGE/MME).
4. Macroprocesso de monitoramento das Ações incluídas no PAC (responsabilidade da AEAPE).
5. Macroprocesso de monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental para os Empreendimentos do setor elétrico. (responsabilidade da AEGSA).
6. Macroprocesso do Contrato de Gestão celebrado entre a Aneel e MME.

### Descrição dos Macroprocessos

#### 1) Macroprocesso de acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME

Etapas:

- a) Mensalmente, as empresas estatais lançam os valores realizados de investimentos no sistema SIDORNET, com defasagem de 20 a 30 dias;
- b) O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST importa para o Sistema de Informações das Empresas Estatais - SIEST os valores referentes à execução orçamentária, cadastrados pelas empresas no SIDORNET;
- c) A AEGE elabora Relatórios de Acompanhamento dos Investimentos com base nos números do SIEST e informa aos representantes do MME nos Conselhos de Administração das empresas, ao Secretário-Executivo e ao Gabinete do Sr. Ministro. Os conselheiros, por sua vez, analisam e discutem o assunto nas Reuniões dos Conselhos das empresas;
- d) Havendo desvios do Programado, a AEGE aciona as *holdings* para justificativas e adoção de providências cabíveis, tais como: i) crédito adicional e/ou revisão do Programa de Despesas Globais – PDG, que são solicitadas pelas empresas ao Ministério Supervisor, que após análise e avaliação encaminha ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP;
- e) O DEST/MP, por sua vez, bimestralmente, publica Portaria divulgando a execução do orçamento das empresas;

Descrição sucinta do Desempenho Anual do Macroprocesso:

O MME acompanhou a execução orçamentária das Empresas Estatais, contudo, ao final de 2012, algumas empresas do Sistema Petrobras e Grupo Eletrobras ultrapassaram a dotação final aprovada para algumas de suas ações. Note-se que a Portaria DEST nº 01, a qual informa o realizado orçamentário do último bimestre, só foi publicada em 29 de janeiro de 2013, impossibilitando o monitoramento desse macroprocesso ao final do período.

## **2) Macroprocesso de Monitoramento dos Programas Temáticos do Plano Plurianual-PPA (responsabilidade da AEGE/MME)**

Este Macroprocesso é coordenado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos /MP de forma global e pelas Secretarias Executivas no âmbito dos Ministérios, conforme determinação da Lei nº 12593/2012 e Decreto Presidencial nº 7866/2012.

Suas principais fases periódicas são:

- Carregamento das informações relativas ao PPA 2012/2015 no SIOP- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, até uma data definida pela SPI/MP;
- Apuração dos indicadores correspondentes aos Programas Temáticos;
- Análise situacional dos objetivos de cada Programa;
- Averiguação do alcance das Metas declaradas no PPA;
- Análise situacional dos empreendimentos individualizados como iniciativas.

Descrição Sucinta do Desempenho Anual do Macroprocesso:

Em 2012 esse macroprocesso teve desempenho normal.

## **3) Macroprocesso de Atualização e Revisão do PPA (responsabilidade da AEGE/MME)**

Trata-se de atividade prevista no art. 21 da Lei nº 12.593/2012 e art. 11 do Decreto Presidencial nº 7.866/2012, atualização/revisão com previsão ao menos uma vez por ano e disponibilização dos resultados deste processo na *internet*, bem como informa-la à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional.

Dentre as atividades desse Macroprocesso, desenvolvido em conjunto entre a SPI e o MME, destaca-se:

- Comunicação formal da SPI aos órgãos setoriais envolvidos no processo de atualização/revisão;
- Período de discussão, validação e elaboração de Proposta final de ajuste dos parâmetros do Plano (área temática da SPI em conjunto com órgãos setoriais);
- Inserção dos dados de atualização/revisão do Plano no SIOP (áreas temáticas da SPI);
- Verificação final da consistência da programação e elaboração de projeto de Lei de Revisão: exposição de motivos, texto do PL e Anexos do Plano – (SPI);
- Envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional – (SPI).

Descrição Sucinta do Desempenho Anual do Macroprocesso:

Em 2012, não aconteceram revisões ou atualizações tendo em vista que o PPA atual teve seu primeiro exercício.

#### **4) Macroprocesso de Monitoramento das Ações incluídas no PAC (responsabilidade da AEAPE)**

Em 2010, o PAC teve a sua continuidade sob a denominação de PAC 2, com o mesmo propósito e finalidade que o primeiro. Hoje, em dezembro de 2012, estão inseridas no eixo energia 669 ações e no eixo social urbano 26 ações que estão sob o monitoramento e acompanhamento do MME.

O PAC 2 como um todo é coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Possui em sua estrutura, a Secretaria do PAC, que por intermédio do Departamento de Programa de Energia Elétrica faz a gestão das ações que estão sob o monitoramento do MME.

A coordenação do PAC, no âmbito do MME, é realizada por intermédio da Secretaria-Executiva, que juntamente com as demais Secretarias, acompanham o andamento das ações.

Cada empreendimento inserido no PAC 2 é coordenado por um agente executor, segue um cronograma estabelecido com definição do seu início e previsão de data de conclusão da atividade.

O planejamento envolve as atividades relacionadas à sua execução, que são acompanhadas por meio de relatórios com atualização das informações.

Mensalmente, são realizadas reuniões com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e outros órgãos convidados, para nivelamento de informações (sala de situação). Nessas reuniões são informadas as demandas e providências necessárias para o andamento das ações.

O PAC é acompanhado e supervisionado pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC, que coordenar ações necessárias à sua implementação. É integrado pelos titulares do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil da Presidência da República.

O Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, tem o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados.

O GEPAC e o CGPAC realizam reuniões a cada três meses para o balanço do Programa, ocasião em que a coordenação do MME e as Secretarias realizam as apresentações das ações.

A coordenação do MME tem a finalidade de assessorar o Secretário-Executivo quanto a metas de projetos integrantes do Programa, monitorar, registrar e avaliar o desempenho e resultados dos projetos integrantes do programa; articular-se, por orientação do Secretário-Executivo, com órgãos do Ministério, outros órgãos governamentais e demais instâncias competentes sobre questões relativas ao PAC; e manter sistema de informações gerenciais (WEBPAC) e demais programas setoriais de responsabilidade do Ministério.

##### **1. Fase de inclusão no PAC**

1.1 Ato legal: Registro ativo, Portaria Autorização, ou Concessão (Despacho ANEEL, ou Portaria MME ou Contrato de concessão)

1.2 Realização de reuniões mensais com os desenvolvedores dos estudos ou com as empresas responsáveis pela execução do empreendimento. (Secretarias do MME)

- 1.3 Consolidação das informações recebidas. (Secretarias do MME)
  - 1.4 Inclusão das informações no sistema WEBPAC (Secretarias do MME)
  - 1.5 Elaboração de apresentação para a sala de situação. Reunião prévia com o coordenador do PAC no MME. (Secretarias do MME e coordenação do PAC)
  - 1.6 Participação na reunião sala de situação. (Secretarias do MME e coordenação do PAC).
  - 1.7 Consolidação das informações recebidas pelos participantes na sala de situação. (Secretarias do MME)
2. Fase de reunião do GEPAC
    - 2.1 Elaboração de apresentação para a reunião do GEPAC. (Secretarias do MME e coordenação do PAC)
    - 2.2 Participação na reunião do GEPAC. (Secretarias do MME e coordenação do PAC)
3. Fase de reunião do CGPAC
    - 3.1 Elaboração de apresentação para reunião do CGPAC. (Coordenador Geral do PAC no MME)
    - 3.2 Participação na reunião do CGPAC. (Coordenador Geral do PAC no MME, Secretarias do MME e coordenação do PAC).

Descrição Sucinta do Desempenho Anual do Macroprocesso:

Em 2012 esse macroprocesso teve desempenho normal.

## **5) Macroprocesso de Monitoramento do Procedimento de Licenciamento Ambiental para os Empreendimentos do Setor Elétrico. (responsabilidade da AEGSA)**

A Secretaria-Executiva, por meio da Assessoria Especial de Gestão Socioambiental (AEGSA), promove a integração das ações de meio ambiente relacionadas com os empreendimentos afetos a cada secretaria do Ministério de Minas e Energia - MME. A missão do AEGSA é atuar na gestão socioambiental dos empreendimentos do setor energético, contribuindo para a participação do MME no desenvolvimento sustentável do País, promovendo articulações políticas e técnicas para equacionar possíveis dissonâncias entre a política do setor elétrico e as diretrizes da política ambiental.

O AEGSA, dentre outras competências, promove a gestão das questões socioambientais associadas a empreendimentos do setor energético concedidos e a licitar, subsidia o Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico - DMSE e a Coordenação Geral do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no monitoramento dos empreendimentos e a consultoria jurídica do MME. Vinculado a Secretaria-Executiva do MME, o AEGSA subsidia a elaboração, a articulação e a coordenação de políticas públicas, bem como a formulação de diretrizes de governo, para as questões socioambientais que envolvem a oferta de energia elétrica para a sociedade brasileira.

No monitoramento do processo de licenciamento ambiental é promovida a articulação com entidades públicas governamentais e setoriais necessária ao equacionamento questões surgidas. São elas: concessionários, empresas do setor elétrico, ministérios, órgãos ambientais e demais entidades no que tange as questões relativas ao patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental, tais como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Fundação Palmar.

## Etapas

### 1. Licenciamento prévio

- 1.1 Apresentação do Empreendimento.(Empreendedor ou agente interessado)
- 1.2 Definição dos Estudos Ambientais. (Órgão Ambiental).
- 1.3 Elaboração de Termo de Referência Específico para os estudos ambientais. (Empreendedor ou agente interessado e órgão ambiental)
- 1.4 Requerimento da Licença Prévia (LP) acompanhado dos estudos ambientais pertinentes. (Empreendedor ou agente interessado)
- 1.5 Análise dos Estudos Ambientais apresentados (Órgão ambiental).
  - 1.5.1 Emissão de Parecer Técnico quanto à viabilidade ou não do empreendimento.

### 2. Licenciamento de instalação

- 2.1 Cumprimento de Condicionantes da LP (Empreendedor).
- 2.2 Elaboração do estudo ambiental que subsidiará a emissão da licença de instalação (LI) e autorização de supressão de vegetação - ASV (Empreendedor).
- 2.3 Requerimento da LI acompanhado dos estudos ambientais pertinentes (Empreendedor).
- 2.4 Análise dos Estudos Ambientais apresentados (Órgão Ambiental).
  - 2.4.1 Emissão de Parecer Técnico quanto à instalação do empreendimento.

### 3. Licenciamento de operação

- 3.1 Cumprimento de Condicionantes da LI (Empreendedor).
- 3.2. Elaboração do relatório de atendimento às condicionantes da LI e ASV (Empreendedor).
- 3.3 Requerimento da LO acompanhado dos estudos ambientais pertinentes (Empreendedor).
- 3.4 Análise dos Estudos Ambientais apresentados (Órgão ambiental).
  - 3.4.1 Emissão do Parecer Técnico quanto à operação do empreendimento.

Descrição Sucinta do Desempenho Anual do Macroprocesso:

As restrições observadas nesse macroprocesso estão diretamente relacionadas às atividades executadas pelos agentes interessados, empreendedores e órgãos envolvidos. O não cumprimento das ações dentro dos prazos necessários, resulta em um maior esforço desta AESA no sentido de promover a gestão socioambiental dos empreendimentos e propor soluções. Para melhorar a eficiência no monitoramento do macroprocesso faz-se necessário maior incremento em recursos humanos.

## **6) Macroprocesso do Contrato de Gestão celebrado entre a Aneel e MME.**

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da Aneel é objeto de Contrato de Gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria da Aneel e o Poder Executivo e que esse Contrato é instrumento de controle de atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho.

## Etapas:

- 1 – Pactuação anual de objetivos e metas, entre o MME e a Aneel, pautadas nas orientações governamentais para a implementação das Políticas Públicas do Setor Elétrico (art. 7º da Lei nº 9.427/1996);
- 2 – Acompanhamento da execução das metas anuais, por meio de reuniões trimestrais de apuração de resultados;;
- 3 – Elaboração das atas de reunião;
- 4 – Envio para a Aneel para aprovação das atas;
- 5 – Avaliação da execução do Contrato de Gestão, por meio da análise, durante a 4ª reunião trimestral, do “Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão”, elaborado pela Aneel;
- 6 – Elaboração da Nota Técnica, pelo MME, que apresenta o Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação;
- 7 – Aprovação pelo Secretário-Executivo adjunto e do Secretário de Energia Elétrica, da Nota Técnica do item 4;
- 8 – Envio de ofício e original da Nota Técnica à Aneel para constar do Relatório de Gestão daquela Agência; e
- 9 – Anexação de cópia da Nota Técnica e do Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão ao Relatório de Gestão do MME, para posterior envio ao TCU.

## Descrição Sucinta do Desempenho Anual do Macroprocesso:

O desempenho desse macroprocesso está apresentado na Parte B, item 40, ao final deste Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

## Riscos e Consequências

A seguir apresentam-se os riscos e consequências inerentes ao não cumprimento dos prazos estabelecidos para a finalização de cada um desses macroprocessos:

<b>MACROPROCESSOS</b>	<b>RISCOS</b>	<b>CONSEQUENCIAS</b>
<b>1) Macroprocesso de acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME. (Grupos Petrobras e Eletrobras)</b>	Desinformação do Ministro de Estado; Extrapolação do orçamento das empresas estatais. Risco de imagem	Problemas legais para a Diretoria das Empresas; Possibilidade de descontinuidade de obras; Investimento. Constrangimento perante a Presidência da República.
<b>2) Macroprocesso de Monitoramento dos Programas Temáticos do Plano Plurianual-PPA (responsabilidades)</b>	Não cumprimento de prazos.	.Intempestividade ou impossibilidade de tomada de medidas corretivas, caso necessárias.

<b>da SPI/MP e AEGE/MME)</b>		
<b>3) Macroprocesso de Atualização e Revisão do PPA (responsabilidades da SPI/MP e AEGE/MME)</b>	Não cumprimento de prazo.	Impossibilidade de execução do orçamento no ano seguinte.
<b>4) Macroprocesso de Monitoramento das Ações incluídas no PAC (responsabilidade da AEAPE)</b>	Risco de Imagem.	Atraso no desenvolvimento do País. Constrangimento perante a PR.
<b>5) Macroprocesso de Monitoramento do Procedimento de Licenciamento Ambiental para os Empreendimentos do Setor Elétrico. (responsabilidade da AEGSA)</b>	O setor ter que arcar com obrigações do Governo (saúde, educação, etc). Comprometimento da demanda energética (não realização de leilões ou atraso na entrada de equipamentos)	Aumento de custo para o consumidor. Comprometimento do Planejamento do setor
<b>6) Macroprocesso do Contrato de Gestão celebrado entre a ANEEL e o MME (responsabilidade da AEGE/SEE)</b>	Risco de Imagem; Não cumprimento de disposição prevista na Lei nº 9427/1996	Constrangimento perante ao TCU e CGU.

Observação: note-se a dificuldade de se avaliar e quantificar os riscos no serviço público.

## 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os Macroprocessos de Apoio às atividades do MME são conduzidos pela SPOA, quais sejam:

Macroprocessos de Recursos Humanos, Logísticas, Gestão do Orçamento Fiscal, Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão de Documentos.

## 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Parceiros Internos: Secretarias Finalísticas e SPOA.

Parceiros Externos: Agências de Regulação (Autarquias Especiais), ANP e ANEEL, Autarquias (DNPM), Empresas Públicas (EPE e CPRM), Empresas de Economia Mista (Petrobras, Eletrobras e suas coligadas), e Ministérios (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda).

## **2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES**

### **2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-EXECUTIVA**

O Ministério de Minas e Energia – MME como coordenador do processo de planejamento setorial e em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, busca sempre ajustar-se aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões socioambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso à informação.

O planejamento de médio prazo no Executivo Federal tem sido estruturado, de uma maneira geral, visando o atendimento dos objetivos do governo, constantes do PPA e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), condizentes com os planejamentos setoriais definidos.

O Plano Plurianual – PPA, para o ciclo de 2012 a 2015, foi desenvolvido trazendo alterações significativas na estrutura adotada pelos últimos 03 planos plurianuais. O objetivo geral é o da busca por um caráter mais estratégico para o Plano, sendo que as categorias, a partir das quais o Plano se organiza, foram redefinidas.

A nova estrutura do Plano permite ainda comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta. É papel do Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

No PPA 2012-2015, o Programa Temático tem como foco organizar a agenda do governo pelos temas das Políticas Públicas e orientar a ação governamental, desdobrando-se em Objetivos e Iniciativas. Os objetivos expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas. As iniciativas, por sua vez, declaram as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras.

O PPA do período anterior (2008/2011) era baseado no binômio Programa /Ação, no qual o foco dos programas eram problemas ou demandas da sociedade.

O MME, por sua vez, não possui um sistema de Planejamento Estratégico estruturado (unificado), capaz de abarcar os diversos planos setoriais desenvolvidos em seu âmbito de atuação.

Essas diferenças de concepção no novo PPA somadas à necessidade de ser implantada no MME uma metodologia de medição e avaliação de desempenho (*Balanced Scorecard*, por exemplo) em consonância com a Decisão Normativa nº 119, de 18 de janeiro de 2012, estão a exigir um realinhamento do Planejamento deste Ministério.

Note-se que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entende como fundamental apoiar os demais Ministérios na busca por melhores práticas em gestão. Para isso contratou, em 2012,

empresa de Consultoria (Simnetics) para o desenvolvimento de estudo da “situação atual” sobre a Gestão da Estratégia, no âmbito de cada Ministério.

Sabe-se que os Ministérios estão em estágios diferentes em seus respectivos processos de execução e gestão dos planos traçados. Neste sentido, cada Ministério foi convidado a participar de um estudo para retratar a situação atual dos processos e gestão da estratégia.

No âmbito do MME, anteriormente a essa iniciativa do MP, já vem sendo desenvolvido um termo de referência para contratação de uma consultoria capaz de auxiliar o MME no desenvolvimento e implantação de uma estrutura de Planejamento Estratégico.

### **Iniciativas, tomadas pelo MME a partir do conhecimento da publicação da Decisão Normativa nº 119/2012 do TCU.**

Em fevereiro de 2012, o MME, por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, tomou conhecimento que o TCU havia publicado em 18 de janeiro de 2012 a DN TCU nº 119, a qual dispõe acerca das unidades jurisdicionadas que devem apresentar o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012, especificando a organização, forma, conteúdos e prazos.

O Conteúdo Geral da Parte A, apresentado na DN nº 119/2012 induz as unidades jurisdicionadas à utilização do Planejamento Estratégico, com Plano de Metas e de Ações.

Essa proposição, para o MME, se apresenta como uma novidade, tendo em vista que o Ministério não opera nos moldes de uma corporação no sentido estrito.

As secretarias do MME operam de forma setorializada, ou seja, cada Secretaria tem seus próprios controles e desenvolvem planejamentos de curto, médio e longo prazo, em suas áreas de energia e mineral, supervisionadas pela Secretaria-Executiva deste Ministério.

À exceção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE e da Secretaria de Energia Elétrica - SEE que planejam em consonância, as outras secretarias (Secretaria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - SPG e Secretaria de Geologia e Mineração e Transformação Mineral - SGM) desenvolvem trabalho de planejamento com alto grau de independência entre elas, tendo como instrumentos norteadores o PPA e o PAC, em razão das próprias diretrizes políticas, estruturas dos setores e natureza de suas atividades.

O MME entende que o Planejamento Estratégico, tem se apresentado como uma prática cada dia mais importante na administração pública, devido aos benefícios que a utilização dessa ferramenta oferece.

Dentre eles pode-se destacar a necessidade de adaptação à conjectura, visto que a velocidade das mudanças tem crescido especialmente nos setores econômico- social, tecnológico e político. Contribui também com a elevação da eficiência, eficácia e efetividade das ações, pois minimiza a complexidade das operações, aumenta a racionalidade das decisões, reduzindo os riscos e melhorando as possibilidades de alcançar os objetivos traçados.

A partir dessa orientação do TCU, o MME (Secretaria-Executiva/AEGE) passou a se empenhar na possibilidade de implantação de planejamento dessa natureza, objetivando suprir as Secretarias Finalísticas, Gabinete do Ministro, SPOA e Diretoria de Programas, com instrumentos básicos para a elaboração do Relatório de Gestão.

Assim a Secretaria-Executiva, junto com a Diretoria de Programas decidiu, inicialmente, desenvolver um completo e detalhado Termo de Referência para a contratação de Consultoria Especializada.

Os recursos deverão vir do Banco Mundial, órgão adequado para contratações dessa natureza e, como é sabido, envolvem negociações complexas que demandam longo tempo de maturação, o que inviabilizou, para o ano de 2012, o início do desenvolvimento e implantação de um sistema desse porte.

Essas dificuldades alertaram a Secretaria-Executiva e a área de Recursos Humanos do MME para a busca de uma solução suplementar capaz de iniciar uma difusão de conhecimentos relativos ao planejamento estratégico integrado, no âmbito do MME.

Por meio do Processo nº 48.000.001221/2012-73, de 19/07/2012, a Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH do MME contratou Consultora-instrutora Sra. Rossana Pavanelli, especialista em Planejamento Estratégico, com metodologia do *Balanced Scorecard* – BSB (Dispensa de Licitação nº 38/2012- DOU, de 03/08/2012).

O conteúdo programático do curso foi desenvolvido de forma a contemplar todos os itens contidos no Anexo II, Parte A da Decisão Normativa TCU nº 119 e a capacitação presencial foi realizada para 40 pessoas, escolhidas pelas respectivas chefias do MME, com carga horária prevista para 24 horas, distribuídas em 05 encontros presenciais.

O curso foi ministrado nos dias 10/08, 16/08, 24/08, 31/08, 11/09 e 14/09/2012, perfazendo às 24 horas anteriormente previstas.

O curso atendeu aos objetivos esperados quais foram, o de nivelar conceitos básicos sobre Planejamento Estratégico, de mostrar exemplos de mapas estratégicos de outras instituições, de apresentar a questão dos Indicadores, a metodologia de priorização de iniciativas estratégicas, em suma, de lançar no MME a “semente” do Planejamento Estratégico Integrado.

Note-se que esse curso foi uma ação de capacitação, de modo a instrumentalizar de forma básica alguns servidores do MME à metodologia do *Balance Scorecard* – BSC, porém, a implantação definitiva e a implementação de um planejamento dessa amplitude, requer um longo trabalho de base, levantamentos, elaboração de cenários e de diagnósticos, definição de objetivos, entrevistas, mudanças de cultura da instituição, desenvolvimento de mapas estratégicos, definições da missão, visão de futuro e valores da instituição, tudo isso desenvolvido e legitimado entre os diversos níveis de chefias do ministério, incluída aí a alta administração que, definitivamente, não seria possível em um curso de curta duração.

Além desse curso, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA contratou no período de 21 a 23 de agosto de 2012, com o professor Flávio Popinigis, um curso de elaboração de indicadores de desempenho operacional, também com duração de 24 horas. Nesse curso, além do pessoal da SPOA, foram convidadas algumas pessoas da Secretaria-Executiva e Finalísticas. O objetivo foi promover a capacitação de gestores em técnicas de elaboração, implantação e monitoramento de indicadores, visando a aplicação dos conhecimentos na avaliação de resultados de gestão organizacional e como apoio à tomada de decisões.

Esses dois cursos foram os introdutórios do tema Planejamento Estratégico Integrado no MME.

O Termo de Referência, anteriormente citado, será à base de sustentação para a contratação de Consultoria Especializada que, junto com as equipes técnicas do MME, irão desenvolver e implantar o Planejamento Estratégico. Espera-se que o novo planejamento seja capaz de unir em um único plano, o PPA, os planejamentos setoriais, o Sistema de Avaliação Institucional, o MME político e o MME Administrativo, explicitando de forma clara os processos e os meios necessários para se alcançar os melhores resultados para a sociedade. O escopo e a definição dos produtos a serem gerados (relatórios, informes, etc.) desse Termo de Referência estão sendo cuidadosamente desenvolvidos e, em razão da necessária confidencialidade a ser mantida antes da licitação, não podem ser expostos neste Relatório de Gestão.

Como já dito anteriormente, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão contratou empresa de Consultoria (Simnetics) para diagnóstico sobre Gestão Estratégica, no âmbito dos Ministérios. Este fato obriga o MME a rever sua posição quanto à iniciativa de elaboração do Termo de Referência para contratação de uma consultoria, e aguardar as conclusões desse estudo.

Pelo fato do Ministério de Minas e Energia não operar com Planejamento Estratégico Estruturado, as letras “a”, “b”, “c” e “d” do item 2.1 da Decisão Normativa TCU nº119/2012 ficam com respostas prejudicadas.

### **2.1.1 - Principais objetivos estratégicos traçados para a Secretaria-Executiva para o exercício de 2012**

Na carência de um Planejamento Estratégico Estruturado, os Objetivos Estratégicos específicos de cada UJ são as próprias competências institucionais, aprovadas nos Decretos nºs 5.267, de 09 de novembro de 2004 e 7.798, de 12 de setembro de 2012. Além dessa afirmação, cabe aqui lembrar que a administração pública é regida pelo princípio da legalidade, ou seja, só lhe é permitida fazer aquilo que a lei expressamente autoriza.

Sinteticamente, são essas as competências institucionais da Secretaria-Executiva:

- 1- Assessoramento ao Sr. Ministro na definição das diretrizes e implantação de políticas e ações do âmbito do MME;
- 2- Supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;
- 3- Coordenação, orientação, supervisão e consolidação da elaboração do Orçamento de Investimento e do Programa de Dispendios Globais das entidades vinculadas;
- 4- Prestação de assistência ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.
- 5- Gerir ações nos Programas e Projetos de cooperação técnica financeira internacional;
- 6- Articular e integrar ações de meio ambiente nos empreendimentos do âmbito do MME;

No que diz respeito ao MME, ao cumprir suas atribuições regimentais durante o exercício, buscou atingir os objetivos estratégicos definidos na elaboração do Plano Plurianual – PPA período 2012 – 2015.

Durante a elaboração da atual versão do PPA, o MME e suas entidades coligadas sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos- SPI/MP participaram de amplas discussões acerca dos objetivos setoriais e estratégicos relacionados aos Programas Temáticos representativos de suas atribuições constitucionais.

Os Programas Temáticos do PPA, do âmbito do, MME e seus respectivos objetivos estratégicos são os seguintes: Energia Elétrica; Combustíveis; Gestão de Risco e Resposta a Desastres; Gestão

Estratégica da Geologia da Mineração e da Transformação Mineral; Mar, Zona Costeira e Antártida; Petróleo e Gás.

### **Energia Elétrica**

Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz.

Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas as capitais brasileiras.

Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Universalizar o acesso à energia elétrica.

Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

### **Combustíveis**

Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

### **Gestão de Risco e Resposta a Desastres**

Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

### **Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral**

Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

### **Mar, Zona Costeira e Antártida**

Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

## **Petróleo e Gás**

Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados.

Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança.

Além desses objetivos estratégicos designados acima, o MME se orienta por objetivos estratégicos que visam à eficiência de sua gestão, quais sejam:

Buscar a:

- modernização do fluxo e do arquivamento de documentos do MME;
- manutenção e melhoria contínua das instalações físicas do MME;
- eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- capacitação e desenvolvimento do corpo técnico;
- atualização constante dos recursos de tecnologia da informação;
- aprimoramento do processo de avaliação individual e institucional.

### **2.1.2 - Principais ações planejadas para que a Secretaria-Executiva pudesse atingir, no exercício de 2012, os objetivos estratégicos estabelecidos.**

No âmbito da Secretaria-Executiva são rotineiramente realizadas reuniões com as Secretarias Finalísticas, Assessoria Especial em Gestão Socioambiental, Gabinete do Ministro e entidades vinculadas, buscando avaliar o atingimento de seus objetivos estratégicos e superar eventuais restrições. Além disso, também são realizadas reuniões de aferição da eficiência administrativa da gestão do Ministério com seus órgãos de assessoramento, Diretoria de Programas, e, em especial, com a Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração - SPOA.

## 2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### **Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos em 2012.**

Com o objetivo de minimizar riscos, o Ministério de Minas e Energia tem agido proativamente, realizando reuniões com órgãos da administração interna e externa ao MME, objetivando eliminar eventuais restrições para o atingimento dos objetivos. Para isso, utiliza alguns instrumentos nesse processo, quais sejam: Sistema de Informações Gerenciais – SIGE, Plano de Gestão, Sistema de Informações de Orçamento e Planejamento - SIOP entre outros.

A Secretaria-Executiva, por sua vez, realizou um levantamento dos riscos que podem afetar a realização de seus macroprocessos. (Verificar no capítulo dos Macroprocessos).

## 2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

### **A) Secretaria-Executiva**

As ações planejadas e os resultados alcançados ao final de 2012 são alvo de apresentação e análise dos relatórios agregados das secretarias finalísticas. À Secretaria-Executiva coube, principalmente, o equacionamento das concessões de Energia Elétrica vincendas, assunto amplamente divulgado na imprensa e que apresentou a seguinte situação:

### **Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica e redução dos encargos setoriais nas tarifas de energia elétrica - Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.**

No ano de 2008, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, determinou a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar estudos, propor condições e sugerir critérios destinados a subsidiar definições competentes acerca da situação futura das centrais de geração hidrelétricas, das instalações de transmissão que compõem a rede básica e das instalações de distribuição amortizadas ou depreciadas.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, foi integrado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No início de setembro de 2012, o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, apresentou à Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, proposta de Medida Provisória objetivando aperfeiçoar o marco institucional do Setor de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.848, de 2004, estabelecendo medidas para a captura dos benefícios decorrentes da amortização dos empreendimentos e instalações de energia elétrica, em consonância com o princípio da modicidade tarifária e a segurança energética, pilares do modelo implantado a partir de 2004, elaborado por uma equipe de técnicos coordenada pela, então, Ministra de Estado de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

A proposta de Medida Provisória foi submetida à Presidenta da República pela Exposição de Motivos Interministerial nº 37/ MME/MF/AGU, assinada pelo Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pelo Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Adams, e pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, em 11 de setembro de 2012, e seu regulamento, o Decreto nº 7.805, em 14 de setembro de 2012, que dispõem sobre prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por até trinta anos, e redução dos encargos setoriais, com o objetivo de reduzir o custo da energia elétrica para todos os consumidores brasileiros.

Essas medidas representarão um aumento do poder aquisitivo da população brasileira, via incremento da renda disponível, melhorando a sua qualidade de vida, assim como contribuirão para aumentar a competitividade da indústria nacional, impulsionando o desenvolvimento do Brasil, gerando empregos e mais riquezas.

As concessões do setor elétrico a serem prorrogadas abrangem os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Na geração, a referida Medida Provisória abrange 20 contratos de concessão de serviço público, com prazos de vencimento entre 2015 e 2017, totalizando 25,5 mil MW de potência instalada, o que equivale a cerca de 20% do parque gerador. Na transmissão, são 9 contratos de concessão, com prazos de vencimento em 2015, totalizando 85 mil km de linhas de transmissão, o que representa 67% da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso da distribuição, são 41 contratos de concessão, com prazos de vencimento entre 2015 e 2016, representando 35% do mercado nacional.

A Medida Provisória nº 579, de 2012, criou, também, a possibilidade de os atuais titulares de concessões de geração, transmissão e distribuição – outorgadas antes da publicação das Leis nº 8.987 e nº 9.074, de 1995, e não licitadas pela União – requererem a prorrogação de seus prazos por até 30 anos.

Essa medida visa alcançar dois grandes objetivos: assegurar a continuidade da prestação do serviço e a captura dos efeitos da modicidade tarifária. A prorrogação poderá ser antecipada em no máximo 5 anos, para que os seus benefícios ao consumidor comecem a partir de 2013.

As empresas detentoras de concessões com prazo remanescente igual ou inferior a sessenta meses, interessadas na prorrogação dos seus contratos, apresentaram requerimento à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Foram solicitadas prorrogações dos prazos de concessão de 20 geradoras, 9 transmissoras e 41 distribuidoras. No segmento de geração de energia elétrica, do universo de 123 usinas prorrogáveis, apenas quatorze não manifestaram interesse.

Em resumo, das nove empresas transmissoras, com concessões passíveis de prorrogação, todas aderiram.

Das 41 empresas de distribuição, com concessões passíveis de prorrogação, todas solicitaram, e, em 2013 poderão assinar o Contrato de Concessão, prorrogando por mais 30 anos.

Enfim, nenhuma das nove transmissoras e das 41 distribuidoras, com concessões expirando entre 2015 e 2017 deixou de pedir a prorrogação de seus contratos.

As prorrogações das concessões de geração de energia e de transmissão de energia elétrica deverão trazer uma redução tarifária média para o consumidor de até 13%, uma vez que essas concessões não terão mais ativos a depreciar ou amortizar.

Em 1º de novembro de 2012, foram publicadas no Diário Oficial da União:

- a Portaria Interministerial MME-MF nº 580 com a definição dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão de energia elétrica que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões, conforme dispõe a Medida Provisória nº 579, de 2012;
- as Portarias MME nº 578 e 579 que definem as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas e as receitas iniciais de transmissão, para efeito da prorrogação das concessões; e
- os Despachos do Ministro que tratam dos requerimentos de prorrogação dos prazos de concessões de geração e de transmissão de energia elétrica nos termos da Medida Provisória nº 579, e do Decreto nº 7.805, ambos de 2012.

Em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.805, de 2012, o Ministério de Minas e Energia convocou as concessionárias de geração e de transmissão para assinatura dos aditivos aos Contratos de Concessão em até 30 dias cujos requerimentos de prorrogação de prazo foram deferidos.

As concessões vincendas que não forem prorrogadas serão licitadas, mantendo-se a lógica de transferir o benefício da redução tarifária para os consumidores.

### **Extinção das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica e a intervenção para adequação desse serviço.**

Ainda em 2012, destaca-se a edição da Medida Provisória nº 577, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências, com o objetivo de conferir maior segurança ao fornecimento de energia do País.

Essa Medida Provisória buscou disciplinar o que deve ser feito pelo poder concedente imediatamente após a extinção de uma concessão de energia elétrica, em caso de falência ou caducidade. Dentre as ações previstas destacam-se: i) a prestação temporária do serviço pelo poder concedente, por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que novo concessionário seja contratado por licitação; ii) a permissão para a contratação temporária de pessoal imprescindível para a prestação do serviço durante esse período; iii) a possibilidade de recebimento de recursos financeiros para assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço; iv) a assunção, a partir da data de declaração de extinção, pelo órgão ou entidade da administração pública federal, dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos vigentes específicos do setor elétrico e dos contratos de compra e venda de energia elétrica, exceto qualquer espécie de responsabilidade em relação aos direitos e obrigações referentes ao período anterior à declaração dessa extinção.

A referida Medida Provisória pretendeu robustecer o instrumento da intervenção de modo a assegurar também, durante esse processo, a continuidade apropriada do serviço. Para tanto, foi disciplinado o processo de intervenção, a atuação do interventor e a necessidade de que os acionistas da concessionária apresentem um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção, além de outras medidas por parte do poder concedente.

## **B) Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE**

Por meio do “Plano de Ação”, sistema de controle que compartilha informações gerenciais, iniciado em abril de 2010 na Secretaria-Executiva/Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, deu-se prosseguimento à coordenação e ou monitoramento de cerca de 40 atividades da AEGE, ao longo de 2011.

Foram atividades de rotina da Assessoria de acompanhamento de demandas das empresas Petrobras, Eletrobrás, CPRM e EPE perante outros órgãos de Governo (DEST/MP, PGFN/MF, STN/MF) e atividades internas de governo, tais como Consolidação da Mensagem Presidencial lida no Congresso Nacional em fev.2013; Coordenação e acompanhamento do Contrato de Gestão entre o MME e a ANEEL; Metas de Desempenho Institucional no âmbito do MME; Desenvolvimento do Termo de Referência para contratação de Consultoria em Planejamento Estratégico para o MME; Gastos com a Copa do Mundo 2014, etc.

O Plano de Ação permite, além da informação da situação atual das atividades e processos, anexar os documentos concernentes.

Esse Plano se encontra disponibilizado na AEGE.

## **C) Gabinete do Ministro - GM**

Em conformidade com o Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, o Gabinete do Ministro – GM é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que, além de outras atribuições, por intermédio das Unidades que compõem a sua estrutura desempenha as seguintes competências:

- assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;
- manter permanente articulação com os órgãos da administração direta e entidades vinculadas ao Ministério, no sentido de solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;
- exercer o controle sobre as correspondências, documentos e os processos destinados ao Ministro de Estado;
- organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Ministro de Estado, bem como assisti-lo no desempenho de suas funções como membro de órgãos colegiados de deliberação superior;
- atender às demandas dirigidas ao Ministério, por cidadãos e cidadãs, em busca de informações e esclarecimentos a respeito de assuntos de competência do Ministério ou de seus Órgãos/Empresas vinculados, desempenhando o papel de ouvidoria e serviço de informação aos públicos interno e externo.
- preparar e promover a divulgação de matérias e notícias de interesse do Ministério de Minas e Energia – MME e das suas entidades vinculadas junto à mídia, incluindo jornais, rádios, televisões, agências de notícias e revistas do Brasil e do exterior, bem como relacionar-se com jornalistas e a imprensa credenciada, inclusive no tocante à coordenação de entrevistas, coletivas ou exclusivas, de autoridades do Ministério junto aos veículos de comunicação;
- exercer controle e orientar a divulgação de material jornalístico e publicitário, produzido pelos órgãos e entidades do Ministério, bem como acompanhar o noticiário escrito e falado de veículos de divulgação, destacando e distribuindo aos órgãos e entidades do Ministério matérias de seu interesse;

- elaborar e promover a execução de planos e campanhas de relações públicas do Ministério, em níveis interno e externo, bem como organizar e participar de promoções, eventos e cerimônias, no âmbito do Ministério;
- organizar a recepção de autoridades visitantes ao Ministério, manter controle dos compromissos político-sociais do Ministro de Estado e elaborar a respectiva programação e correspondências pertinentes;
- atender às necessidades de assessoramento e informação do Ministro de Estado e de dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional, bem como acompanhar, junto àquela Casa, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia e providenciar o atendimento às solicitações e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;
- articular-se com as esferas federal, estadual e municipal, de acordo com o previsto no Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006, bem como com entidades de classes, com vistas a subsidiar as providências requeridas em cada assunto específico, relativas às áreas de atuação do Ministério de Minas e Energia;
- coordenar as respostas referentes às Tarefas do Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade – SIGOV;
- acompanhar as demandas do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE;
- elaborar relatórios periódicos sobre os Atos Normativos do Ministro de Estado, bem como da gestão do Gabinete do Ministro;
- assistir ao Ministro de Estado e às demais autoridades do Ministério e das entidades vinculadas, quando em missões junto ao Congresso Nacional, assim como zelar pelo acompanhamento e atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação naquela Casa, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza;
- providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
- coordenar, promover, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, composição, edição, revisão, expedição e arquivamento de correspondências, atos e demais documentos, assim como o registro de documentos, correspondências e processos destinados ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro;
- assistir ao Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais, promovendo articulação com o Ministério das Relações Exteriores, visando o relacionamento harmônico entre as instâncias, inclusive na análise e proposição de ações para a promoção comercial externa de produtos e serviços dos setores energético e de minas, por determinação do Ministro de Estado;
- assistir ao Ministro de Estado e aos dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, nos segmentos de atuação do MME;
- orientar e subsidiar as ações de integração energética, no âmbito internacional, assim como prestar apoio às missões estrangeiras, visando dar o suporte que se fizer necessário para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério;
- organizar, orientar e subsidiar a participação do Ministro de Estado ou de seu representante em foros e reuniões internacionais relacionados à área de atuação do Ministério; e
- promover a condução de atividades de ouvidoria-geral, oferecendo aos cidadãos, que apresentam solicitações ao Ministério, auxílio na tramitação de suas demandas de modo a buscar as soluções necessárias, bem como permitir às áreas do MME aprimoramento dos seus processos de trabalho a partir da natureza das demandas recebidas.

## **Realizações do Gabinete do Ministro – GM**

Para a consecução das atividades mencionadas nos itens anteriores, o Gabinete do Ministro tem a seguinte estrutura:

- I. - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**
- II. - Assessoria Internacional – ASSINT (até 12 de setembro de 2012)**
- III.- Assessoria Parlamentar - ASPAR**
- IV.- Assessoria Técnica e Administrativa – ASTAD**
- V. - Ouvidoria-Geral - OUVIR**

No que tange às atividades de assessoramento mais direto ao Ministro de Estado, no exercício de 2012 foram realizados diversos trabalhos, cotidianamente, a exemplo de:

- elaboração de material técnico de suporte ao Ministro de Estado, tais como notas técnicas, relatórios, *releases*, apresentações, discursos, entre muitos outros;
- coleta, triagem e análise de dados técnicos de modo a oferecer subsídios ao Ministro de Estado em diversas questões, sistematicamente, no âmbito do MME e no ambiente externo;
- elaboração de todos os atos a serem firmados pelo Ministro de Estado, incluindo avisos, exposições de motivos, ofícios, portarias e outros atos regulamentares;
- assessoramento ao Ministro de Estado no acompanhamento de questões específicas, que exigiram atuação ao nível do Gabinete do Ministro;
- planejamento e acompanhamento de toda a logística necessária aos deslocamentos do Ministro de Estado, no Brasil e no exterior;
- registro e atualização da composição de Conselhos de Administração e Fiscais, de todas as Empresas vinculadas ao MME, bem como acompanhamento dos respectivos mandatos;
- assessoramento ao Ministro de Estado em todas as questões inerentes às atividades de Controle Interno, incluindo a tramitação das prestações de contas anuais, os relatórios de auditoria e demais demandas da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, bem como na articulação e relacionamento com esses Órgãos de Controle;
- planejamento, organização, acompanhamento e registro de todas as audiências concedidas a parlamentares, autoridades governamentais, agentes setoriais, empresários dos setores de minas e energia, representantes de organismos estrangeiros, potenciais investidores, representantes de associação setoriais, entre outros;
- elaboração e registro de todas as memórias de reuniões do Gabinete;
- manutenção e atualização do sistema “Share Point”, que permite o acompanhamento gerencial e compartilhamento da condução de procedimentos, tarefas e projetos pelo Gabinete do Ministro e demais áreas do Ministério;
- assessoramento na elaboração de apresentações técnicas inerentes às áreas de atuação do Ministério;
- assessoramento na elaboração de material de conteúdo técnico a ser divulgado pelo Ministro de Estado junto aos públicos interno e externo ou aos meios de comunicação.

Nos parágrafos seguintes estão indicadas as principais realizações de 2012, das áreas do Gabinete do Ministro, consolidando, assim, o relatório de gestão, no referido exercício.

### **I. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Nos trabalhos de planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação de governo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME, observada a orientação normativa do

órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, a ASCOM concretizou as seguintes realizações:

- Divulgação das ações do Ministério e Secretarias na mídia internacional e nacional;
- Organização de coletivas de imprensa para anunciar programas e propostas do MME;
- Produção de releases/avisos de pauta para divulgar as ações do MME e Secretarias;
- Produção de artigos e discursos de apoio ao Ministro;
- Produção de clipping eletrônico diário para o Ministro de Estado, autoridades do MME e demais funcionários, bem como inserção do clipping na Intranet;
- Produção de monitoramento de mídia com as matérias que são publicadas ao longo do dia em *sites* e agências de notícias. Em média, são enviados cinco boletins por dia para o Chefe de Gabinete do Ministro, Secretários, Secretários-Adjuntos e diretores;
- Produção de clipping de rádio e TV para o Ministro de Estado;
- Reuniões/contatos permanentes com jornalistas (colunistas) dos principais periódicos brasileiros para divulgações de ações específicas de interesse do Ministério;
- Participação de reuniões promovidas pela SECOM/PR para tratar de estratégias de interesse do MME;
- Envio de notas e informações de interesse do Ministério para os principais colunistas do Brasil;
- Produção de matérias para a Intranet, com o objetivo de melhorar o canal de comunicação do MME com seu público interno;
- Acompanhamento das notícias veiculadas nos jornais, revistas, rádios e TVs;
- Monitoramento em tempo real das notícias veiculadas na web;
- Leitura diária da mídia impressa da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, sobre as principais notícias a respeito do MME e seus setores;
- Acompanhamento do Ministro de Estado, Secretários e Diretores do MME em eventos; e
- Acompanhamento de entrevistas concedidas pelo Ministro de Estado, Secretários, técnicos e outros servidores do Ministério.

Em relação à consecução dos referidos trabalhos, os seguintes dados devem ser ressaltados:

**Produção interna:** foram publicadas 378 matérias na página principal do MME, e replicadas nas páginas das Secretarias de acordo com a relevância do tema. O número menor de material produzido em relação ao ano anterior é resultado de melhorias implementadas na coleta e organização das matérias, ou seja, quando os assuntos são semelhantes, são reunidos em apenas uma matéria. Isso deixa a página mais leve e com as informações trabalhadas de forma mais objetiva, de modo a que contemple todos os conteúdos de forma mais otimizada.

**Atendimentos à imprensa:** a ASCOM atendeu a 2026 demandas da imprensa. Isto representa um aumento de 147% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizadas 820 demandas. Os pedidos de pauta chegaram da imprensa nacional, regional e internacional;

**Clipping jornais/revistas:** acompanhamento de matérias veiculadas nos principais jornais, sites e agências de notícias do país, fazendo-se as respectivas triagens e análises de conteúdos, o que resultou no total de 1902 clippings, enviados diariamente ao Ministro, Secretários e todos os servidores do MME.

**Clipping rádio e TV:** foram identificadas 6.261 matérias relacionadas aos temas de interesse do Ministério. Desse total, foram contabilizadas 1.129 matérias veiculadas em rádios e nas emissoras de televisão o total foi de 5.132 matérias veiculadas no mesmo período.

**Cobertura fotográfica:** a ASCOM acompanha todas as reuniões, eventos, palestras e seminários que são realizados dentro do ministério e/ou que o Ministro e as autoridades do Ministério participam. Durante todo o ano de 2012, foram feitas 498 coberturas fotográficas desses eventos;

**Eventos:** a ASCOM organizou coletivas, preparou releases, avisos de pauta e deu suporte às ações e eventos promovidos pelo MME, tais como:

- Apoio na elaboração de releases e relatórios sobre a participação do MME na Conferência Rio+20;
- Organização de coletiva de imprensa no Palácio do Planalto para esclarecimentos sobre a Medida Provisória 579, anunciada pela Presidenta Dilma Rousseff;
- Organização de 17 coletivas de imprensa ao longo de todo o ano de 2012;
- Conversas técnicas com jornalistas para explicação de portarias publicadas no Diário Oficial da União, pelo MME;
- Apoio no lançamento do “World Energy Outlook 2012”, relatório anual sobre a situação energética mundial;
- Organização de *media training*, em parceria com a SECOM/PR, para treinamento de porta-vozes para falar sobre a MP 579;

**Redes sociais:** Criação, em 20 de março de 2012, da página do Ministério de Minas e Energia na rede social “Facebook”. Todas as notícias publicadas na página do MME são replicadas na rede. Em cerca de nove meses, mais de mil pessoas passaram a seguir o perfil do Ministério; Aumento das inserções do material produzido pela ASCOM nas redes sociais do Ministério (twitter e facebook), com a criação de álbum dos principais eventos realizados no Ministério e/ou com a participação do Ministro e Secretários;

## II. Assessoria Internacional – ASSINT

A ASSINT integrou a estrutura do Gabinete do Ministro (GM) até a publicação do Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, quando passou a ser órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.

Ainda na estrutura do GM, ao longo de 2012 a ASSINT atuou na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, em conformidade com suas atribuições regimentais, tanto na área de energia quanto de geologia e mineração, nas seguintes atividades que permanecem no rol de competências atuais da área:

- Apoio à participação do Ministro e do Secretário Executivo em audiências, compromisso com autoridades estrangeiras e eventos internacionais;
- Apoio à participação de comitivas técnicas do MME em eventos internacionais;
- Articulação com representações diplomáticas, agências e organismos internacionais, organizações multilaterais;
- Elaboração de cadernos informativos para subsidiar o Gabinete do Ministro e as áreas técnicas sobre temas internacionais de interesse do Ministério, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- Análise de propostas de documentos bilaterais internacionais para celebração de acordos ou adesão a acordos de cooperação em áreas de interesse do Ministério;

- Organização de videoconferências entre equipes técnicas do MME e contrapartes internacionais;
- Participação em reuniões sobre temas da agenda internacional em diversos órgãos;
- Elaboração de atas e memórias de reuniões;
- Apoio aos serviços de interpretação nas reuniões de caráter internacional realizadas no MME; e
- Tradução e revisão de minutas de documentos, de apresentações técnicas e de textos diversos.

O MME participou de eventos que demandaram ações pontuais da ASSINT e de compromissos que requereram acompanhamento permanente. É importante destacar a assistência prestada pela área durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - e nos momentos anteriores de preparação para a Conferência. Foram mais de 75 eventos e 13 reuniões bilaterais durante os 11 dias da Conferência.

- Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio + 20
- Dia da Energia
- Autonomia das Mulheres e Desenvolvimento Sustentável
- A Iniciativa Energia Sustentável para Todos da ONU
- Exposições e Seminários sobre Energia no Parque dos Atletas
- Evento “Energia e o Desenvolvimento Sustentável”
- O Brasil no Cenário Mundial de Mitigação das Mudanças Climáticas
- Apresentação para os países da ASEAN
- Investimento Público: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável
- Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável
- Humanidade 2012
- Congresso Mundial do ICLEI 2012
- Reflexão Sobre uma Década de Mineração, Metais e Desenvolvimento Sustentável
- Sustentabilidade Corporativa no Desenvolvimento Sustentável
- Terras Raras e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável
- Cúpula Mundial em Soluções de Energia Sustentável
- Ação Empresarial para Desenvolvimento Sustentável - BASD
- BNDES: Financiando a Economia Verde e o Desenvolvimento Sustentável
- Seminário Renovando o Futuro Energético da África

No que se refere às ações pontuais, cabe destacar:

- [Programa de treinamento para funcionários públicos brasileiros na área de regulação](#), nos EUA;
- [Missão Técnica Sobre Gás Natural](#), no Reino Unido;
- [Missão para tratar dos temas relacionados aos projetos das hidrelétricas Garabi e Panambi, de fornecimento de energia elétrica e das perspectivas sobre gás natural](#), em Buenos Aires;
- Fórum Regional da África Ocidental sobre Sustentabilidade da Bioenergia Moderna, no Mali;
- [Visitas técnicas sobre Smart Grid](#), na Coreia do Sul e no Reino Unido;
- Workshop sobre o Roteiro de Hidroeletricidade, em Brasília, organizado em parceria com a Agência Internacional de Energia;
- [Reunião de apresentação da versão preliminar do Sistema de Informação Energética Regional \(SIER\)](#), no Equador;
- [Curso sobre tecnologias para economia de energia na região do Mercosul](#), no Japão;

- Workshop sobre eficiência energética na indústria, no Rio de Janeiro, promovido em parceria com a Agência Internacional de Energia;
- Reunião do subgrupo de trabalho de diamantes da América do Sul e reunião plenária sistema de certificação do processo de Kimberley, nos Estados Unidos.

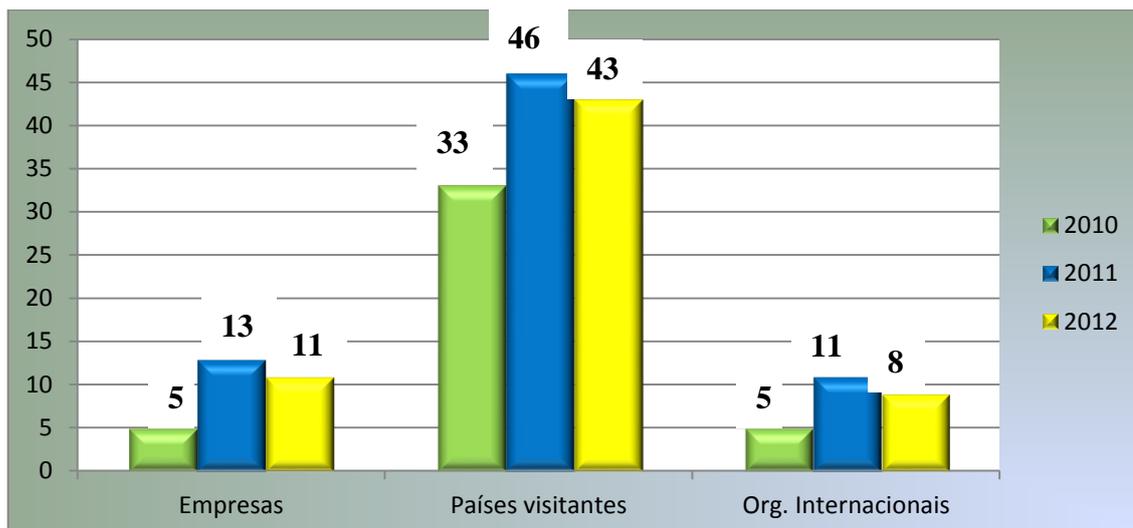
Em 2012, a ASSINT promoveu um acompanhamento mais eficaz das ações continuadas do MME no âmbito internacional, tais como compromissos em subcomissões, em grupos de trabalho, em diálogos estratégicos de alto nível, firmados com países e organismos multilaterais. Entre os compromissos periódicos que se tornaram mais consistentes no ano, destacam-se:

- Apoio à participação do Ministro na Comissão Nacional da Conferência Rio +20;
- Apoio ao Ministro, Grupo Técnico e Sherpas na iniciativa instituída pelo Secretário-Geral da ONU denominada Grupo de Alto Nível em Energia Sustentável para Todos;
- Apoio ao lançamento da publicação “World Energy Outlook 2012”, da Agência Internacional de Energia;
- Acompanhamento do Diálogo Estratégico em Energia e dos Planos de Ação Brasil-Estados Unidos;
- Assistência ao Diálogo de Alto Nível em Energia Brasil-Reino Unido;
- Acompanhamento dos grupos da iniciativa Clean Energy Ministerial – CEM; e
- Acompanhamento das ações do Fórum Internacional de Energia – IEF.

Outros compromissos periódicos, os quais a ASSINT acompanhou em 2012:

- Iniciativa trilateral Índia, Brasil e África do Sul – IBAS;
- Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação – COSBAN;
- OLADE – Organização Latino- Americana de Energia: reuniões técnicas e ministeriais;
- UNASUL- União de Nações Sul-Americanas: reuniões técnicas e ministeriais;
- Sistema de Certificação de Kimberley: iniciativa da ONU, conduzida por MRE/MF/MDIC/MJ/ABIN/MME; e
- Agência Internacional de Energia – Grupos de Trabalho (IA) em Hidroeletricidade, Bioenergia, *Solar Paces* e CERT – *Committee on Energy Research and Technology*.

Em 2012, o MME recebeu representantes de 43 países, 8 organismos internacionais e 11 empresas estrangeiras. Entre eles: Ucrânia, Argentina, Kuaite, Emirados Árabes Unidos, Itália, Austrália, Estados Unidos da América, Líbia, Reino Unido, Uruguai, Moçambique, Venezuela, México, Espanha, Polônia, Eslováquia, Sudão, China, Bolívia, Países Baixos, Coreia, Japão, Bolívia, Colômbia, Chile, Guiana.



**Figura 4: Visitas ao MME de representantes de empresa, de países e de órgãos internacionais.**

Durante o ano a ASSINT participou de:

	Audiências	Reuniões no MME e externas	Teleconferências	Videoconferências	Eventos
<b>Execução</b>	<b>98</b>	<b>288</b>	<b>12</b>	<b>09</b>	<b>82</b>

O trabalho da Assessoria tem se tornado mais consistente e a crescente demanda por relatórios, informes e demais documentos expedidos sobre entidades, autoridades e países fez com que, ao longo do ano, a ASSINT buscasse uma ferramenta digital para o gerenciamento de informações. No rol de softwares disponibilizados, foi indicado o *software* 'SharePoint', cuja aplicação permite organizar de forma estruturada o acervo documental e, mais importante, o acesso ágil das informações demandadas. A capacitação da equipe da Assessoria Internacional no software 'SharePoint' aconteceu no final de 2012 e as atividades preliminares de mapeamento e desenho e configuração do sistema serão iniciadas em 2013.

### **III. Assessoria Parlamentar – ASPAR**

A Assessoria Parlamentar tem, essencialmente, por finalidade prestar apoio e assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do MME em assuntos relacionados ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores, acompanhando a tramitação de proposições e matérias de interesse do MME, bem como atendendo às solicitações encaminhadas, ao Ministério, pelos congressistas, deputados estaduais e vereadores.

A ASPAR/MME participou de compromissos, audiências e eventos do Ministro de Estado e demais autoridades do MME que tiveram a participação de Parlamentares ou que envolveram o Congresso Nacional, visando a promover uma maior interação dos Congressistas com os programas desenvolvidos nas áreas de energia, mineração, petróleo, gás e combustíveis renováveis.

## Audiências, Eventos e Reuniões

A ASPAR/MME acompanhou todas as audiências públicas, reuniões deliberativas, seminários e demais encontros realizados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e demais órgãos do Executivo, que discutiram proposições e temas afetos ao Ministério de Minas e Energia, perfazendo o total de **280** eventos.

Em especial, cabe destacar aqueles eventos em que o Ministro de Estado de Minas e Energia e o Secretário-Executivo participaram como palestrantes:

- ✓ **14 de abril de 2012** - AUDIÊNCIA PÚBLICA, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, que debateu sobre Plano Nacional de Contingência (PNC).

**Palestrante:** Exmo. Sr. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia.

- ✓ **16 de maio de 2012** - AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Minas e Energia – CME, da Câmara dos Deputados, que debateu a *“Relicitação ou prorrogação das concessões do Setor de Energia Elétrica Nacional”*.

**Palestrante:** Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia.

- ✓ **14 de novembro de 2012** – AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão Mista da MPV 579/2012.

**Palestrante:** Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia.

- ✓ **20 de novembro de 2012** - AUDIÊNCIA PÚBLICA nas Comissões de Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos do Senado Federal, que debateu sobre as condições atuais do setor elétrico

**Palestrante:** Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia.

- ✓ **28 de novembro de 2012** - AUDIÊNCIA PÚBLICA, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que debateu sobre as recentes interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas no País.

**Palestrante:** Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia.

## Aperfeiçoamento da Legislação

No Congresso Nacional, a ASPAR/MME acompanha aproximadamente **1.700** propostas legislativas, tais como: Projetos de Lei, Projetos de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias, entre outros, que buscam modificar, de alguma forma, as legislações aplicadas aos setores de Energia, Mineração, Petróleo, Gás e outros combustíveis.

Cabe destacar, nesse universo, as seguintes proposições:

- a) MPV 579/2012 – concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, redução dos encargos setoriais e modicidade tarifária.  
Tramitação: transformada na Lei nº 12.783/2013.

- b) MPV 582/2012 - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes.  
Tramitação: Câmara dos Deputados
- c) MPV 591/2012 - Altera a Medida Provisória no 579, de 11 de setembro de 2012;  
Tramitação: Câmara dos Deputados
- d) MPV 592/2012 – royalties e participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.  
Tramitação: Câmara dos Deputados
- e) MPV 595/2012 – dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.  
Tramitação: Câmara dos Deputados
- f) PLS 138/2011, PLS 634/2011 e PLS 668/2011, seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Senado Federal
- g) Concessões de energia elétrica:  
PEC 121/11, PL 2.514/11 e PL 5.438/09, seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Câmara dos Deputados.  
  
PLS 644/2011 e PEC 81/2011, seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Senado Federal
- h) Mineração em terras indígenas / Royalties da mineração:  
PL 1.610/1996 (PLS 121/1995 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Câmara dos Deputados.  
PLS 1/2011 e seu apensado, o PLS 283/2011;  
Tramitação: Senado Federal.
- i) Política nacional de irrigação / Tarifação de energia elétrica (irrigação)  
PL 6.381/2005 (PLS 229/1995 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Senado Federal.  
PLC 42/2010 (PL 6.834/2006 na Câmara dos Deputados), seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Senado Federal.
- j) Eclusas:  
PL 3009/1997 (PLS 59/1996 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Câmara dos Deputados.  
PLS 497/2011  
Tramitação: Senado Federal
- k) Reserva Global de Reversão (RGR):  
PLS 372/2011, seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Senado Federal

Nesse contexto, as proposições que foram convertidas em normas jurídicas no ano de 2012 e que tiveram relação com este Ministério foram:

- ✓ **Código florestal:**  
PL 1.876/1999 (PLC 30/2011 no Senado) e seus apensados;  
Tramitação: Lei nº 12.651/2012

- ✓ **Royalties do petróleo:**  
PL 2.565/2011 (PLS 448/2011 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;  
Tramitação: Transformado na Lei nº 12.734/2012.
- ✓ **SIPRON**  
PL 2881/2004 - Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.  
Tramitação: Transformado na Lei nº 12.731/2012.
- ✓ **PL 1.033/2003** - Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.  
Tramitação: Transformado na Lei nº 12.740/2012.
- ✓ **MPV 577/2012** - extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço; intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica.  
Tramitação: Transformada na Lei nº 12.767/2012.
- ✓ **MPV 576/2012** – modifica a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A – ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A – EPL, e ampliar suas competências.  
Tramitação: Transformada na Lei nº 12.743/2012.

#### **Outras Demandas**

##### **a) Requerimentos de Informação;**

No ano de 2012, o Ministério de Minas e Energia – MME, por meio da ASPAR/MME, acompanhou 289 Requerimentos de Informação encaminhados pelas duas Casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Desse universo:

- **256** requerimentos foram efetivamente respondidos;
- **31** requerimento tramita em caráter oficial; e
- **02** requerimentos propostos tramitam antecipadamente.

##### **b) Indicações:**

Foram acompanhadas **26** Indicações encaminhadas pela Casa Civil da Presidência da República. Desse universo:

- **15** indicações foram efetivamente respondidas; e
- **11** indicações aguardam manifestação das áreas correspondentes.

##### **c) Demandas oriundas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores:**

Durante todo o exercício, a ASPAR/MME acompanhou aproximadamente **175** demandas provenientes do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores.

**d) Audiências ocorridas no Ministério de Minas e Energia solicitadas por parlamentares federais, estaduais e municipais:**

A ASPAR/MME acompanhou **302** audiências com o Ministro de Estado e demais autoridades do MME, que tiveram a participação de parlamentares.

**IV. Assessoria Técnica e Administrativa – ASTAD**

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2012, devem ser destacadas as principais realizações da ASTAD conforme apresentado a seguir:

- acompanhamento da tramitação de expedientes de interesse do Ministério, no âmbito interno e, quando demandado, em outras instâncias externas;
- orientação, acompanhamento e encaminhamento do tocante à publicação dos atos e despachos do Ministro de Estado, do Chefe do Gabinete do Ministro e de seu Substituto, bem das demais autoridades do Ministério;
- protocolo e controle da tramitação, do arquivamento e guarda dos documentos, correspondências e processos remetidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como controle dos dados de referência;
- execução e controle de trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas, no âmbito do Gabinete do Ministro;
- condução de providências com vistas à emissão de passaportes e concessão/renovação de vistos para autoridades do Ministério;
- condução das atividades de caráter técnico-administrativo de responsabilidade do Gabinete;
- produção de textos de documentos e expedientes oficiais;
- correção e ajustes de minutas de expedientes a serem submetidos ao Ministro de Estado;
- acompanhamento e controle da composição de conselhos de administração e fiscais, no âmbito das empresas vinculadas ao MME;
- coordenação dos trabalhos de digitação e redação destinados ao Gabinete do Ministro;
- condução de todos os procedimentos necessários ao encaminhamento à publicação de matérias no Diário Oficial da União;
- informações de apoio ao Ministro de Estado, relativas à decisão, eventos internos e externos e agenda;
- programa de treinamento de servidores.

Em relação às atividades de produção de documentos e de protocolo, expedição e tramitação de documentos e processos, cabe destacar o detalhamento do que foi realizado:

**Produção de Textos**

<b>TIPOS DE TEXTOS PRODUZIDOS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
A – Avisos	233
B - Exposições de Motivos	71
C - Ofícios e Expedientes Diversos	2.513
D – Portarias	625
E - Clipping do Diário Oficial da União	274
F - Correções de Textos	3.442
G - Matérias para publicação na Imprensa Nacional	1.062
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.220</b>

## Protocolo (expedição e tramitações)

### 1 - Expedições

TIPOS DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS	QUANTIDADES
Avisos	233
Exposição de Motivos	71
Ofícios e Expedientes Diversos	2.513
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.817</b>

### 2 - Tramitações

TIPOS DE DOCUMENTOS QUE FORAM TRAMITADOS	QUANTIDADES
Avisos, Boletins, Cartas, Fax, Memorandos, Notas Técnicas, Ofícios, Pareceres, Relatórios, Convites, Solicitações de Agenda e Expedientes Diversos	<b>19.381</b>
Processos	<b>2.340</b>
Total Geral	<b>21.721</b>

### 3 – Programa de Treinamento de servidores

Principais cursos: - Língua Inglesa - Língua Espanhola - Deveres e Proibições do Servidor Público - Elaboração de Notas Técnicas, Relatórios e Pareceres - Palestra "Novo Acordo Ortográfico" - Projeto Graduação - Redação Oficial - Treinamento Docflow - VI Fórum Brasileiro de Controle Interno - VIII Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Adm. Pública	<b>71</b>
--	-----------

## V. Ouvidoria-Geral – OUVIR

A Ouvidoria foi criada pelo Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, em consonância com a determinação do Governo Federal de promover contínua e efetivamente a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e dos serviços públicos prestados à sociedade.

A Ouvidoria-Geral é a unidade responsável por receber, registrar, conduzir internamente, responder e/ou solucionar as manifestações (denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios e consultas) de cidadãos-usuários, internos ou externos, e de instituições acerca das atividades e serviços de competência do MME, com o intuito de aprimorar ou corrigir os serviços prestados.

O cidadão pode comunicar-se com a ouvidoria por meio do link: [www.mme.gov.br/ouvidoria/externo/](http://www.mme.gov.br/ouvidoria/externo/)

- por carta ou pessoalmente: Esplanada dos Ministérios - Bloco "U" - 5º andar, sala 539 - CEP: 70065-900 - Brasília – DF
- por telefone: (61) 2032-5258, (61) 2032-5036
- por correio eletrônico: ouvidoria.geral@mme.gov.br

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2012, devem ser destacadas as principais realizações da Ouvidoria-Geral:

- atendimento aos cidadãos em solicitações relativas a serviços ou informações de responsabilidade das áreas do Ministério, Órgãos e Empresas a ele vinculados, e concessionários setoriais;
- representação do Ministério de Minas Energia em entidades e organizações internas e externas e fóruns relacionados à atividade de Ouvidoria;
- promoção de entendimentos com os dirigentes dos órgãos e das entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à área de competência inerente aos trabalhos de Ouvidoria-Geral;
- atendimento às partes interessadas - cidadão, órgãos internos e entidades externas - em assuntos relativos à atividade de Ouvidoria e sob sua responsabilidade;
- intermediação nas relações entre os cidadãos e o Ministério, exercendo suas competências, incluindo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos;
- estabelecimento de canais de comunicação destinados a facilitar e a agilizar o trâmite das manifestações apresentadas pelos cidadãos e a solução dos pleitos delas decorrentes
- realização, direta ou indiretamente, do acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao demandante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
- registro e disseminação de informações e conhecimentos aos titulares dos órgãos do MME e de suas entidades vinculadas, sobre reclamações a respeito de deficiências nas respectivas áreas de atuação, contribuindo para que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir, combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhoria e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral;
- participações em cursos e seminários específicos, com o objetivo de aprimorar a atuação dos servidores que atuam na Ouvidoria-Geral;
- implementação de melhorias no sistema destinado à recepção, triagem e tramitação das demandas oriundas de todas as partes do País.

Em relação à natureza e às quantidades das demandas apresentadas, a Ouvidoria-Geral movimentou 3570 manifestações, sendo 66 oriundas da Presidência da República, as tabelas a seguir ilustram suas características:

### 1 – Demandas por Tipo

<b>CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
Solicitação	1311
Reclamação	1101
Sugestão	57
Elogios	8

Outros	1093
<b>TOTAL</b>	<b>3570</b>

## 2 – Demandas por Áreas de Interesse

<b>Áreas Internas</b>	<b>QUANTIDADES</b>
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	282
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Comb. Renováveis	177
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	177
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	140
Ouvidoria-Geral	109
Secretaria de Energia Elétrica	109
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	61
Questões Ambientais	20
Assessoria de Comunicação Social	21
Biblioteca	11
Consultoria Jurídica	10
Assessoria Econômica	7
Gabinete do Ministro	7
Secretaria-Executiva	2
Assessoria Parlamentar	3
Assessoria Internacional	1
Comissão de Ética	1
<b>TOTAL</b>	<b>1138</b>

<b>ENTIDADES VINCULADAS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
<b>ANEEL</b>	<b>441</b>
<b>DNPM</b>	<b>119</b>
<b>PETROBRAS</b>	<b>136</b>
▪ TRANSPETRO	15
▪ LIQUIGÁS	1
<b>ELETROBRAS</b>	<b>76</b>
▪ CHESF	28
▪ ELETRONUCLEAR	12
▪ ELETROPAULO	43
▪ FURNAS	14
▪ ELETRONORTE	14
▪ CEPEL	90
▪ RELUZ	7
. ENERGISA – SE	7
▪ ELETROSUL	5
ENERSUL	4
ESCELSA	4
▪ ITAIPU	2

<b>ANP</b>	<b>129</b>
CPRM	8
EPE	14
<b>TOTAL</b>	<b>1169</b>

<b>CONCESSIONÁRIAS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
LIGHT	91
AMPLA	79
CPFL	47
COELBA	39
CELPA	29
CEMIG	25
CEE	16
ELEKTRO	14
ARSESP	13
AMAZONAS ENERGIA	11
CEAL	10
CELPE	9
CEB	9
CEMAT	8
BANDEIRANTE ENERGIA	7
CELESC	7
CEPISA	7
CERON	6
COELCE	6
CEMAR	6
AES SUL	5
CELTINS	4
CEA	3
CGTEE	3
RGE	3
OUTRAS	10
<b>TOTAL</b>	<b>467</b>

<b>PROGRAMAS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
LUZ PARATODOS	497
PROMINP	31
PROCEL	15
PROINFA	7
<b>TOTAL</b>	<b>550</b>

<b>OUTROS ÓRGÃOS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
Consórcio Norte Energia/UHE Belo Monte	205
ANA	15
PREFEITURAS	11
IBAMA	5
MPS	4
GOVERNOS	3
DEFESA	3
COMISSÃO DE ANISTIA	3
OUTROS	
<b>TOTAL</b>	<b>246</b>

## **VI. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC**

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei de Acesso a Informações - LAI representa um importante passo para ampliar a consolidação democrática do Brasil e também para fortalecer as ações que visam o pleno desenvolvimento dos serviços públicos. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas pode permitir, assim, que ocorram continuamente melhorias e aperfeiçoamentos na gestão pública.

O Serviço de Informações ao Cidadão – SIC do MME, implantado em conformidade com a LAI, iniciou o atendimento ao público no dia 16 de maio de 2012.

Na implantação do SIC do MME teve-se o cuidado de otimizar recursos públicos já disponíveis (mobiliário, equipamentos, tecnologia etc), bem como envolver servidores com experiência já desenvolvida em atendimento aos cidadãos. Assim, aproveitou-se parte significativa da estrutura da Ouvidoria-Geral do Ministério.

Além disso, foram conduzidas diversas reuniões de preparação para a implantação e funcionamento do SIC, com servidores de todas as áreas do MME, contando com o apoio de representantes da Controladoria-Geral da União – CGU. Os servidores do SIC e também outros, que nas suas respectivas áreas de atuação foram designados para trabalharem na elaboração de informações, participaram de treinamentos oferecidos pela CGU/PR.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC está preparado para receber demandas por meio do Sistema E-SIC, da página do Ministério na Internet, por correio eletrônico, por encaminhamento via correios e telégrafos, por telefonemas e também por atendimento direto às cidadãs e cidadãos que procuraram pessoalmente o SIC.

Principais atividades do SIC/MME:

- ✓ Receber documentos e requerimentos de acesso às informações encaminhados pelo Balcão SIC , e-mail do SIC e Sistema E-SIC;

- ✓ Analisar as demandas e encaminhá-las aos técnicos responsáveis pela geração das informações requeridas;
- ✓ Monitorar os procedimentos de coleta da informação junto aos servidores designados a gerar as informações requeridas;
- ✓ Informar sobre a tramitação de documentos nas Unidades;
- ✓ Apoiar os servidores designados na elaboração das informações requeridas;
- ✓ Analisar a qualidade das respostas recebidas e adequá-las, se for o caso; e
- ✓ Responder as Demandas no e-SIC.

Em relação à natureza e às quantidades das demandas apresentadas, a partir de 16 de maio de 2012, o Serviço de Informação ao Cidadão recebeu 1818 pedidos de informações, incluindo pedidos no Sistema Eletrônico e-SIC, pedidos por telefone e atendimentos no “Balcão”. Além disso, o SIC acompanha, via Sistema, as demandas dirigidas às Autarquias vinculadas ao MME cujas quantidades, no período, foram as seguintes:

<b>DEMANDAS REGISTRADAS – e-SIC</b>	<b>QUANTIDADES</b>
ANEEL	435
ANP	268
DNPM	148
<b>TOTAL</b>	<b>851</b>

## **2.4 INDICADORES INSTITUCIONAIS**

O planejamento do MME está estruturado visando o atendimento dos objetivos de governo constantes no Plano Plurianual - PPA e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, condizentes com o planejamento setorial definido por esse Ministério.

A Secretaria-Executiva realiza o monitoramento sistêmico de todos os indicadores apurados ou acompanhados no âmbito do MME. Estes indicadores podem ser divididos em três categorias: indicadores setoriais, indicadores institucionais e indicadores de gestão. Os indicadores setoriais são representados por aqueles que medem o desempenho das áreas abrangidas pela ação política do MME, quais sejam: energia elétrica, geologia e mineração e petróleo e gás. Os indicadores institucionais são indicadores que medem o desempenho institucional do MME para fins de pagamento de gratificações de desempenho de seus servidores e, por vezes, são coincidentes com os indicadores de gestão, pelos quais as Secretarias procuram medir a eficiência de sua ação finalística.

Existem três grupos de indicadores setoriais: os indicadores do PPA e PAC, os indicadores dos boletins e informativos publicados pelas secretarias finalísticas e os indicadores do Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIGE. O MME avalia a possibilidade de transformar o SIGE no instrumento centralizador de todos esses indicadores setoriais. Nesse sentido, foi publicada a Portaria nº 540, de 16 de setembro de 2011, que instituiu o Comitê Permanente de Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas, com o objetivo de coordenar, aperfeiçoar, promover o monitoramento contínuo, e consolidar o painel de controle de indicadores do sistema de informações gerenciais e estratégicas do MME como instrumento de suporte aos atos de gestão e aos processos de tomada de decisão.

Os indicadores de desempenho institucional servem de base para a avaliação de desempenho do órgão e, por conseguinte, de seus servidores. Para construção desse processo de avaliação, o MME

está atento à legislação que rege os órgãos e entidades da Administração Direta, para editar critérios e procedimentos específicos que permitam um monitoramento sistemático dos servidores para efeitos de pagamento da Gratificação de Desempenho GDPGPE e GDAIE, dos Analistas de Infraestrutura. (Lei nº 11.539, de 08 de novembro de 2007, Decreto nº 6.693, de 12 de dezembro de 2008, Portaria nº 130, de 19 de março de 2009) e Portaria 565 de 30 de setembro de 2011.

## 2.5 AVALIAÇÕES SISTÊMICAS

Tendo em vista a exigência da CGU (Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013, item 4.4) para que a Unidade Agregadora reúna “informações que possibilitem a avaliação sistêmica das políticas públicas executadas pelo conjunto de UJ agregadas”, apresenta-se a seguir essa avaliação referente às Secretarias Finalísticas, considerando as Políticas Públicas do Governo Federal, as atribuições regimentais e as atividades realizadas pelas Secretarias Finalísticas na gestão de 2012.

**A Avaliação Sistêmica é a supervisão da Secretaria-Executiva sobre as Secretarias Finalísticas.**

---

### **I. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**

---

#### **Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:**

##### Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

##### Metas setoriais:

- a) Implementar políticas públicas para o setor mineral, necessárias para as cadeias de geologia, mineração e transformação mineral;
- b) Promover a eficiente gestão do patrimônio mineral brasileiro;
- c) Gerar e difundir informações geológicas básicas, imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade brasileira;
- d) Promover a formalização da atividade minerária;
- e) Possibilitar o desenvolvimento sustentável, garantido o correto aproveitamento mineral e permitindo o uso de gerações futuras.

#### **Atribuição regimental desta Secretaria, definida no Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012**

*Art. 28. À Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral compete:*

*I - implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;*

*II - coordenar os estudos de planejamento setoriais, e propor ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;*

*III - promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;*

*IV - monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis, promovendo e propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;*

*V - formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração;*

*VI - promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral;*

*VII - promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar à racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente de atividades realizadas pela indústria da mineração;*

*VIII - orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;*

*IX - monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos da administração pública federal e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais e a satisfação dos consumidores;*

*X - estabelecer políticas e procedimentos de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;*

*XI - coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;*

*XII - propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;*

*XIII - promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente; e*

*XIV - funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.*

## **As principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2012**

Entre as atividades realizadas pela SGM em 2012 merecem destaque: o aprofundamento dos estudos para o aperfeiçoamento do marco legal que regerá a atividade de mineração no País; a elaboração de diversos subprojetos vinculados ao Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – Projeto META; e ações que tiveram por objetivo ampliar e promover a participação da indústria da mineração no desenvolvimento socioeconômico do país por meio da gestão pública do setor mineral, promovida pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e suas entidades vinculadas, Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

No que se refere à atualização normativa, houve o aprofundamento dos estudos e discussões junto à Casa Civil da Presidência da República para o aperfeiçoamento do marco legal, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojeto com o desenho Regulatório para a mineração, em substituição ao atual Código de Mineração (Decreto Lei nº 227, de 1967). Além desse anteprojeto, foram detalhados duas outras propostas que visam à transformação do atual DNPM em Agência Reguladora, e da nova compensação financeira sobre a exploração da atividade mineral, a qual trata dos *royalties* do setor.

O Projeto META, vinculado ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD/Banco Mundial é resultado da atuação do MME e consiste na execução de diversos

subprojetos que visam à modernização tecnológica e organizacional dos setores de energia e mineração. Os subprojetos voltados para o setor mineral compreendem a construção de laboratórios, aquisição de modernos equipamentos, elaboração de estudos, desenvolvimento de *softwares* e a capacitação das instituições, incluindo suas vinculadas, para o exercício de suas atribuições. São 13 atividades de assistência ao setor mineral que serão divididas em duas etapas a um custo aproximado de US\$ 25 milhões, dos quais 4 foram priorizados para início de execução, orçados em mais de US\$ 5,6 milhões.

O Plano Plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas do governo, definindo objetivos e metas da ação pública. O Programa “*Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral*”, que integra o PPA 2012-2015, contém os desafios e compromissos de governo para com o setor mineral brasileiro no período. A elaboração desse Programa foi conduzida pela SGM/DNPM/CPRM e SPI/MPOG, em que o Plano Nacional de Mineração – PNM 2030, lançado pela SGM em 2011 teve importância fundamental na sua construção. Os objetivos que compõem o PPA contemplam, dentre outras atividades:

- Realização de levantamentos geológicos do Brasil e de províncias minerais e a difusão do conhecimento gerado;
- Implementação do zoneamento mineral do país que permitirá identificar áreas de interesse mineral;
- Promoção da ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos;
- Estabelecimento de parcerias e cooperação entre países, especialmente da América do Sul e da África;
- Realização de estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) associada a Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs);
- Fortalecimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no setor mineral;
- Otimização do aproveitamento dos recursos minerais;
- Governança pública eficaz para o setor mineral; e
- Ampliação dos programas de formalização da atividade minerária e do fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor.
- 

Dentre as várias atividades realizadas pela SGM estão a divulgação de dados estatísticos do setor mineral, amplamente divulgadas por meio de publicações, tais como: Prévias da Indústria Mineral, Sinopse Anual da Mineração e Transformação Mineral, Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico e Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos.

Importante destacar a atuação no desenvolvimento e implementação de projetos de capacitação, com a conclusão, em 2012, da capacitação e inclusão digital de pequenos e médios produtores, tendo alcançado mais de 5.000 profissionais capacitados por meio de ferramenta de ensino à distância. Estes números foram obtidos pela parceria entre a Secretaria e a Associação Telecentros de Informação e Negócios – ATN, que possibilitou a difusão de informações técnicas e gerencias para o aprendizado e aperfeiçoamento das atividades produtivas da mineração, incluindo noções de responsabilidade ambiental, economia mineral e aspectos legais da atividade. Soma-se a essas ações o apoio aos 58 Arranjos Produtivos Locais de base mineral que compõem atualmente a Rede APL Mineral.

Ainda em 2012, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) analisou 2 (duas) solicitações de enquadramento de projetos de construção de mineroduto ao Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488, de 15 de

junho de 2007, a qual prevê a suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS em obras de infraestrutura.

Em relação ao DNPM, destaca-se neste período, a arrecadação (CFEM) que alcançou R\$ 1,832 bilhão, superior em 17,4% ao ano anterior, sendo que o valor arrecadado com a produção de minério de ferro correspondeu a 72% desse total.

Destaque para as ações da CPRM, com atividades de levantamentos geológicos, aerogeofísicos, hidrológicos e geoquímicos sistemáticos, que permitiram avanço no conhecimento do meio físico brasileiro. Em 2012, foram realizados 159.000 km<sup>2</sup> de mapeamento geológico (1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000) e o equivalente a 109.879 km<sup>2</sup> em levantamento aerogeofísico. As atividades associadas aos Projetos Fosfato Brasil, Avaliação do Potencial de Recursos Minerais Estratégicos (principalmente terras-raras e lítio), Diamante Brasil e Materiais para Construção em Regiões Metropolitana (Recife, Aracajú, Natal, Goiânia, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus/Itabuna e Marabá) atingiram o equivalente a 120.000 km<sup>2</sup>.

Foram executados levantamentos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB e nas áreas marinhas internacionais da elevação do Rio Grande (costa do Rio Grande do Sul) e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (norte do País), realizados pela CPRM com o acompanhamento da SGM. Os estudos da parte imersa nacional e internacional visam ampliar o conhecimento das potencialidades minerais e ainda, abrir a possibilidade de requerimento de área internacional para exploração mineral (proposta em elaboração).

A gestão de riscos geológicos e desastres naturais inclui a execução, pela CPRM, de levantamentos geotécnicos, geofísicos visando à prevenção, sobretudo de enchentes e deslizamentos. Além disso, foram realizados estudos de ordenamento territorial, cumprindo totalmente a meta estabelecida pela Presidência da República até 2014, em cerca de 286 municípios, com o intuito de mitigar os impactos sociais e econômicos. Além disto, foi cumprida a meta de mapeamento de suscetibilidade a movimentos de massa e enchentes em dois municípios, inclusive com mapas elaborados. Estas ações se refletem em mais de 1,4 milhões de pessoas, passíveis de serem atingidas por estes eventos naturais, sendo tais dados já enviadas ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD. Ainda em relação a este tema, foram realizadas diversas reuniões internas da CPRM visando à reorientação de atividades e a reciclagem de recursos humanos, com o intuito de atingir os objetivos do trabalho. Quanto aos municípios abrangidos pelas informações de alerta de cheias e enchente, foram atendidos 21 municípios até 2012 (do total de 88 municípios até 2015).

No que tange as atividades internacionais, cabe destacar o papel do MME (SGM, DNPM e CPRM) nas atividades relacionadas ao Sistema de Certificação de Processo Kimberley Brasileiro, e às ações desenvolvidas no âmbito do Subgrupo de Trabalho SGT15 – Mineração e Geologia do Mercosul.

#### **Conclusão:**

Comparando-se as atividades executadas pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM com suas atribuições regimentais colocadas no Decreto nº 7798, de 12 de setembro de 2012 e as políticas públicas envolvidas, é válido afirmar que esta Secretaria cumpriu suas atribuições de forma satisfatória, no exercício de 2012, no que se refere à gestão.

---

## **II. Secretaria de Energia Elétrica - SEE**

---

A análise do relatório de gestão de 2012, no que se refere às competências da Secretaria de Energia Elétrica - SEE identificou as ações, com foco no cumprimento das atribuições regimentais da Secretaria, de maneira a mensurar os resultados alcançados, nas seguintes vertentes:

- Contribuição para o cumprimento das políticas públicas atribuídas ao MME;
- Contribuição para alcance das metas setoriais atribuídas ao MME;
- Execução das atribuições da SEE.

Cada vertente foi avaliada com a preocupação da busca do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, da universalização do acesso à energia, da modicidade tarifária e do equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais, com destaque para as atividades do ambiente de expansão e operação do sistema elétrico e as ações do ambiente de resposta, do mercado consumidor, visando à satisfação de suas necessidades.

### **Ambiente de Oferta**

**Geração de Energia Elétrica** – A capacidade de geração de energia elétrica, em potência instalada, ao final de 2012, totalizou 121.104,34 MW. O incremento da matriz de geração de energia elétrica no Brasil, ao longo de 2012, de 3.983 MW, ofereceu ao sistema de produção de eletricidade mais recursos para fazer face ao crescimento do mercado nacional, quer em atividades de exportações quer em atividades de ampliação do consumo interno. A matriz de produção de energia elétrica evoluiu, mantendo o predomínio de produção por fontes renováveis, aproximadamente 80%, que emitem menor volume de gases poluentes no meio ambiente e causam menores custos de produção de eletricidade, o que favorece a modicidade tarifária e assegura à matriz brasileira posição de destaque no cenário mundial entre as que menos contaminam o meio ambiente.

**Sistema de Transmissão e Transformação de Energia Elétrica** – O sistema de Linhas de Transmissão - LT de energia elétrica (tensão igual ou superior a 230 kV), ao final de 2012, alcançou a marca de 106.874 km, com o acréscimo de 3.082 km no ano de 2012. Parte desse crescimento foi proporcionada pela conclusão dos empreendimentos de transmissão LT 500 kV Cuiabá – Ribeirãozinho – Rio Verde, C2, com 606 km no total; a LT Porto Velho - Rio Branco 230 kV, com 487 km; a LT 230 kV Chapadão - Imbirussú, com 295 km; a LT Chapadão - Jataí, com 256 km; e a LT 230 kV Miranda – Encruzo Novo, com 240 km no total. Outro destaque foi a entrada em operação da LT Coletora Porto Velho/Porto Velho, C1 e C2, por ser a primeira fase do complexo de obras da Integração do Madeira, o que possibilita a operação das primeiras máquinas da UHE Santo Antônio e proporcionou o aumento da confiabilidade de suprimento à região da capital de Rondônia. Ainda com relação ao sistema de integração das usinas do Rio Madeira, está em fase adiantada de construção o primeiro bipolo da LT Porto Velho/Araraquara, com 2.375 km de extensão, para escoamento da energia hidrelétrica gerada nas usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.

**Interligação dos Sistemas Isolados** – No âmbito das interligações dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, o destaque ficou a cargo das obras da LT Tucuruí/Macapá/Manaus – 500 kV, com 1.846 km, com previsão de conclusão em maio de 2013, um dos principais empreendimentos de transmissão atualmente em construção.



**Figura 5: Linha de transmissão Tucuruí/Macapá/Manaus, trecho rio Amazonas.**

Em outubro de 2012, foi concluída, no município paraense de Jurupari, a maior travessia de um rio já percorrida por uma linha de transmissão de energia elétrica. A figura 4, acima, mostra a linha de transmissão que atravessa o rio Amazonas, composta por duas torres de 295 metros de altura cada, e fazem parte do empreendimento Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus. Essas são as mais altas torres de transmissão do Brasil.

**Transformação de Energia** – A capacidade instalada de transformação de energia, em 2012 foi ampliada em 16.724 MVA, distribuídos em 58 Subestações da rede básica no território nacional, o que alcançou, ao final do ano, o valor de 246.924 MVA. As subestações de destaque foram a SE Araraquara II (3.750 MVA), principal ponto de integração das usinas do Rio Madeira com a região Sudeste, no Estado de São Paulo; a SE Camaçari IV (2.400 MVA), que integrará novas usinas térmicas no Estado da Bahia; e as SEs Jandira e Itatiba (ambas com 800 MVA), localizadas também no Estado de São Paulo.

**Gestão do Setor Elétrico** – As atividades institucionais de gestão priorizaram o monitoramento da evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica, no território nacional, em conformidade com a política tarifária vigente. Quando necessário houve participação na implementação de políticas que asseguram o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda, nos estudos para definição de tarifas diferenciadas para classes especiais de consumo e processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais. A modicidade tarifária manifesta-se como consequência da aplicação dos seguintes princípios nos trabalhos de gestão do setor:

- Desenvolver estudos com a finalidade de criar políticas para promoção da modicidade tarifária;
- Evitar novos subsídios ou descontos tarifários que gerem impactos nas tarifas;

- Evitar aumento dos percentuais dos subsídios ou descontos tarifários já existentes;
- Priorizar tecnologias que levem à redução tarifária e melhorem a qualidade dos serviços de energia elétrica;
- Aperfeiçoar o processo de comercialização da energia elétrica;
- Acompanhar o início dos processos referentes ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (3CRTP) das concessionárias de distribuição de energia elétrica e os Reajustes Tarifários anuais.
- Acompanhar e participar das decisões a respeito das concessões vincendas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do País;
- Acompanhar os desdobramentos da nova sistemática de concessão e custeio da Tarifa Social de Energia Elétrica;
- Organizar as informações necessárias para obtenção dos montantes a serem contratados pelos agentes de distribuição e acompanhar a realização dos leilões de energia elétrica A-1, A-3, A-5, de Ajuste e de Reserva;
- Dar continuidade aos estudos para estabelecimento de políticas públicas para implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente – *Smart Grids*;
- Acompanhar a consolidação e atualização dos regulamentos setoriais.

A gestão da aplicação dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE preocupou-se com o uso dos valores arrecadados de forma a não provocar aumentos tarifários acima dos programados, o que foi conseguido pela liberação controlada dos subsídios para o Carvão Mineral Nacional para geração de eletricidade e das parcelas utilizadas no Programa Luz para Todos – LpT. A parte da Reserva Global de Reversão – RGR, usada no LpT, também foi feita em acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, de forma a manter o equilíbrio do sistema arrecadador.

**Desempenho do Sistema** - Em 2012, foram realizadas ações - criação de grupos de trabalho e encaminhamentos emergenciais junto ao ONS e concessionárias envolvidas - no sentido de contornar problemas de risco de não atendimento à carga para algumas regiões mais críticas, como os Estados de Roraima e Goiás e o Distrito Federal. Essas ações são realizadas por grupos de trabalho específicos criados no âmbito do MME, com participação do ONS, da Eletrobras/GTON, EPE, ONS e as concessionárias de distribuição da região de estudo. Foi criado, ainda em 2012, o grupo de trabalho para aplicação do Protocolo de Avaliação dos Sistemas de Proteção do SIN. As atividades do grupo se fundamentaram na Portaria MME nº 576, de 31 de outubro de 2012, que estabelece as diretrizes para realização de avaliação dos sistemas de proteção das instalações do SIN. Em novembro de 2012, 8 subestações do Grupo Eletrobras foram objeto da aplicação do Protocolo de Avaliação dos Sistemas de Proteção. Para a segunda etapa estão previstas outras 33 subestações, com aplicação também em instalações de empresas que não pertencem ao Grupo Eletrobras.

### **Ambiente de Demanda**

**Mercado Consumidor** – A energia elétrica em Tera Watt Hora produzida em 2011 foi de 524,7 TWh e a produzida em 2012 foi de 544,7 TWh, com crescimento de 3,8%. Apesar da classe de consumo industrial não apresentar crescimento em 2012, a classe de consumo residencial obteve crescimento de 5,0% e a classe comercial de 7,9%. O índice de perdas total, soma das perdas de transmissão e distribuição, cresceu 5,1% em 2012, quando comparado ao ano de 2011, indicando que os fortes desvios sociais na energia medida nos sistema de distribuição persistem. O Número de Unidades Consumidoras Totais – NUCT aumentou de 70,3 milhões, em 2011, para 72,4 milhões, em 2012. O incremento de 2,9% supera o aumento demográfico da população porque as ligações do Programa Luz para Todos ainda aumentam a taxa de atendimento do país, com incorporação de

domicílios das regiões rurais que ainda não contavam com o benefício da eletricidade, além do esforço das empresas de distribuição, principalmente na Região Norte, para regularizar a medição dos seus consumidores.

**Programa Luz para Todos - LpT** – O Decreto nº 7.520/2011 instituiu uma nova fase para o LpT, para o período 2011-2014. Em 2012, o LpT atendeu a 120.131 famílias rurais, beneficiando 480,5 mil pessoas. No acumulado, até dezembro de 2012, foram atendidas 3.022.529 famílias, com benefício a aproximadamente 14,7 milhões de brasileiros do meio rural. Estima-se que a execução das obras, em 2012, tenha promovido a inserção de 18 mil pessoas no mercado de trabalho, com a utilização de 300 mil postes, 40 mil transformadores e 60 mil km de cabos para transmissão da eletricidade.

Ações como a elaboração de contratos para 65 mil ligações, bem como o emprego de materiais alternativos, como cabos subaquáticos e postes de fibra de vidro, além da interação com a Aneel para regulamentar o atendimento em regiões remotas, fez com que o LpT alcançasse 55% da meta estabelecida para o ano de 2012. O alcance da meta foi prejudicado em virtude de fatos como a recuperação judicial da Celpa, a intervenção das empresas do Grupo Rede, a reestruturação societária com vistas ao equacionamento financeiro da concessionária Celg e o baixo desempenho das concessionárias da Região Norte, em razão da carência de mão de obra e dificuldades logísticas para execução de obras em regiões remotas.

**Sistemas Isolados** – Com a edição do Decreto nº 7.520/2011, houve a necessidade da publicação do novo Manual de Operacionalização do Programa, para o período 2011-2014, anexo à Portaria MME nº 628/2011, contemplando todas as diretrizes contidas no Decreto. Ainda houve a necessidade da adequação do Manual de Projetos Especiais, cuja revisão está em andamento.

O Manual de Projetos Especiais estabelece os critérios técnicos e financeiros para o atendimento às comunidades isoladas e de difícil acesso. Dentre as opções tecnológicas, são considerados os sistemas de geração descentralizados, a partir de mini e micros centrais hidrelétricas, sistemas hidrocinéticos, usinas térmicas a biocombustíveis ou gás natural, usinas solares fotovoltaicas e torres eólicas para captar a força dos ventos. Estão sendo empregados ainda cabos subaquáticos que irão atender as ilhas fluviais e oceânicas, postes de fibra de vidro que, por flutuarem, podem ser transportados até em canoas, o que facilitará seus deslocamentos pelos árduos caminhos da região Amazônica.

Dos Projetos Especiais, entraram em operação comercial em 2012 quatro sistemas para atendimento de 75 unidades consumidoras no Arquipélago de Araras, no Município de Breves – PA, e um sistema para suprir 50 unidades consumidoras na Ilha Grande, no Município de Humberto de Campos – MA. Essas comunidades passaram a usufruir dos benefícios da energia elétrica para atendimento de suas necessidades básicas de iluminação, refrigeração e comunicação.

**Ações Integradas** - Visando otimizar as oportunidades proporcionadas pelo acesso à energia elétrica, o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos estabelece, como um de seus objetivos, integrar-se “aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos estados para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e inclusão social da população beneficiada”.

O objetivo das Ações Integradas do LpT é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de emprego e renda e contribuindo para a redução dos índices de pobreza. O

LpT vem apoiando Centros Comunitários de Produção – CCP constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos elétricos para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como resfriamento de leite; produção de rapadura, açúcar mascavo e doces de frutas; criação de animais de pequeno porte; artesanatos; confecções; e outros.

**Interligações Internacionais** - O Brasil possui sistemas elétricos para intercâmbio de energia elétrica com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela.

No caso do Uruguai, Argentina e Paraguai, o intercâmbio é feito por meio de conversoras de frequência bidirecionais porque estes países utilizam sistema elétrico que operam com frequência de 50 Hz, enquanto o brasileiro opera com 60 Hz. As conexões são em 230 kV e 500 kV e existe possibilidade de exportação e importação de energia elétrica.

No caso da Bolívia e Colômbia o intercâmbio é feito por conexão em tensão de distribuição, em 13,8 kV, em cidades de fronteira nos estados de Mato Grosso, Acre e Amazonas.

No caso da Venezuela, o intercâmbio é feito por conexão em 230 kV, apenas com a modalidade de importação de energia elétrica para abastecer o Estado de Roraima.

Em 2012, foram renovados os Memorandos de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e Ministérios equivalentes na Argentina e Uruguai para intercâmbio de energia elétrica interruptível com prazo de vigência até final de 2014.

Também em 2012 foi dado prosseguimento no desenvolvimento de tratativas para regularização do fornecimento de energia elétrica a localidades da fronteira do Brasil (MT) com a Bolívia.

## **Principais Ações de 2012**

### **Geração de Energia Elétrica**

- Acréscimo de potência no sistema de geração de 3.983 MW;
- Entrada em operação de 626,4 MW dos 3.150,4 MW da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia;
- Entrada em operação de mais 407,7 MW dos 1.087 MW previstos para a UHE Estreito, entre o Maranhão e o Tocantins (em 2011 já havia entrado em operação 543,6 MW, restando agora somente 135,8 MW para 2013);
- Entrada em operação da UTE Baixada Fluminense – 530 MW, no Rio de Janeiro;
- Início das obras da UTE Maranhão III (499,2 MW), Maranhão IV (337,6 MW) e Maranhão V (337,6 MW), no Estado de mesmo nome.

### **Sistema de Transmissão e Transformação de Energia Elétrica**

- Acréscimo de 3.082 km de linhas de transmissão e 16.724 MVA de capacidade de transformação ao Sistema Elétrico Brasileiro;
- LT 500 kV Cuiabá – Ribeirãozinho – Rio Verde, C2, com 606 km;
- LT Porto Velho - Rio Branco 230 kV, com 487 km;
- LT 230 kV Chapadão - Imbirussú, com 295 km;
- LT Chapadão - Jataí, com 256 km; e a LT 230 kV Miranda – Encruzo Novo, com 240 km no total.

## **Gestão do Setor Elétrico**

- Acompanhamento de 39 Reajustes Tarifários e 27 Revisões Tarifárias Periódicas, que permitiram a emissão de 3 Informativos Tarifários e 5 Resumos Reajustes e Revisões Tarifárias Periódicas;
- Participação na definição da metodologia que estabeleceu as tarifas de Operação e Manutenção das concessões de geração e transmissão renovadas no âmbito da Medida provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que permitiu a redução média de mais de 20% nas tarifas aplicáveis aos consumidores finais;
- Acompanhamento dos efeitos da Lei nº 12.212/2010 e de sua regulamentação. A TSEE beneficiou mais de 11,5 milhões de unidades consumidoras em 2012;
- Análise de 28 Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que pudessem acarretar em aumento tarifário visando orientar a Assessoria Parlamentar sobre como proceder junto ao Congresso Nacional;
- Compilação das informações referentes ao Leilão A-5, realizado em dezembro de 2012, e emissão de 12 edições do produto “Acompanhamento dos preços dos contratos de suprimentos dos leilões de energia elétrica e dos Custos Variáveis Unitários”;
- Visita técnica ao Japão para conhecer a experiência do país quanto à implantação das Redes Elétricas Inteligentes – *Smart Grids*.

## **Programa Luz para Todos – LpT**

- Execução de 120.131 novas ligações em 2012;
- Foram beneficiadas mais de 480,5 mil pessoas em 2012;
- Atendimento acumulado, de 2004 a 2012, a 3.022.529 famílias;
- De 2004 a 2012, foram beneficiados 14, milhões de brasileiros do meio rural.

## **Conclusão**

O desenvolvimento das atividades da Secretaria de Energia Elétrica - SEE, executadas no ano de 2012, ocorreram em consonância com o exercício das competências estabelecidas no Decreto nº 7798, de 12 de setembro de 2012.

Ao observar o comportamento dos indicadores e metas setoriais envolvidos nas variáveis dos ambientes de oferta e demanda de energia elétrica, bem como as realizações no âmbito da política tarifária, é possível avaliar um desenvolvimento evolutivo constante e forte na contribuição para as Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas para o MME. Assim, observadas as diretrizes e formulações de políticas setoriais, emanadas pelo Governo Federal, bem como a qualidade do ordenamento jurídico do setor elétrico nacional, pode-se afirmar, que o desempenho do sistema elétrico nacional está em franco e progressivo desenvolvimento, indo ao encontro das necessidades do País.

### III. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

#### 1 - Políticas Públicas e Metas Setoriais

##### Políticas Públicas:

- Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

##### Metas setoriais:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional, por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, sob regras econômico-financeiras e políticas que permitam a remuneração atrativa dos investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social.

#### 2 - Principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2012

As ações e atividades realizadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético ao longo do ano de 2012 são derivadas dos trabalhos de suas áreas, resultando em aproximadamente 3.700 documentos emitidos pela SPE, entre Notas Técnicas/Informativas, Ofícios, Memorandos e Portarias, detalhados na tabela abaixo:

**Documentos Emitidos pela SPE - 2012**

	Nota Técnica	Nota Informativa	Ofícios	Memorandos	Portarias	Total de Documentos
DPE	189	26	227	234	-	676
DOC	221	8	237	682	-	1.148
DDE	144	40	49	93	-	326
N3E	19	1	5	27	-	52
SPE	2	-	307	1.021	196	1.526
<b>Total</b>	<b>575</b>	<b>75</b>	<b>825</b>	<b>2.057</b>	<b>196</b>	<b>3.728</b>

##### Síntese das principais ações e atividades desenvolvidas em 2012

###### 2.1. Balanço Energético Nacional e Matriz Energética.

As principais ações e atividades neste segmento foram: a) Organização de banco de dados de indicadores energéticos mundiais; b) Intercâmbio de informações energéticas com a Organização Latino-Americana de Energia – OLADE, Agência Internacional de Energia – AIE, Nações Unidas,

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e com outras entidades governamentais; c) Avanços no desenvolvimento, junto ao CEPEL, do modelo Matriz, que vem sendo utilizado para estudos energéticos prospectivos de longo prazo; d) Publicação da Resenha Energética Brasileira em maio de 2012, contendo as Matrizes Energéticas do exercício de 2011 e outras informações relevantes; e) Manutenção da página de estatísticas energéticas na rede mundial de computadores; f) Elaboração de indicadores de emissões para projetos de crédito de carbono, g) Publicação de boletins temáticos contendo informações energéticas nacionais e internacionais.

## 2.2. Plano Decenal de Expansão da Energia.

O Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2021 foi elaborado e submetido a processo de consulta pública em 2012 por meio da Portaria MME nº 546, de 21 de setembro de 2012. Após a análise e consideração de contribuições recebidas, o relatório do PDE 2021 foi concluído e, no mês de dezembro, o Processo do PDE 2021 foi encaminhado pela SPE à Consultoria Jurídica do MME, visando a aprovação do Plano. Este documento é fruto de trabalho conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e explicita de forma indicativa o programa de obras de geração e de forma determinativa o de transmissão de energia elétrica, criando as bases indispensáveis para os leilões de novos empreendimentos nestes dois segmentos.

O PDE 2021 constitui uma referência importante para o setor energético nacional. A incerteza do ambiente externo ressalta o papel do planejamento decenal no auxílio à formação das expectativas dos agentes do setor energético brasileiro, no sentido de buscar a utilização mais adequada dos recursos nacionais.

Em horizonte mais amplo, com vistas a subsidiar novos Planos Decenais, e estabelecer uma base de projetos estruturantes, foram realizados estudos focados na expansão energética no período pós-decenal, até 2050.

## 2.3. Planejamento da Expansão da Geração de Energia.

Merecem destaque os trabalhos para fundamentar a determinação das garantias físicas de energia das novas fontes de geração, bem como das revisões destas características. No sentido de regulamentar os procedimentos para a realização do cálculo e revisão da garantia física de empreendimentos de geração de energia elétrica, destacam-se as metodologias estabelecidas para os seguintes casos:

- Metodologia de cálculo de garantia física de energia de Usinas Termelétricas - UTEs candidatas à mudança de combustível, nos termos do Decreto nº 7.523, de 8 de julho de 2011 – Portaria MME nº 7, de 5 de janeiro de 2012;
- Metodologia de revisão de garantia física de UTEs à base de biomassa com Custo Variável Unitário - CVU nulo em decorrência da alteração da potência instalada.

Em função das análises técnicas realizadas no período de 2012, foram alcançados os seguintes resultados:

- Cálculo e recálculo (com base em aprovação/ alteração de projeto básico) de garantia física de PCHs e CGHs. Garantia física publicada: 75 usinas;
- Revisão da garantia física com base na geração média de energia elétrica verificada de PCHs e CGHs

Em 2012

- Número de usinas analisadas: 363
  - Usinas com aumento de garantia física: 6
  - Usinas com diminuição de garantia física: 34
- 
- Revisão extraordinária dos montantes de garantia física de energia de Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, com capacidade superior a 30 MW. Garantia física publicada: 6 usinas.
  - Leilão A-3\* – 2012. Garantias físicas publicadas:
    - PCHs: 6
    - UTEs a Gás Natural e Biomassa: : 21
    - Eólicas: 599
- \* A Portaria MME nº 603, de 28 de novembro de 2012, cancelou o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão A-3.
- Leilão A-5 – 2012. Garantias físicas publicadas:
    - PCHs: 7
    - UTEs a Gás Natural e Biomassa: 13
    - Eólicas: 564
    - UHEs: 11

#### 2.3.1. Planejamento da Expansão da Geração de Energia nos Sistemas Isolados

- Em 2012, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE aprovou o planejamento de mercado proposto para atendimento aos sistemas isolados a seguir apresentados
  - Sistema Isolado Oiapoque, estado do Amapá, compreendendo três localidades, Oiapoque, a sede do município, e seus distritos de Clevelândia e Aldeia do Manga, atendido pela Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA;
  - Sistema Isolado Rondônia, estado de Rondônia, compreendendo dez localidades, Calama, Conceição da Galera, Demarcação, Maici, Nazaré, Santa Catarina, São Carlos, Pedras Negras, Rolim de Moura do Guaporé e Surpresa, atendido pela Eletrobras Distribuição Rondônia – EDRO. Essas localidades deverão permanecer como sistemas isolados por um período significativo tendo em vista a inviabilidade econômica de suas interligações ao sistema de transmissão Acre/Rondônia– Mato Grosso.

#### 2.4. Planejamento da Expansão da Transmissão de Energia.

No segmento da transmissão de energia elétrica relacionam-se as seguintes atividades:

- Consolidação de Obras de Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão agregando tanto a visão de operação (Plano de Ampliações e Reforços) quanto a visão de planejamento (Programa da Expansão da Transmissão), conferindo ao Setor Elétrico Brasileiro (SEB) uma referência comum ao conjunto das obras que serão licitadas, e às obras que serão objeto de atos autorizativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta atividade engloba, dentre outros, os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Socioambiental – EVTE, Detalhamento de Alternativas de Referência, Caracterização e Análise Socioambiental e Caracterização da Rede Existente, que são indispensáveis à realização dos leilões de novos empreendimentos de transmissão;

- Análise de solicitação de acesso à rede básica por consumidores livres, com base em estudos de mínimo custo global, para emissão de portaria que reconhece o enquadramento normativo e a possibilidade do referido acesso;
- Revisão das Diretrizes para Elaboração dos Relatórios Técnicos (R1-R2-R3-R4) que subsidiam a atividade de leilão;
- Proposta de Guia de Procedimentos para Acesso ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica e Conexão à Rede Básica por Consumidores Livres.

Durante o ano de 2012 foram realizados os Leilões ANEEL nº 02/2012, nº 03/2012, nº 05/2012 e nº 07/2012, que totalizaram 7.736 km de linhas de transmissão e 7.307 MVA de capacidade de transformação, conforme tabela a seguir:

<b>LEILÃO</b>	<b>EXTENSÃO (km)</b>	<b>MVA</b>
02/2012	3.040	1.560
03/2012	284	2.350
05/2012	589	1.647
07/2012	3.823	1.750
<b>TOTAL</b>	<b>7.736</b>	<b>7.307</b>

## 2.5. Integração Energética com outros países.

A SPE mantém atividades diversas visando a integração energética com outros países, em especial com aqueles limítrofes, mediante participação em iniciativas bilaterais e fóruns internacionais, com destaque para a UNASUL. Estas atividades são contínuas e propiciam um relacionamento profícuo que estreita a relação dos setores energéticos dos países envolvidos e permite a preparação de bases para o desenvolvimento de empreendimentos multinacionais e a comercialização de energéticos.

## 2.6. Desenvolvimento tecnológico em energia.

No ano de 2012, a SPE celebrou convênio com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, tendo como objeto a manutenção e expansão das atividades do Centro de Referência para as Energias Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito – CRESESB, visando atender aos novos desafios decorrentes do uso destas formas de energias renováveis no Brasil. Dentre as metas do convênio, a realização de estudo relacionado à utilização de aerogeradores de pequeno porte, tecnologia que se apresenta com relativo potencial de crescimento no país após a regulamentação da geração distribuída. Além dos convênios de cooperação técnica financeira, a SPE participa do comitê-gestor do Fundo Setorial de Energia (CT-ENERG) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) que define os macrotemas de pesquisas e projetos tecnológicos que serão adotados nos editais do CNPq e da FINEP. Em 2012, a SPE apresentou ao comitê-gestor deste Fundo, a iniciativa capitaneada pela Eletrobrás para o fortalecimento do Centro Brasileiro de Eficiência Energética em Edificações, visando dar suporte científico ao Programa Brasileiro de Etiquetagem em Edificações e à aferição dos organismos acreditados para a certificação.

## 2.7. Energia alternativa limpa e renovável.

Grande atenção foi dedicada ao desenvolvimento de ações promotoras de uma matriz energética limpa, na qual as fontes renováveis mantiveram destaque. Com este enfoque, vários trabalhos foram

realizados no exercício de 2012, dentre os quais, os estudos “BFT - Bomba Funcionando como Turbinas”, “Máquinas Elétricas: Geradoras e Motores”, “Inventário do Potencial de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL das PCHs outorgadas e inventariadas” e “Estudo da Evolução e uso de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Micro Centrais Hidrelétricas - MCHs, dificuldades para sua utilização e legislação ambiental envolvida”, desenvolvido pelo Centro de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas - CERPCH no âmbito de convênios de cooperação técnica e financeira. Destaca-se a atualização do Atlas de Bioenergia e o detalhamento do potencial de produção de etanol de 2ª geração, desenvolvido pelo Centro de Referência em Biomassa – CENBIO.

Em 2012 foi desenvolvido um estudo interno que abordou a viabilidade do potencial brasileiro da geração solar na Matriz Elétrica, abrangendo as atuais alternativas tecnológicas, os requisitos para certificação da energia, as estimativas de custos, os encargos setoriais e tributos incidentes, entre outros itens. Numa segunda etapa foi realizada uma análise específica da viabilidade econômica da geração solar fotovoltaica distribuída, levando em consideração simulações técnico-econômicas realizadas em parceria com a Assessoria Econômica.

Nesse mesmo ano participou da análise para qualificação de projetos estratégicos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) promovidos pela ANEEL.

A SPE contribuiu na avaliação dos projetos registrados no edital n.º 014/2012 “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir do Biogás oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira”, com o objetivo específico de garantir o atendimento às premissas estabelecidas no planejamento energético e avaliar as possibilidades de otimização deste insumo energético, considerando a possibilidade de planejamento integrado com outros recursos e a cogeração de energia elétrica.

Em 2012 a SPE coordenou o grupo técnico de recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, para atender as prerrogativas estabelecidas na Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e propôs uma Portaria Interministerial para regulamentar o tema. Este instrumento irá integrar o portfólio de regulamentações da referida Lei, previsto para ser lançado em 2013.

Foi dado prosseguimento às ações de gestão no sentido de acompanhar e apoiar as diretrizes governamentais para a implementação da política sobre mudança climática, visando à redução de emissões de gases de efeito estufa e a sustentabilidade ambiental do setor energético, em cumprimento à legislação nacional e aos acordos internacionais dos quais o país é signatário.

A SPE participou do colegiado da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC, órgão nacional responsável pela aprovação dos projetos de créditos de carbono no âmbito do MDL do Protocolo de Kyoto. No ano de 2012, foram analisados e aprovados 91 projetos relacionados à energia. A operação conjunta desses empreendimentos evitará a emissão de 25 milhões de tCO<sub>2</sub> por ano, de acordo com as condições previstas nos projetos. Esse montante equivale às emissões do setor elétrico nacional do ano de 2005. Ressalta-se que dentre os projetos aprovados, encontram-se as usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Teles Pires e a linha de transmissão Tucuruí-Manaus-Macapá.

## 2.8. Eficiência Energética.

No ano de 2012 foram realizadas as reuniões do Grupo de Trabalho para implementação do Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf, com a finalidade descrita no Plano: “propor estratégias, elaborar Plano de Trabalho e sugerir critérios destinados à implementação e ao acompanhamento do

Plano (...), que permitirá a inserção da eficiência energética no planejamento do setor energético de forma explícita e sustentável, orientando as ações dos diversos entes públicos e privados no combate ao desperdício de energia e na construção de uma economia energeticamente eficiente”.

O principal objetivo do PNEf é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, no qual 10% do consumo de energia elétrica em 2030 será atendido por programas de Eficiência Energética.

Também em 2012 foi instituído formalmente o Projeto Esplanada Sustentável - PES com a finalidade de integrar as ações que visem à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos. O Projeto tem a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contando com o apoio técnico e a expertise do MME no desenvolvimento de projetos de eficiência energética, por meio do Procel Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP).

No âmbito das regulamentações para os níveis mínimos de eficiência energética, determinados pela Lei nº 10.295/2001, iniciou-se uma nova etapa dessas atividades, sob a coordenação do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética - CGIEE. Estimativas indicam que as regulamentações já instituídas e aquelas preconizadas em curto prazo no Plano de Trabalho do CGIEE contribuirão com cerca de 20% das metas preconizadas pelo Plano Nacional e Eficiência Energética – PNEf no horizonte 2030.

Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos desta medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R\$ 6 bilhões em custos de geração, transmissão e distribuição.

Em razão disso, as concessionárias de energia elétrica, no âmbito da Lei nº 9.991/2000, tem dirigido suas ações de eficiência energética na substituição das incandescentes.

Da mesma forma, as ações de Eficiência Energética contidas no PAC-2 permitiram a substituição de mais de 200 mil refrigeradores obsoletos por similares mais eficientes, por meio de programas das concessionárias de energia elétrica, assim como a instalação de cerca de 14 mil Sistemas de Aquecimento Solar de Água.

Na área de Eficiência Energética de Petróleo e Derivados, a medida de maior impacto em 2012 foi a incorporação dos critérios de eficiência energética no novo regime automotivo. Com isso, estima-se que mais de 70% dos automóveis vendidos no Brasil possuem etiqueta de eficiência energética, com metas de evolução progressiva de eficiência nos automóveis comercializados no país.

## 2.9. Acompanhamento dos leilões de compra de energia.

Foram previstos, para o ano de 2012, a realização de dois leilões de compra de energia elétrica destinada ao Sistema Interligado Nacional - SIN no Ambiente de Contratação Regulada - ACR:

- a) Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 1/2012, denominado Leilão A-3/2012, e
- b) Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 6/2012, denominado Leilão A-5/2012.

O Leilão A-3/2012 previsto para realização na data de 12 de dezembro de 2012 foi cancelado por meio da Portaria MME nº 603, de 29 de novembro de 2012.

Em 14 de dezembro de 2012 foi realizado o leilão A-5/2012 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender a demanda declarada pelas distribuidoras a partir de 2017. Foram contratados no certame 12 projetos de geração, sendo 2 hidrelétricas e 10 eólicas, totalizando capacidade instalada de 574,3 MW.

Novos 302,2MW médios foram disponibilizados, com energia ao preço médio de aproximadamente R\$ 91,25/MWh.

#### 2.10. Outorgas de empreendimentos de geração de energia.

Em 2012 foram instruídos processos para os seguintes leilões de compra de energia elétrica:

- 7º Leilão de Energia Nova (A-5/2008);
- 3º Leilão de Energia de Reserva (LER/2010);
- 4º Leilão de Energia de Reserva (LER/2011);
- 12º Leilão de Energia Nova (A-3/2011);
- 13º Leilão de Energia Nova (A-5/2011).

Com isto, 121 empreendimentos foram outorgados os quais correspondem a cerca de 4.505,6 MW e 2.372,6 MW médios adicionados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

#### 2.11. Acompanhamento dos leilões de transmissão de energia.

No ano de 2012, foram realizados quatro leilões de transmissão de energia elétrica, compreendendo cerca de 7.898,9 km linhas e 25 subestações com mais de 7.555 MVA de capacidade de transformação, em sistemas de 230, 345, 440, 500 e 525 KV, para a expansão do SIN. As obras correspondentes demandarão cerca de R\$ 8,3 bilhões de investimentos, entrarão em operação a partir de 2013, gerando aproximadamente 33.071 empregos diretos durante a construção.

#### 2.12. Outorgas de empreendimentos de transmissão de energia.

Durante o ano de 2012, foi instruído o processo referente ao Leilão nº 06/2011, resultando em 8 novas outorgas de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, que acrescentarão ao SIN cerca de 1.500 km de linhas e 12 subestações com 4.637 MVA de capacidade de transformação.

A partir dos leilões de 2012, foi dispensada a edição de Decreto presidencial para a outorga das instalações de transmissão, não sendo mais necessária a instrução desses processos de outorga pelo DOC.

#### 2.13. Gestão de empreendimentos outorgados.

Antes da edição da Medida Provisória nº 579, em 11 de setembro de 2012, foi prorrogada a PCH San Juan e a UHE Serra da Mesa.

#### 2.14. Verificação de dados técnicos dos projetos submetidos ao MME para enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

Foram verificados pelo DOC os dados técnicos referentes a 174 empreendimentos de geração e 74 projetos de transmissão e 2 de distribuição que obtiveram a respectiva portaria de enquadramento ao REIDI.

2.15. Aprovação de projeto de infraestrutura como prioritário para emissão de debêntures.

Foram analisados processos referentes a 8 empreendimentos de geração e 1 de transmissão que obtiveram a respectiva portaria de aprovação como projeto prioritário, nos termos do art. 2º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, para possibilitar emissão de debêntures.

2.16. Autorização para importação e exportação de energia elétrica.

Foram analisadas três solicitações de comercializadores para exportação e importação de energia elétrica com Argentina, Bolívia e Uruguai que resultaram na publicação de portarias autorizativas.

2.17. Alteração de características técnicas de empreendimentos de geração.

Foram analisados pelo SPE vinte processos para alteração de características técnicas de projetos habilitados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE que venderam em leilões de energia nova, de fontes alternativas ou de reserva. Os processos são encaminhados pelos agentes interessados à ANEEL, são analisados de forma inicial pela Agência e posteriormente são encaminhados para manifestação do MME.

#### **4 – Conclusão**

Comparando as atividades executadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE com suas atribuições regimentais colocadas no Decreto nº 7798, de 12 de setembro de 2012 e as políticas públicas envolvidas, é válido afirmar que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE cumpriu suas atribuições de forma satisfatória, no exercício de 2012, no que se refere à gestão.

---

## **IV. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis**

---

### **Políticas Públicas e Metas Setoriais**

#### Políticas Públicas

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana;
- e) Consolidar o uso de combustíveis renováveis no Brasil e fomentar a agricultura familiar.

#### Metas setoriais

- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais, a substituição de importados, a otimização da produção nacional e as exportações, em consonância com a disponibilidade das reservas, por meio de políticas e diretrizes

governamentais alinhadas com a evolução do consumo nacional e o desenvolvimento tecnológico, observadas as exigências ambientais, bem como de segurança e qualidade;

- Promover o aumento da produção e da oferta nacionais de gás natural, o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e distribuição e a integração energética com outros países, minimizando custos e impactos ambientais em benefício da sociedade;

- Promover a adequação da produção de derivados de petróleo e de outros combustíveis líquidos à demanda, dotando os respectivos parques industriais, a infraestrutura de transporte e de distribuição de características que maximizem o uso de insumos nacionais, reduzindo a dependência externa e o risco de desabastecimento, observadas às exigências ambientais, bem como os padrões de qualidade e segurança;

- Promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas visando garantir o satisfatório abastecimento de combustíveis renováveis no País, bem como a sua adequada participação na matriz energética;

- Propor políticas públicas voltadas ao aumento da participação do setor de combustíveis renováveis na matriz energética nacional.

## **Principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2012**

### **1. Pré-Sal**

Com o novo arcabouço legal para a exploração e produção sob o regime de partilha de produção, ditado pelas Leis nºs 12.351, de 2010 (Lei da Partilha de Produção), 12.276, de 2010 (Lei da Cessão Onerosa) e 12.304, de 2010 (Lei da Pré-sal Petróleo S.A. – PPSA), estima-se que a partir de 2013 possa ser realizada a primeira licitação nesse novo modelo, específico para área do Pré-sal, uma vez que encontram-se em fase de elaboração as minutas do Estatuto da PPSA, do Edital e do Contrato de Partilha de Produção. Também em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que determina o percentual de royalties decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e as regras para sua distribuição entre os membros da Federação. Na oportunidade foi editada a Medida Provisória nº 592, de 03 de dezembro de 2012, a qual determina novas regras de distribuição, entre os membros da Federação relativamente ao regime de concessão e disciplina a destinação dos rendimentos do Fundo Social, bem como os royalties do regime de concessão, exclusivamente para a educação.

O Brasil deverá alcançar até 2020, com as contribuições advindas do Pré-sal, posição de destaque mundial como detentor de relevante estoque de reserva de petróleo e gás natural. Estima-se que tal reserva, considerando os blocos exploratórios já licitados, estejam entre 27,5 e 35,1 bilhões de barris de óleo equivalente (boe, que representa o somatório de petróleo e gás natural). Atualmente, as reservas brasileiras provadas de petróleo e gás natural já atingiram a marca de 18,02 bilhões de boe em 31 de dezembro de 2012.

Destaca-se que, em setembro de 2012, no exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos e em conformidade com a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, a Petrobras informou a conclusão do quarto poço perfurado após a assinatura do contrato de cessão onerosa, que comprovou a extensão dos reservatórios de óleo localizados no entorno do poço descobridor da área de Franco, no Pré-sal da Bacia de Santos. A coluna de hidrocarbonetos verificada neste quarto poço foi de 438 metros, a qual se constituiu em uma das maiores já encontradas no Pré-sal. Todos os poços perfurados encontraram óleo de boa qualidade, que foram comprovados por meio de amostras recuperadas a partir do reservatório carbonático.

No que se refere à produção na área do Pré-sal, no mês de dezembro de 2012, registrou-se 242,7 mil barris/dia de petróleo e 7,9 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, totalizando 294,84 mil boe/dia. Esta produção é oriunda de 13 poços, dos quais oito estão entre os 30 maiores produtores no País.

Supondo um cenário de grande demanda mundial de energia, estima-se que a produção brasileira de petróleo e gás irá aumentar aproximadamente 82% até 2017 e mais do que duplicar a atual produção até 2021, saindo dos atuais 2,6 milhões de boe/dia, em média, para 5,1 milhões de boe/dia em 2017 e mais de 6,9 milhões de boe/dia em 2021. O Pré-sal será responsável por aproximadamente 40% da produção e os quase 60% restantes será oriunda das reservas contidas nas demais áreas de produção em bacias marítimas e terrestres.

## **2. Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás**

Em 2012 a área ambiental da SPG atuou em vários colegiados na defesa dos interesses do setor, dentre eles: Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE; Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências ambientais com Produtos Químicos – P2R2; Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP; Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO; Comissão Interministerial para Recursos do Mar – CIRM; Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO; Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CT-COST, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ; Comitê Executivo de Produção Sustentável e Comitê Orientador para Implantação de Logística Reversa da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, oito projetos que tratam da melhoria da gestão ambiental e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos de petróleo e gás. Dentre estes, destaca-se o projeto MA 08, denominado “Desenvolvimento das Bases Ambientais para o Planejamento da Outorga de Blocos Exploratórios”, que é coordenado pelo DEPG/SPG/MME. O Projeto MA 08 possui em sua composição representantes dos seguintes órgãos/instituições: MME, MMA, Petrobras, IBP, ANP, EPE, IBAMA, ICMBio, OEMAs, BNDES e ABPIP. Destaca-se também o Projeto MA 07, denominado “Padronização, harmonização e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental de empreendimentos do setor de petróleo e gás”, sob a coordenação da Secretaria Executiva – SECEX do MMA.

## **3. Gás Natural**

### **3.1. A Regulamentação da Lei do Gás**

A Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, mais conhecida como “Lei do Gás”, e o Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, são as bases do novo marco regulatório do setor de gás natural no Brasil.

A Lei do Gás disciplina as atividades de transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural e trouxe entre os principais avanços a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, à definição do período de exclusividade para os carregadores iniciais, a regulamentação do acesso à infraestrutura de transporte e a introdução dos conceitos de autoprodutor, autoimportador e consumidor livre.

A nova Lei reforçou o papel do Ministério de Minas e Energia como poder concedente e formulador das políticas públicas para o setor do gás.

No entanto, faz-se necessária também à consolidação de atos normativos, de natureza infra legal, a exemplo de Portarias do Ministério de Minas e Energia, que trarão à realidade os princípios estabelecidos no novo marco regulatório. Esse trabalho vem sendo feito com transparência e participação de todos os agentes setoriais. Oportunamente, os atos normativos são submetidos a processos de revisão e introdução de melhorias, sempre que necessário.

Ao longo de 2012, foram envidados esforços no sentido de elaborar um conjunto de Portarias a serem publicadas pelo Ministério de Minas e Energia. Nesse sentido, o MME regulamentou os procedimentos para a provocação de terceiros para a construção ou a ampliação de gasodutos de transporte. Também foram regulamentados os procedimentos para a obtenção de autorização de importação de gás natural, inclusive na forma liquefeita. Foram estabelecidos os procedimentos para aprovação, como empreendimentos prioritários para fins de emissão de debêntures, de projetos de transporte de gás natural, que tenham sido outorgados sob o regime de concessão.

Estão em andamento, também, as discussões para a elaboração e minuta de Decreto para a Regulamentação do Plano de Contingência de Suprimento de Gás Natural, e da Portaria de diretrizes para o processo licitatório para concessão de gasodutos de transporte.

### **3.2. Elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT**

No que se refere à atividade de transporte de gás natural, a Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, e o Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, que a regulamentou, criaram um conjunto de responsabilidades para o Ministério de Minas e Energia. Com o novo marco regulatório, o MME passou a ser responsável pela proposição dos gasodutos de transporte que deverão ser construídos ou ampliados. Dentro deste novo modelo do setor de gás natural, cabe ao MME a responsabilidade pela elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT, com base em estudos desenvolvidos pela EPE.

A partir do PEMAT, o MME deverá propor a construção ou ampliação de gasodutos de transporte, que serão então objeto de chamada pública para contratação de capacidade de transporte e posterior licitação para concessão da atividade de transporte de gás natural, ressalvados os casos em que os gasodutos sejam autorizados, quando não terão a fase de licitação.

Durante o ano de 2012, a EPE desenvolveu os estudos que deverão subsidiar a publicação do PEMAT. O relatório final deverá ser remetido ao MME até o final de março de 2013 e a publicação da primeira edição do PEMAT é prevista para o primeiro semestre do mesmo ano.

### **3.3. Acompanhamento do mercado de gás natural**

Durante o ano de 2012, o DGN monitorou, permanentemente, as condições de atendimento do mercado brasileiro de gás natural, tendo publicado, mensalmente, o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Esse documento é resultado de um esforço do Departamento de Gás Natural no sentido de compilar as informações mais relevantes do setor, apresentando-as em um formato de fácil leitura e de consulta rápida, que possa subsidiar àqueles que desejem acompanhar os diversos aspectos da indústria do gás natural no Brasil.

O DGN também acompanhou por meio do monitoramento diário dos níveis de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, as condições de suprimento às UTEs a gás natural que integram a Carta Compromisso, antigo Termo de Compromisso (TC). Essa atividade possibilita a detecção de eventuais gargalos no fornecimento de gás natural à geração termelétrica. A Carta Compromisso renovou o TC firmado entre a ANEEL e a PETROBRAS, e tem como objetivo estabelecer a adequação entre a capacidade de geração termelétrica e a capacidade de suprimento de combustível para essa geração, por meio do cumprimento de um conjunto de ações pela PETROBRAS para proporcionar, ao Sistema Interligado Nacional – SIN, a garantia de oferta de gás natural para geração de energia elétrica. A partir deste monitoramento, constatou-se que, no ano de 2012, não houve semana operativa em que as disposições da Carta Compromisso tenham sido descumpridas.

### **3.4. Implementação de Políticas Públicas para a Queima de Gás Natural**

O DGN havia finalizado, em 2011, o estudo iniciado no ano anterior sobre a queima de gás natural. Destaca-se que o resultado desse estudo foi a consolidação de nota técnica reunindo assuntos relacionados à análise dos motivos técnicos e operacionais da queima de gás natural nas unidades de produção, à obtenção e análise de dados históricos sobre a produção e queima de gás natural no Brasil e em outros países, à obtenção e análise de informações relativas aos dispositivos legais em vigor no Brasil e em outros países, à análise sobre experiências internacionais visando à redução da queima de gás natural, à criação de bases que servirão de subsídio para a elaboração de futura política sobre a queima de gás natural no Brasil, além de aspectos jurídicos relacionados à implementação de futura regulamentação. Em 2012, o Departamento estabeleceu discussões com a ANP a respeito das ações necessárias após conclusão desse estudo.

## **4. Política de Abastecimento de Derivados**

### **4.1. Acompanhamento do acordo para implantação do Diesel S50**

Está em implementação as Fases P7 e L6 do Programa de Controle de Emissões Veiculares – Proconve, que exige, além de tecnologias embarcadas nos veículos automotores mais sofisticados, combustíveis de melhor qualidade. Dessa forma, ao longo de 2012, o DCDP acompanhou a introdução do diesel S-50, tendo editado mensalmente Boletim de Acompanhamento da Sala de Situação do Diesel S50. Adicionalmente, durante esse ano, coordenou quatro reuniões com todos os agentes envolvidos para o monitoramento da introdução desses produtos no mercado nacional. Ficou evidente que o abastecimento dos produtos ocorreu de forma satisfatória em todo o território nacional, estando em conformidade com o estabelecido no mencionado acordo. Paralelamente, foram discutidos os aspectos relacionados à introdução do diesel S10 em substituição ao diesel S50.

### **4.2. Introdução do Agente Redutor Líquido Automotivo - Arla32 nos veículos novos a diesel para reduzir poluentes em 2012**

Desde janeiro de 2012, a maioria dos veículos pesados novos a diesel se utilizou, além do diesel S50, do Arla32 para diminuir a emissão de poluentes da combustão. O Arla32 é um produto a base de ureia que reduz grande parte do óxido de nitrogênio emitido na combustão. No veículo, o produto fica armazenado em um recipiente separado do combustível.

Nesse sentido, ao longo de 2012, o MME monitorou a implementação do Arla32 em todo o país, por meio da “Sala de Situação”, voltada para o acompanhamento do abastecimento do mercado de Arla32. Durante as reuniões de acompanhamento de S50, também foram abordadas as questões relacionadas com o abastecimento de Arla32. Da mesma forma, os mencionados boletins mensais da Sala de Situação também contemplaram informações acerca do abastecimento, tais como produção, vendas, qualidade e preços desse produto.

### **4.3. Coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado – OLuc**

Em 17 de fevereiro de 2012 foi editada a Portaria Interministerial MME/MMA nº 59, a qual estabelece novos percentuais de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado para o período de 2012-2015. Essa Portaria foi fruto de diversas reuniões com representantes dos produtores e importadores de óleo lubrificante básico e acabado, dos revendedores de óleo lubrificante acabado, dos coletores e re-refinadores de OLuc, além da ANP e do MMA.

### **4.4. Acompanhamento do abastecimento de combustíveis na Região Norte**

Em 2012, o DCDP realizou um acompanhamento preventivo do abastecimento de combustíveis na região norte, por meio de recebimento de relatórios mensais desenvolvidos pela Distribuidora BR da Região Norte e de Boletim de Acompanhamento do Rio Madeira da Agência Nacional de Águas – ANA;

## **5. Hidrogênio**

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, foi realizada a 18ª Reunião do Comitê Diretor da IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, realizada em Sevilha, Espanha, em novembro de 2012. Essa reunião foi sucedida por um workshop para discutir o uso do hidrogênio como forma de armazenamento de energia. O Ministério de Minas e Energia participou dos eventos por meio do CEPEL (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), e o Departamento de Gás Natural acompanhou as discussões sobre o tema.

## **6. Regimes Especiais de Incentivo Fiscal**

No que se refere a políticas de incentivo fiscal para as atividades dos setores de petróleo e gás natural, destaca-se a participação do Ministério de Minas e Energia nas discussões para a criação do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF). Esse Regime, instituído pela Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012, tem o objetivo de incentivar projetos de implantação e ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos. De acordo com a Medida Provisória, cabe ao MME definir os projetos que se enquadram ao Regime e sua aprovação.

Ainda sobre política de incentivo fiscal, no setor de gás natural, o Ministério aprovou o enquadramento dos gasodutos Sul-Norte Capixaba e de exportação da Plataforma P-62, além do gasoduto e oleoduto de exportação da Plataforma P-55 no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Foi sugerido, ainda, o enquadramento do projeto de ampliação da capacidade do polo de processamento de gás natural de Cabiúnas, cuja aprovação ocorreu em janeiro de 2013.

## **7. Atuação na área internacional**

“No que tange às atividades internacionais relativas ao uso do hidrogênio com fins energéticos, pode-se citar o acompanhamento das discussões no âmbito da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio – IPHE.”

O Brasil participou ativamente da discussão sobre os biocombustíveis em diversos fóruns internacionais nos quais procurou sempre defender a produção e o uso de combustíveis renováveis como vetor para o desenvolvimento em outros países, observando-se os interesses e as vocações de cada região. Em 2012, destacam-se atividades realizadas no âmbito das cooperações bilaterais com os Estados Unidos, Holanda, Noruega, Itália, Rússia, Portugal, Quênia, Argentina, Senegal, Moçambique e Guiné Bissau. Na atuação perante organismos internacionais, o Brasil tem contribuído no *Bioenergy Implementing Agreement*, da Agência Internacional de Energia (IEA), e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2012*, principal publicação dessa entidade no contexto energético mundial, incluindo os biocombustíveis.

Também em 2012, no âmbito do Programa de Apoio do Brasil aos demais países em desenvolvimento na Área de Energias Renováveis (PRO-RENOVA), o País atuou na organização e realização de cursos de capacitação em eventos no exterior, com destaque para os eventos e reuniões de trabalho no Mali. Discussões específicas para o desenvolvimento de biocombustíveis sustentáveis também foram conduzidas na Rio+20, com a realização de evento da GBEP (*Global Bioenergy Partnership*) paralelo à Conferência.

O País realizou atividades de cooperação com blocos regionais, tais como União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental CEDEAO, União Europeia e, em especial, com o Mercosul. O Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis completou sua VIII reunião em 2012, com o objetivo de trocar experiências e informações e realizar estudos e levantamentos visando desenvolver harmonicamente os biocombustíveis nos países membros.

## **8. Combustíveis Renováveis**

### **8.1 Biodiesel**

A capacidade nominal instalada em 2012 atingiu 6,8 bilhões de litros, com 58 usinas autorizadas a produzir e a comercializar biodiesel nos leilões públicos para abastecer o mercado. Desse total, 40 usinas, responsáveis por aproximadamente 88% da oferta, são detentoras do selo Combustível Social, mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível e a redução de disparidades regionais. O consumo nacional de biodiesel situou-se na faixa de 2,8 bilhões de litros, projetando-se, para 2013, um total próximo a 03 bilhões de litros.

O Governo vem realizando estudos e audiências com os principais elos da cadeia produtiva, incluindo análise de impacto regulatório do biodiesel, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do mercado e avançar no controle da qualidade do biodiesel.

Como resultado desse processo, destaca-se um importante passo para melhorar a forma de comercialização de biodiesel no País. Foi estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia um novo modelo de Leilões de Biodiesel, com o objetivo de dar mais proteção ao consumidor e promover uma maior competição entre os produtores de biodiesel. A medida foi publicada por meio das Portarias MME nº 276 e nº 476, ambas de 2012. As novas medidas visaram ainda, que o biodiesel tivesse preço competitivo com qualidade e regularidade de suprimento. Reconhecer e estimular a confiabilidade do produtor do biocombustível também foram objetivos destas mudanças.

Outro importante resultado foi a melhoria das questões de qualidade do biodiesel, implementadas com a publicação, pela ANP, da Resolução nº 14, de 11 de maio de 2012, que estabeleceu a nova especificação do biodiesel e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional. Essa

regulamentação surgiu com o objetivo de melhorar a qualidade do biodiesel e adequar sua especificação com a entrada em vigor dos novos tipos de diesel mineral de baixo teor de enxofre (S50 e S10).

Ainda em relação ao PNPB, o Governo vem trabalhando no sentido de superar dois grandes desafios, a saber: diversificar matérias-primas para o biodiesel e ampliar a participação da agricultura familiar e das regiões carentes na cadeia produtiva do biodiesel.

Com a diversificação das matérias-primas, será reduzida a participação relativa da soja e ampliado o uso de outras oleaginosas que, no momento, ainda não possuem competitividade nem escala produtiva compatível com a demanda energética. São exemplos dessas matérias-primas a canola na região Sul, a palma de óleo (dendê) na região Norte e o girassol nas regiões Centro Oeste e Nordeste além da mamona também no Nordeste, dentre outras. Para tanto prevê-se, entre outras atividades, a continuidade da realização de eventos técnicos de capacitação e difusão de tecnologias, especialmente para o Semiárido.

## **8.2. Etanol**

Com as medidas governamentais iniciadas no final de 2011 visando estimular a renovação de canaviais e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, verificou-se aumento na produção de etanol em 2012, embora ainda inferior à marca de 27,5 bilhões de litros alcançada na safra 2008/2009. O setor produtivo ainda se recupera de uma retração na oferta de cana-de-açúcar, fruto de três safras desfavoráveis do ponto de vista climático e da perda de produtividade decorrente da redução de investimentos nos canaviais.

As dificuldades enfrentadas pelo setor têm elevado os custos dos derivados da cana, comprometendo a competitividade do biocombustível. Ainda assim, a demanda carburante deverá atingir o mesmo patamar do ano passado, ou seja, 20 bilhões de litros. O volume excedente fruto do aumento de produção foi destinado ao mercado externo, aumentando as exportações deste produto em 58%. O crescimento do mercado externo justifica-se, em grande monta, pela quebra na safra de milho norte-americana e pelo reconhecimento do etanol da cana como produto avançado.

Diante dos desafios do setor, o Governo Federal deu continuidade aos encontros iniciados na safra passada com representantes do setor privado para avaliar o suprimento de etanol e a retomada do crescimento do setor sucroenergético. Essa troca de informações vem servindo de subsídio para as decisões do Governo frente às condições de oferta, demanda e logística de distribuição dos biocombustíveis.

Ainda merecem destaque os efeitos da regulamentação da Lei nº 12.490/2011 e a publicação da Lei nº 12.666/2012. A partir da vigência da primeira, a ANP, com o objetivo do aprimoramento contínuo dos mecanismos de regulação, publicou a Resolução ANP nº 67/2011 que regulamenta as aquisições de etanol anidro combustível pelos distribuidores de combustíveis líquidos automotivos, mediante obrigatoriedade de contratos pré-estabelecidos e define regras para os estoques mínimos de etanol para o período de entressafra, a serem cumpridos tanto pelos distribuidores quanto pelos produtores.

Essas regras favorecem a segurança do abastecimento deste biocombustível, particularmente na entressafra, contribuindo para garantir a disponibilidade do produto até o início da safra seguinte. Esclarece-se que a safra de cana-de-açúcar 2012/2013 é a primeira safra sob regulamentação da ANP para contratos e estoques. Dentre os principais resultados, destaca-se o forte engajamento dos

agentes do setor no regime que favorece o nível de contratação por toda safra, em que, 75% da demanda efetiva de anidro da safra 2012/2013 foi comercializada pelo regime de contrato.

Já a Lei nº 12.666/2012 autorizou a União conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.

## **PAC – Balanço de 2012**

A SPG acompanhou durante o ano de 2012, os projetos do PAC 2 , segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento, ligados ao setor de petróleo e gás natural por meio do Departamento de Gás Natural e os projetos de combustíveis renováveis por meio do Departamento de Combustíveis Renováveis:

As atividades desenvolvidas no ano de 2012 foram:

- realização, mensal, de Salas de Situação com a Petrobras e, bimensalmente, de Salas de Situação com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de avaliar os projetos, focando os críticos e com restrições, a fim de definir ações mitigadoras para cada caso específico. Essas atividades ocorrem periodicamente, mas em casos pontuais são realizadas reuniões específicas, com os órgãos envolvidos, tanto internos quanto externos, para buscar solucionar as pendências existentes;
- realização de reuniões sistemáticas com a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC com o objetivo de atualizar a mesma do andamento dos projetos e alinhar estratégias de atuação no Programa;
- atualização, mensal, do sistema informatizado do Programa, o WebPac, com informações relativas aos empreendimentos de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, encaminhadas pela Petrobras e ANP. Este sistema WEB dá suporte aos Programas de Aceleração do Crescimento do governo;
- elaboração de apresentações para diversos órgãos de governo com base nas informações disponíveis no WebPac;
- elaboração do texto e apresentação, relativo a Petróleo, Gás natural e Combustíveis Renováveis, para os Balanço Impressos;
- acompanhamento mensal de, aproximadamente, 140 empreendimentos, nas áreas de Exploração, Produção e Refino de Petróleo, Petroquímica, Fertilizantes, Gás Natural, Combustíveis Renováveis, Indústria Naval e Pesquisa Exploratória, desenvolvidos pela Petrobras e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP):

## **Biocombustíveis**

- No PAC 2 de Combustíveis Renováveis é realizado o acompanhamento dos novos empreendimentos de infraestrutura de transporte para aprimorar a movimentação de etanol na região centro-sul e assegurar que o País mantenha a sua posição de destaque no setor de biocombustíveis. Além destes projetos, dois empreendimentos da Petrobras Biocombustíveis também compõem os empreendimentos monitorados pelo Programa.
- Destaca-se a realização de 22% do total da obra do Sistema Logístico de Etanol GO – MG - SP (nova concepção do Acoto Senador Canedo - São Sebastião – PAC 1) que faz parte do sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol que envolverá além do acoto, a Hidrovia Tietê – Paraná. O empreendimento faz parte dos investimentos da

Petrobras em parceria com atores privados do setor sucroalcooleiro, por meio da *joint venture* Lógum (Petrobras (20%); Copersucar (20%); Cosan (20%); Odebrecht Transport Participações (20%); Camargo Correa (10%) e Uniduto (10%)).

- O primeiro trecho do Sistema Logístico de Etanol GO – MG – SP, que liga as cidades de Paulínia a Ribeirão Preto, está com um percentual de realização igual a 98% e a expectativa do início de operação a partir de abril de 2013. O Sistema viabilizará o transporte de 10 bilhões de litros de etanol por ano de uma área em expansão na produção de etanol (Goiás, Minas Gerais e oeste paulista) para o principal centro consumidor do país (região metropolitana de São Paulo), com investimentos de R\$ 5.844 milhões na implantação de 923 km de dutos, na construção de centros coletores; adequação da capacidade de armazenagem de etanol em REPLAN (SP) e REGAP (SP); a construção de um terminal de marítimo para exportação.
- Foi dado início em novembro de 2012 à construção dos 20 comboios que compõe o projeto Hidrovia Tietê – Paraná, que viabilizará o transporte de 9 bilhões de litros de etanol por ano do oeste paulista e Mato Grosso do Sul para a região metropolitana de São Paulo. O projeto prevê o investimento em torno de R\$ 1,6 bilhão na construção de barcaças e empurradores, centros coletores e um poliduto de pequena extensão.

## Conclusão

Comparando-se as atividades executadas pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis durante o exercício de 2012 com suas atribuições regimentais, bem como com as políticas públicas definidas pelo Governo Federal, é lícito afirmar que, apesar das restrições existentes de pessoal e de orçamento, esta Secretaria teve desempenho satisfatório em sua gestão.

## 3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA

### 3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

A seguir, apresenta-se um quadro com as informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Secretaria-Executiva do MME, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Ambiente de Controle;
- b) Avaliação de Risco;
- c) Atividades de Controle;
- d) informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Tabela 2: Estrutura de controles internos da AEGE/SE – (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade					x

suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Considerações gerais:</p> <p><u>Metodologia:</u> A metodologia empregada para responder esse questionário foi a busca do consenso, por meio da realização de reuniões e debates, no âmbito da Secretaria-Executiva, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade. Aqui estão considerados o Regimento Interno, o <i>site</i>, o sistema corporativo <i>DocFlow</i>, o Código de Ética do MME e outros Sistemas Corporativos, todos eles amparados por normas legais.</p> <p><u>Avaliação de Riscos:</u> No capítulo da apresentação dos Macroprocessos, estão colocados os riscos e consequências advindos da não-realização dos Macroprocessos.</p> <p><b><u>LEGENDA</u></b> <b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ</p>					

## 4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 RELAÇÃO DE PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL

Não se aplica. A Secretaria-Executiva não coordena Programas do âmbito do Plano Plurianual.

Neste item, a Secretaria-Executiva apresenta suas atividades/participações, ocorridas durante o ano de 2012.

Em 2012 a Secretaria-Executiva participou/coordenou atividades importantes, no âmbito de suas atribuições. Dentre elas, destacam-se:

- **Conselho Nacional Política Energética - CNPE**

A Secretaria-Executiva do MME, representada pelo seu titular, o Sr. Secretário-Executivo, integra o CNPE, como membro efetivo, a partir da publicação do Decreto 6.685 de 10 de dezembro de 2008.

A Portaria CNPE nº 180, de 29 de março de 2011, designou o Chefe de Gabinete do Ministro de Minas e Energia - MME, para exercer a função de Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

Em atendimento ao art. 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução CNPE nº 7, de 2009, o Conselho realizou, em 2012, duas reuniões ordinárias: a primeira, em 26 de junho, e a segunda em 18 de dezembro.

Em 2012, uma única resolução foi publicada:

Resolução nº 1, de 28 de março de 2012: Inclusão da modalidade de suprimento de energia elétrica interruptível, com necessidade de devolução da energia suprida, para a República Argentina e a República Oriental do Uruguai.

Essa resolução estabelece que a energia de origem hidráulica proveniente do Sistema Interligado Nacional – SIN, poderá ser suprida, se disponível, durante os períodos de maio a agosto dos anos de 2012, 2013 e 2014, em montante máximo a ser definido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE**

Conforme já informado, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE foi criado pela Lei nº 10.848 de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

No decorrer do ano de 2012, foram realizadas dezessete reuniões, doze ordinárias e cinco extraordinárias. Dentre os principais temas abordados pelo Comitê, cabe destacar os seguintes:

- Obras prioritárias na transmissão;
- Balanço do mercado 2011 – Perspectivas para 2012;
- Balanço dos Contratos de Energia de Reserva referentes ao Leilão de Energia Reserva - LER 2008 – Produtos 2009/2010/2011;
- Plano de Modernização de Instalações – PMI das empresas do grupo Eletrobras;
- Aprovação dos parâmetros do Procedimento Operativo de Curto Prazo – POCP;
- Atendimento à ponta de carga do SIN;
- Condições de suprimento de energia elétrica à região da grande Goiânia e Brasília;
- Avaliação das condições de atendimento à região Sul;
- Grupo de Trabalho para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016;
- Grupo de Trabalho Amapá Subtransmissão;
- Plano de Operação Energética 2012/2016 – PEN 2012;
- Balanço dos testes nas usinas à óleo;
- Grupo de Trabalho Copa 2014 – Andamento das ações;

- Avaliação da perturbação envolvendo as regiões Norte e Nordeste, ocorrida no dia 22/09/2012;
- Avaliação da perturbação ocorrida no dia 3/10/2012, às 20h55, envolvendo o SIN;
- Análise da ocorrência de 19/10/2012 em Brasília;
- Avaliação da perturbação envolvendo as regiões Norte e Nordeste, ocorrida no dia 26/10/2012;
- Aplicação do Protocolo de Avaliação dos Sistemas de Proteção nas empresas de transmissão;
- Homologação de despacho térmico complementar por segurança energética;
- Despacho da UTE Uruguaiana;
- Avaliação da perturbação ocorrida no dia 15/12/2012, às 17h55, envolvendo o SIN.

As atas das reuniões do CMSE estão, em sua íntegra, publicadas no sítio eletrônico do MME.

- **Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico Manaus - GTSEM**

O GTSEM, coordenado pela Secretaria-Executiva, foi criado por meio da Portaria MME nº 280, de 27 de agosto de 2008, com a finalidade de propor e monitorar ações e medidas de forma a assegurar o suprimento de energia ao Sistema Elétrico Isolado de Manaus e ao interior do Estado do Amazonas até a sua interligação com o Sistema Interligado Nacional – SIN.

No ano de 2012, foi realizada a 18ª reunião do grupo, em 14 de fevereiro de 2012. Nessa reunião, foram abordados assuntos referentes: aos cronogramas das obras de transmissão de energia elétrica; à conversão das unidades geradoras para gás natural; às ações com intuito de minimizar as perdas de energia elétrica no sistema isolado da capital; à manutenção e expansão do sistema de distribuição de energia elétrica; à utilização eficiente do gás natural decorrente de Urucu/AM; à implantação de uma nova Usina Termelétrica substituindo usinas antigas e de baixa eficiência; entre outros.

Mesmo tendo havido uma única reunião do citado grupo, a Secretaria-Executiva e a Secretaria de Energia Elétrica monitoraram o Sistema Isolado de Manaus e Interior, no âmbito das reuniões do Grupo de Trabalho Copa 2014, Coordenação das Ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Monitoramento do Sistema Elétrico, entre outros.

Assim, os principais resultados obtidos no ano de 2012, no que diz respeito ao sistema da capital Manaus são:

- Conversão de óleo para gás natural, de 89% das usinas térmicas, referentes a 506 MW, de um total de 571 MW previstos para Manaus-AM
- Desde a introdução do gás natural, em substituição aos combustíveis líquidos na matriz energética do Estado do Amazonas, até dezembro/12, houve uma economia da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, de mais de R\$ 560 milhões;
- Conclusão dos estudos, licitação e contratação, para substituição de, aproximadamente, 650 MW do Parque Gerador do Sistema Isolado de Manaus, com a implantação de uma nova Usina Termelétrica a gás natural, ciclo combinado, prevista para entrar em operação no início de 2014, substituindo usinas ineficientes. Em 28 de setembro de 2012, foi realizada a assinatura do Contrato para implantação da UTE Mauá 3, com potencia total de 570 MW,

para operação em ciclo combinado, por meio da utilização de aproximadamente 2.300.000 m<sup>3</sup> gás natural/dia;

- Continuidade das obras das usinas a gás natural das cidades de Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, previstas para entrarem em operação comercial no ano de 2013, bem como da usina Cristiano Rocha de 65 MW, em Manaus, que terá sua conversão ao gás natural concluída ainda em 2013;
- Projeto e início de execução de obras de ampliação do Sistema Elétrico de Manaus, inclusive para recebimento e escoamento da energia oriunda do SIN. Abaixo segue o detalhamento das obras, contemplando as ampliações das instalações existentes:
  - Construção da Linha de 230 kV Mauá Três e Jorge Teixeira – 13,5 km;
  - Construção da Linha de 138 kV Jorge Teixeira/Mutirão/Cachoeira Grande/Compensa – 25 km;
  - Implantação da SE Jorge Teixeira 230/138 kV – 300 MVA;
  - Implantação da SE Mauá Três 230/138/69 kV – 450 MVA;
  - Implantação da SE Mutirão 138/13.8 kV – 120 MVA;
  - Implantação da SE Compensa 138/13.8 kV – 80 MVA;
  - Implantação da SE Cachoeira Grande 138/13.8 kV – 120 MVA;
  - Ampliação da SE Seringal Mirim 69/13.8 kV – Instalação de um Transformador 26,6 MVA, passando de 79,8 MVA para 106,6 MVA;
  - Ampliação da SE Redenção 69/13.8 kV – Instalação de um Transformador 26,6 MVA, passando de 79,8 MVA para 106,6 MVA;
  - Ampliação da SE Santa Etelvina II 69/13.8 kV – Instalação de um Transformador 26,6 MVA, passando de 26,6 MVA para 53,2 MVA;
  - Ampliação da SE Jaraqui 69/13.8 kV – Instalação de um Transformador 26,6 MVA, passando de 26,6 MVA para 53,2MVA;
  - Ampliação da SE Distrito Dois 69/13.8 kV – Instalação de dois Transformadores 26,6 MVA, passando de 53,2 MVA para 106,4MVA;
  - Ampliação da SE Mauá II 69/13.8 kV – Barra Principal e Transferência; e
  - Ampliação da SE Presidente Figueiredo 69/13.8 kV – Banco de Capacitor.

Além dos destaques acima citados, várias outras ações estão sendo adotadas para melhorar o fornecimento de energia elétrica no sistema elétrico da capital, tais como:

- Recondutoramento de diversos alimentadores de distribuição;
- Substituição de transformadores avariados e/ou sobrecarregados; e
- Instalação de redes blindadas.

Ainda em agosto de 2012, o Sistema Elétrico da cidade de Manacapuru, distante 80 km da capital, foi interligado ao Sistema Isolado de Manaus, via Conexão decorrente de Iranduba, através de 60 km de LT em 69 kV, contemplando, inclusive, uma SE abaixadora de 53,2 MVA. Concomitante foi desativada a UTE a diesel de 23,9 MW que supria o fornecimento de energia elétrica da referida localidade.

Devido a essas ações de melhoria e ampliação, o sistema da capital operará, até a sua interligação com o SIN, prevista para maio de 2013, com segurança no suprimento de energia elétrica.

Nos Sistemas Isolados do Interior do Estado do Amazonas a capacidade de geração também está sendo ampliada, bem como o estoque de combustível, reforçando e incorporando reserva de geração

em todas as usinas. Outro aspecto importante é a ampliação das redes de distribuição de energia elétrica.

A demanda máxima registrada foi de 234 MW, e diz respeito a 46,89% da capacidade total das 103 usinas termelétricas instaladas, as quais somam 499 MW. No ano de 2012, a capacidade de geração foi acrescida em 103,9 MW, saindo assim de 396 MW, em 2011, para 499 MW, aproximadamente 26% de geração nova instalada. Já a capacidade de armazenamento de combustível foi acrescida em 1.800 m<sup>3</sup>, saindo assim de 19.624 m<sup>3</sup>, em 2011, para 21.424 m<sup>3</sup>. Dessa forma, os Sistemas Isolados do Interior do Estado estão cada vez mais robustos, garantindo assim a segurança energética dos consumidores supridos pelos mesmos.

- **Comissão Especial de Leilões de Energia Elétrica – CELEE**

Essa Comissão, criada em 2006 no âmbito do MME, tem a finalidade de propor diretrizes estratégicas, melhorias nas sistemáticas e ajustes nas normas para a realização de leilões de energia. São integrantes da Comissão, a Secretaria-Executiva, as Secretarias de Energia Elétrica – SEE e a de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

No ano de 2012, a atividade dessa Comissão contribuiu para o sucesso na realização do 15º Leilão de Energia Nova “A-5”, proporcionando maior segurança no abastecimento de energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Ao todo foram contratados 574,3 megawatts (MW) de potência provenientes de 12 empreendimentos de geração. A energia irá suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2017.

No referido leilão foram contratados 281,9 MW de usinas eólicas, energia limpa e renovável, a um preço médio de R\$ 87,94/MWh, sendo este o menor preço já alcançado pela fonte nos leilões regulados.

Foi também contratada no leilão a usina hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão, ao preço de R\$ 95,31/MWh. A usina será construída no Amapá e terá uma potência instalada de 219 MW, demandando investimentos de R\$ 856 milhões. Além disso, foram contratados 73,4 MW da ampliação da usina hidrelétrica Santo Antônio do Jari.

Os leilões de energia elétrica atraem um número cada vez maior de investidores, que participam dos certames motivados tanto pela atratividade econômico-financeira dos projetos quanto pela estabilidade regulatória do setor elétrico. Esse modelo exitoso de contratação propicia o atendimento das políticas de segurança do suprimento e de modicidade tarifária.

A realização do 14º Leilão de Energia Nova “A-3” foi cancelada, uma vez que a demanda que seria contratada no leilão foi praticamente atendida pelas sobras oriundas da aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MCSD e pela Contratação Escalonada das usinas termelétricas a gás natural em ciclo combinado e a biomassa que comercializaram energia no Leilão “A-3” realizado em 17 de agosto de 2011.

Não se fez necessária a realização do Leilão “A-1”, tendo em vista que a Medida Provisória nº 579 alocou cotas de garantia física de usinas hidrelétricas para atender à demanda das distribuidoras a partir 2013.

Um desafio para a Comissão é a promoção de leilões nos sistemas isolados. Para tanto, várias ações estão em curso para viabilizar os certames durante o ano de 2013.

- **Articulação Institucional e Gestão Socioambiental dos Projetos do Setor Elétrico**

Nesse item cabe destaque a atuação da Secretaria-Executiva para a construção de uma agenda interministerial (MMA, MPA, MPOG) visando a busca de consenso para soluções técnicas e legais a serem adotadas na condução dos procedimentos para o licenciamento ambiental dos empreendimentos nas suas diversas fases, bem como no estabelecimento de políticas públicas e ações para atendimento da missão institucional do Ministério. Dentre as mais importantes pode-se considerar:

- GT MME/MMA/OEMAS para construção de uma proposta de Resolução do CONAMA para equalização dos procedimentos adotados para licenciamento ambiental de empreendimentos de geração eólica. A proposta foi consolidada e encontra-se na Câmara Técnica de Licenciamento para deliberação.
- Sancionada a Lei n° 12.678, de 25 de junho de 2012, que baseada na Medida Provisória - MP n° 558/2012, 5 de janeiro de 2012, dispõe sobre as alterações dos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais Itaituba I, Itaituba II, do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. No contexto, a construção deste dispositivo normativo representou um conjunto de esforços do Governo Brasileiro com vistas a propiciar elementos legais para a viabilidade de realização de estudos técnicos e ambientais de empreendimentos estruturantes com vistas a sua licitação, a luz da conservação ambiental na região amazônica. No seu arcabouço contemplou a viabilidade, no que tange a interface com unidades de conservação, de empreendimentos como São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jirau, Santo Antonio e Tabajara;
- Estudo em desenvolvimento pelo SubGrupo de Trabalho, representado por MME, MMA, ICMBio, EPE, WWF, para tratar da Avaliação do Impacto na Biodiversidade nas bacias hidrográficas do Tapajós e Jurueña, conforme instituído pelo Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes, criado pela Portaria Interministerial MME/MMA N° 494, de 17 de dezembro de 2010;
- Construção de diálogo institucional (MME, MMA, FUNAI) para a definição de diretrizes visando à regulamentação do Artigo 231 CF e da viabilidade de compensação territorial e financeira para as comunidades indígenas cujos territórios possam vir a ser diretamente afetadas pela construção de empreendimentos de geração hidrelétrica;
- Participação no GT/SGP-PR/OIT 169 visando à elaboração de um modelo de processo de consulta aos povos indígenas nos termos da Convenção OIT 169 e do Decreto n° 5.051/2004);
- Cadastro Socioeconômico para fins de identificação de população atingida por empreendimentos hidrelétricos: O processo de institucionalização e implantação do Cadastro Socioeconômico nos empreendimentos de geração de energia elétrica ganhou consistência a partir do Decreto n° 7.342, de 26 de outubro de 2010. Com este ato, o Presidente da República reconheceu a necessidade de se estabelecerem parâmetros conceituais e normas procedimentais para que concessionários ou autorizados e população atingida possam melhor equacionar os gargalos e as tensões que têm caracterizado suas relações. Sob a coordenação da Secretaria-Executiva do MME, o governo federal abriu um amplo debate sobre a regulamentação e implantação do Cadastro, envolvendo diretamente os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Pesca e Aquicultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, além da Secretaria Geral da Presidência da República, e representantes dos empreendedores do setor elétrico e da população atingida pelos empreendimentos hidrelétricos, além de especialistas em gestão socioambiental e outros interessados. Esse processo de discussão se constituiu na base para elaboração da Portaria Interministerial n° 340, de 1° de junho de 2012.

- **Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE**

Durante o ano de 2012, a Secretaria Executiva continuou acompanhando os processos que se encontram sob a análise da Receita Federal do Brasil - RFB, os quais, quando encerrados, permitirão o encerramento da Pessoa Jurídica da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.

A CBEE, como citado em relatórios anteriores, foi criada em agosto de 2001, em plena crise de abastecimento de energia elétrica no País, tendo como objetivo a viabilização do aumento da capacidade de geração e da oferta de energia elétrica de qualquer fonte em curto prazo e a superação da crise de energia elétrica com o reequilíbrio da oferta de energia elétrica. Conforme previsto na Medida Provisória nº 2.209/2001, que autorizou sua criação e no Decreto nº 3.900/2001, que a criou, a empresa foi extinta em 30 de junho de 2006, passando por um processo de inventariança, concluído em julho de 2007.

Apesar da conclusão do inventário da empresa extinta, restaram pendentes alguns pontos, destacando-se como de maior complexidade o encerramento da pessoa jurídica na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, e a baixa do CNPJ na Receita Federal do Brasil – RFB, os quais dependem do encerramento de vários processos existentes na Receita Federal do Brasil; e a devolução do saldo das contas dos encargos emergenciais aos consumidores de energia elétrica, nos termos do Decreto nº 6.191/2007.

O processo de encerramento e a baixa do CNPJ foi iniciado em 2006, ainda não foi concluído, conforme informado pela RFB por meio do Comunicado nº 0655/2012, de 18 de setembro de 2012. Diante da negativa da RFB e seguindo orientação desta, o MME procederá novo pedido de baixa, buscando orientação no Centro de Atendimento ao Contribuinte da RFB.

Os processos decorrentes da fiscalização previdenciária na documentação da extinta CBEE com recursos do MME à Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em Brasília, foram rejeitados. Por isso, o MME apresentou Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, do Ministério da Fazenda estando no momento no aguardo de pronunciamento daquele Órgão.

Por falta de pronunciamento do CARF, o MME buscou processo conciliatório perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, tendo ocorrido duas reuniões com a presença da CCAF, AGU, PGFN, RFB e MME, sendo que na última, ocorrida em janeiro de 2011, foi gerado o Termo de Conciliação nº CCAF-CGU-002/2011-GHR, cuja homologação pelo Advogado Geral da União ocorreu em março de 2011. Apesar da homologação do Termo de Conciliação, a RFB não baixou os processos referentes à fiscalização previdenciária.

Os processos sob análise da RFB decorrem de significativos valores de impostos gerados durante o período de atividade da empresa extinta. Esses Processos que já chegaram a mais de 100 (cem) unidades, atualmente somam 65(sessenta e cinco), que vem sendo analisados paulatinamente. Isso tem atrasado consideravelmente os trabalhos de encerramento da empresa, ou seja, a baixa da pessoa Jurídica na JUCERJA e a do CNPJ na RFB.

Com relação à devolução do saldo dos encargos aos consumidores de energia elétrica o Grupo criado pela Portaria Interministerial nº 224/2008 concluiu os trabalhos e apresentou duas propostas: i) aplicação dos recursos no Programa de Eficiência Energética, especificamente no Programa de

Acesso a Refrigeradores Eficientes e; ii) utilização dos recursos para fazer frente aos custos de contratação do Encargo de Energia de Reserva- EER, visando garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional.

O relatório será submetido ao Ministério da Fazenda e ao Ministério de Minas e Energia que ouvida a ANEEL, adotarão as providências necessárias.

### Fatos Subsequentes

Em 18 de janeiro de 2013, por demanda da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria-Geral da Fazenda apresentou contra a extinta CBEE, dois Documentos de Arrecadação – DARF no valor de R\$ 109.164,79 e R\$ 10.412,72, com vencimento em 31 de janeiro de 2013, Processos 15374 912088/2008-07 e 15374 907845/2009-01.

Também, foi identificado o Processo Judicial nº 353115220124013400, Processo Administrativo nº 15374 900153/2009-24, da 18ª Vara Federal, Seção Brasília, no qual é cobrado da extinta CBEE o valor de R\$ 3.263.274,00. Todos os processos referem-se a créditos tributários não reconhecidos pela RFB.

Diante da discordância da cobrança, providências serão tomadas perante a PGFN sob a alegação da existência do instituto da confusão entre CBEE e RFB, solicitando-se a extinção da obrigação tributária.

- **Comissão Permanente para Análise das Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP**

Criada pela Portaria MME nº 47 de 19 de fevereiro de 2008, coordenada pela Secretaria-Executiva e composta pelos dirigentes máximos das Secretarias de Energia Elétrica e de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética, do Operador Nacional do Sistema Elétrico e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a CPAMP tem a finalidade de garantir a coerência e integração das metodologias e Programas Computacionais utilizados pelo MME, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os temas associados aos trabalhos da Comissão estão relacionados com planejamento da expansão, planejamento e programação da operação, comercialização de energia, definição e cálculo da garantia física e energia assegurada dos empreendimentos de geração e elaboração de diretrizes para a realização de Leilões de Compra de Energia Elétrica.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão inicialmente elencou 10 temas prioritários para pesquisa e desenvolvimento. Para isso, criou 10 Grupos de Trabalho, coordenados e representados por especialistas de todos os segmentos do setor elétrico.

Abaixo, segue a relação dos 10 temas prioritários:

- Revisão de Metodologia dos Procedimentos Operacionais de Curto Prazo – POCP / Nível Meta
- Revisão da Resolução CGE n.º 109/2022
- Volatilidade do Custo Marginal de Operação – CMO e do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD

- Metodologia de Formação de Custo Marginal de Operação - CMO e Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Impactos nos Encargos de Serviços do Sistema - ESS
- Metodologia de cálculo de Índice de Custo Benefício - ICB e Impactos Financeiros de Parque Termoelétrico Contratado por Disponibilidade
- Determinação da Função Custo de Déficit de Energia
- Questões Metodológicas Associadas ao Newave
- Critério de Segurança de Sistema
- Viabilidade da Redução do Número de Submercados
- Análise da Implementação da Superfície de Aversão a Risco - SAR

No ano de 2012, a Comissão não realizou nenhuma reunião. Contudo, cabe destacar que os trabalhos da Comissão são contínuos e permanentes, isso devido à importância dos temas por ela tratados.

- **Informações sobre o Regimento Interno do MME**

Durante as auditorias de contas realizadas no Ministério de Minas e Energia, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em anos anteriores, foram detectadas no Regimento Interno do MME algumas inconsistências, relacionadas tanto a estrutura das Secretarias, quanto às atribuições desenvolvidas de fato, quando comparadas àquelas formalmente designadas pelo Decreto 5.267, de 09/11/2004.

Em 12/09/2012, foi publicado no DOU o Decreto nº 7.798, que revogou o Decreto anterior e aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do MME. Encontra-se em desenvolvimento o novo regimento interno, para atender ao Decreto nº 7.798/2012.

As principais modificações apresentadas no novo Decreto são as seguintes:

A Secretaria de Energia Elétrica fica estruturada com os seguintes Departamentos:

DGSEE – Departamento de Gestão do Setor Elétrico;  
 DMSE – Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico;  
 DOCPA – Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações; e  
 DPUE – Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia.

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE fica estruturada com os seguintes Departamentos:

DPE – Departamento de Planejamento Energético;  
 DDE – Departamento de Desenvolvimento Energético; e  
 DOCPA – Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações.

Pelo Decreto anterior, o DPUE estava na estrutura da SPE e o DOCPA, na estrutura da SEE.

Além dessa correção, outras modificações foram introduzidas, tais como:

1) formalização do Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental – NESA, o qual passa a ser denominada “Assessoria Especial em Gestão Sócio-Ambiental”;

- 2) formalização do Núcleo de Acompanhamento do PAC, o qual passa a ser denominada “Assessoria Especial em Acompanhamento de Programa Estruturantes”;
- 3) criação da “Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios”;
- 4) criação da “Assessoria Especial de Apoio ao Ministro”; e
- 5) criação da “Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenho Setoriais”.

Todas essas Assessorias Especiais estão vinculadas à estrutura da Secretaria-Executiva.

- **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/MME**

O PAC, quando lançado em 2007, elencou diversas ações no eixo energia buscando garantir a segurança do suprimento de energia a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas, inclusive promover a exploração de novas jazidas de petróleo e gás natural descobertas na camada pré-sal e pós-sal na costa sudeste brasileira. Nessa direção se soma a construção de refinarias para ampliar e melhorar a produção de derivados do petróleo no país. Foram elencadas ainda diversas ações no eixo social urbano, sob o título “Luz Para Todos” também afeto a este Ministério, com a finalidade de disponibilizar energia elétrica aos moradores da área rural.

Por oportuno, todo este mecanismo voltado para a oferta de energia ocorre sob o controle e operacionalização da Secretaria-Executiva em conjunto com as demais Secretarias do MME.

Atualmente, estão inseridas no eixo energia 669 ações e no eixo social urbano 26 ações que estão sob o monitoramento e acompanhamento do MME.

No Eixo Energia as 669 ações estão distribuídas da seguinte forma:

- **378 referentes à Geração de Energia Elétrica**, distribuídas da seguinte forma: 4 Estudos de Inventário (10.850 MW), 28 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (20.707,6 MW), 19 Usinas Hidrelétricas Planejadas (15.359 MW), 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas outorgadas (251,52 MW), 218 Parques Eólicos outorgados (5.681,86 MW), 22 Usinas Hidrelétricas Outorgadas (24.283,6 MW), 35 Usinas Termelétricas a Biomassa outorgadas (2.127,7 MW), 8 Usinas Termelétricas a Gás Natural outorgadas (2.384,1 MW), 1 Usina Termelétrica Nuclear outorgada (1.405 MW), 27 Usinas Termelétricas a Óleo outorgadas (5.416,25 MW), e 3 Usinas Termelétricas a Carvão outorgadas (1.440,4 MW).
- **162 referentes à Transmissão de Energia Elétrica**, distribuídas da seguinte forma: 5 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica planejadas (19.132 km), 90 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica outorgadas (23.077,15 km), e 67 Subestações de Energia Elétrica outorgadas (34.298 MVA).
- **111 referentes à Petróleo, Gás Natural e Revitalização da Indústria Naval**, distribuídas da seguinte forma: 6 Bases de Apoio ao serviço de Exploração de Petróleo, 29 Campos/Plataformas, 7 de Desenvolvimento da Produção, 8 Dutos/Terminais, 1 de Exploração no Pré-sal, 1 de Exploração no Pós-sal, 5 de Fertilizantes, 8 de Gás Natural, 14 Navios ou Sondas de Perfuração, 6 Novas Refinarias ou Petroquímicas, 15 de Refino – Modernização/Ampliação e 11 de Pesquisa Exploratória.
- **6 referentes à Combustíveis Renováveis**, distribuídas da seguinte forma: 1 Ampliação de uma Usina de Etanol, em Goiás – GO, 1 Hidrovia – Tietê/Paraná (investimento em

infraestrutura para escoamento de etanol), 1 Planta de Biodiesel no Norte, no Pará – PA, e 3 Alcoodutos/Polidutos.

- **12 referentes à Geologia e Mineração**, distribuídas da seguinte forma: 1 de Gestão da Informação Geológica - CIG - Centro de Informações Geocientíficas, 1 de Gestão da Informação Geológica – Implantação da Rede de Litotecas, 1 de LAMIN - Modernização da Rede de Laboratórios Analíticos, 1 de Levantamento da Geodiversidade – Ordenamento Territorial, 1 de Levantamento da Geodiversidade – Riscos Geológicos e Desastres Naturais, 1 de Levantamento da Geodiversidade – Informações de Alerta de Enchentes e Inundações, 1 de Levantamentos Aerogeofísicos, 1 de Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais, 1 de Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha, 1 de Levantamentos Geológicos – Cartografia Geológica, 1 de Levantamentos Geoquímicos e 1 de Levantamentos Hidrogeológicos.
- **No Luz para Todos**, as 26 ações estão vinculadas a 716.000 ligações, nos seguintes estados: Roraima; Amazonas; Pará; Acre; Maranhão; Bahia; Piauí; Rondônia; Sergipe; Tocantins; Alagoas; Mato Grosso; Rio Grande do Norte; Mato Grosso do Sul; Paraíba; Pernambuco; Ceará; Minas Gerais; Goiás; Amapá; Espírito Santo; São Paulo; Rio de Janeiro; Paraná; Rio Grande do Sul; e Santa Catarina.

Das 669 ações do Eixo Energia: 126 foram concluídas que representa 18,83%; 482 estão adequadas, sem problemas que possam comprometer suas conclusões, 72,05%; 47 merecem atenção, 7,03%; e outras 14 que estão preocupantes, 2,09%.

No subeixo Geração de Energia Elétrica, as 378 ações apresentam as seguintes situações: 58 ações concluídas, 15,34%; 276 adequadas, 73,02%; 33 merecem atenção, 8,73%; e 11 estão preocupantes, 2,91%.

No subeixo Transmissão de Energia Elétrica, as 162 ações apresentam as seguintes situações: 30 ações concluídas, 18,52%; 129 adequadas, 79,63%; 2 merecem atenção, 1,23% e 1 está preocupante, 0,62%.

No subeixo Petróleo e Gás Natural, o qual inclui também ações de Refino, Petroquímica, Fertilizantes e Revitalização da Indústria Naval Brasileira, as 111 ações apresentam as seguintes situações: 38 ações concluídas, 34,23%; 59 adequadas, 53,15%; 12 merecem atenção, 10,81%; e 2 estão preocupantes, 1,80%. Ressalta-se que, com exceção das 11 ações referentes à Pesquisa Exploratória, as quais são executadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, com valores provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, todas as outras 100 ações são executadas direta ou indiretamente pela Petrobras e monitoradas pela mesma. No subeixo Combustíveis Renováveis, as 6 ações apresentam a situação adequada.

No subeixo Geologia e Mineração as 12 ações são executadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, com valores provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, e todas apresentam a situação adequada.

Das 26 ações do Eixo Luz para Todos: 19 estão adequadas, sem problemas que possam comprometer suas conclusões, 73,08%; 5 merecem atenção (PI, AC, AP, MT e MS), 19,23%; e outras 2 estão preocupantes (PA, TO), 7,69%.

No ano de 2012, destacam-se a conclusão das seguintes ações:

- **Geração de Energia Elétrica:** entrada em operação comercial de 11 Parques Eólicos (289,19 MW), 4 Pequenas Centrais Hidrelétricas (74,5 MW), 2 Usinas Hidrelétricas (438 MW), 8 Usinas Termelétricas a Biomassa (467 MW) e 1 Usina Termelétrica a Carvão (720,3 MW), 1 Usina Termelétrica a Gás (127,5 MW) e 1 Usina Termelétrica a Óleo (174 MW), totalizando 2.290,5 MW acrescido ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 2012, foi aprovado o inventário da bacia do rio Aripuanã que identificou 7 (sete) aproveitamentos hidrelétricos, com potência total estimada em 2.529,8 MW.

Para o leilão de energia, cuja finalidade é a contratação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hidrelétrica, eólica, e termelétrica - a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com início de suprimento em determinado ano, após a realização do leilão, dos empreendimentos planejados inseridos no PAC, no ano de 2012, foram aprovadas as viabilidades técnicas e emitidas as licenças ambientais prévias dos aproveitamentos hidrelétricos Sinop (400 MW), Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Ribeiro Gonçalves (113 MW).

- **Transmissão de Energia Elétrica:** 7 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica (1.650 km) e 9 Subestações de Transmissão de Energia Elétrica (7.869,6 MVA).
- **Petróleo, Gás Natural e Revitalização da Indústria Naval:** Operação em 2012: Campos/Plataformas: Baleia Azul Piloto Pré-sal (FPSO Anchieta); Gás Natural: EXPANSÃO DA MALHA SUDESTE - Fase II e EXPANSÃO DA MALHA NORDESTE - Fase II; Navios e Sondas de Perfuração: Promef I - Lote 01 (10 petroleiros - Suape); e Refino - Modernização e Ampliação: REFAP – Qualidade. Concluídas em 2012: Fertilizantes: ARLA 32 - FAFEN BA; Gás Natural: Unidade de tratamento de gás de Caraguatatuba – UTGCA; Navios e Sondas de Perfuração: Plataforma P-59; e Refino - Modernização e Ampliação: RECAP – Qualidade, REGAP – Modernização, REPAR – Conversão, REPAR – Qualidade, REVAP – Qualidade e RLAM – Conversão.
- **Geologia e Mineração:** as ações são continuadas, com conclusões parciais. Desta forma destacam-se os seguintes resultados, referentes aos percentuais de realização da Meta até 2014: Gestão da Informação Geológica - CIG - Centro de Informações Geocientíficas, executado 62%; Gestão da Informação Geológica – Implantação da Rede de Litotecas, executado 59%; LAMIN - Modernização da Rede de Laboratórios Analíticos, executados 68%; Levantamento da Geodiversidade – Ordenamento Territorial, executado 58%; Levantamento da Geodiversidade – Riscos Geológicos e Desastres Naturais, executado 29%; Levantamento da Geodiversidade – Informações de Alerta de Enchentes e Inundações, executado 19%; Levantamentos Aerogeofísicos, executado 46%; Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais, executado 70%; Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha, executado 75%, contemplando estudos para requerimento de área, fora de nossa Plataforma Continental, à Autoridade Internacional; Levantamentos Geológicos – Cartografia Geológica, executado 46,62%; Levantamentos Geoquímicos, executado 63%; e Levantamentos Hidrogeológicos, executado 66,5%.
- **Luz para Todos:** as ações do Programa Luz para Todos são continuadas, com conclusões parciais. Assim sendo, em 2012, (referência outubro de 2012) foram realizadas 99.523 ligações, referentes a 13,90 % da meta do PAC em sua segunda fase.

Deve-se observar que algumas das ações acima mencionadas estão em fase de implementação e sendo monitoradas pela Coordenação Geral do PAC do Ministério de Minas e Energia, vinculada à Secretaria-Executiva.

A Coordenação Geral do PAC participa de reuniões de acompanhamento da elaboração/execução das ações junto aos empreendedores, das reuniões denominadas salas de situação, realizadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para o acompanhamento da evolução dos projetos inseridos no Programa, para análise e definição de cronograma dos empreendimentos, visando atender às metas definidas pelo programa. Participa também das reuniões do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC vinculado ao CGPAC, que tem a finalidade de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC e do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC que coordena as ações necessárias à sua implementação e execução.

- **Principais Atuações/Participações da Secretaria-Executiva em Eventos Nacionais/Internacionais**

Com relação à participação do Secretário-Executivo em eventos nacionais, destacam-se os seguintes:

- O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia no ENASE – Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico Cúpula Empresarial Brasil – Estados Unidos, realizada em Brasília, nos dias 08 e 09 de maio, no Rio de Janeiro, onde proferiu palestra sobre “Os desafios do MME para a consolidação da Política Energética brasileira” e participou da “Mesa Redonda sobre Política Externa e Energia”.
- XII Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica – XII SEPOPE, no dia 21 de maio, no Rio de Janeiro, onde presidiu e palestrou na cerimônia de abertura do evento.
- Fórum Nacional dos Secretários para Assuntos de Energia, no dia 1º de junho, no Rio de Janeiro, onde proferiu palestra sobre o tema: “O cenário atual sobre a renovação das concessões do setor elétrico”.
- O Secretário-Executivo participou também do Fórum de Debates sobre a Viabilidade da Construção da Usina Tabajara, no dia 04 de junho, em Porto Velho.
- Participação na Cerimônia de Anúncio de Redução do Custo de Energia e no Workshop sobre Redução de Custo de Energia Elétrica, no dia 11 de setembro, em Brasília.
- Seminário “Prorrogação de Concessões do Setor Elétrico Brasileiro”, no dia 16 de outubro, em São Paulo, onde o Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia na cerimônia de abertura e participou do Painel: “Ambiente de Negócios e Segurança Jurídica e Institucional.”
- Seminário “Prorrogação de Concessões do Setor Elétrico Brasileiro”, no dia 09 de novembro, em Brasília, onde o Secretário-Executivo participou da cerimônia de abertura.

Já em relação à participação do Secretário-Executivo em eventos internacionais, destacam-se os seguintes:

- Conferência “Estabelecendo uma Cooperação entre Brasil, Itália e África pela Produção Sustentável de Biocombustíveis” – evento organizado pela Universidade de São Paulo e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, Terra e Mar, Itália; do Fórum das Américas e da *Global Bioenergy Partnership*, realizado nos dias 02 e 03 de abril, no qual o Secretário-Executivo proferiu palestra.
- O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia na Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Energia Sustentável Para Todos da ONU ("*UN High Level Group on Sustainable Energy For All*" - SE4ALL), realizada em Londres, no Reino Unido, no dia 24 de abril.
- III Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM3) em Londres, no Reino Unido, nos dias 25 e 26 de abril. A Reunião Ministerial sobre Energia Limpa é um fórum global de alto nível que tem o objetivo de promover políticas e programas de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de energia limpa, de forma a encorajar a transição para uma economia global com baixa emissão de carbono. O fórum atualmente é composto por treze iniciativas. Dentre essas, duas são lideradas pelo Brasil – o Grupo de Trabalho em Bioenergia e o Desenvolvimento Sustentável de Hidroelétricas. Nesta última, foi lançado em conjunto com a Agência Internacional de Energia o Mapa de Rotas Tecnológicas de Hidroeletricidade, uma publicação que apresenta propostas para dobrar a produção atual de hidroeletricidade por volta do ano 2050, uma conquista que poderá evitar a emissão anual de até 3 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> pela queima de combustíveis fósseis.
- III Conselho Energético Sul-americano da UNASUL em Caracas, na Venezuela, no dia 18 de maio. A UNASUL – União de Nações Sul-americanas - tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. A energia é um dos temas tratados no âmbito deste fórum e o Conselho Energético Sul-americano trabalha pela elaboração do Tratado Energético Sul-americano.
- Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, de 11 a 22 de junho. O Secretário-Executivo participou de diversos eventos que ocorreram no âmbito da Rio+20, dentre eles: “Energia e Desenvolvimento Sustentável”, promovido pelo Ministério de Minas e Energia; “Energias Renováveis para o Desenvolvimento Sustentável”, parte do evento Humanidades 2012; “Renovando o Futuro Energético da África”, organizado pela IRENA – Agência Internacional de Energia Renovável; Reunião do Grupo de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Energia Sustentável para Todos; Seminário “Eletricidade e Sustentabilidade – Uma Visão Global”, organizado pela Eletrobras.
- Seminário “Brasil-Chile: novos horizontes para a amizade sem limites” – evento organizado Fundação Alexandre Gusmão, no Rio de Janeiro, no dia 08 de outubro, no qual o Secretário-Executivo proferiu palestra.
- Lançamentos da Agência Internacional de Energia (AIE) em Brasília nos dias 09 e 10 de julho e 17 e 18 de dezembro. O Ministério de Minas e Energia mantém uma frutífera parceria com a AIE. No escopo do Plano de Trabalho desenvolvido com a agência está o compromisso de lançar aqui no Brasil alguma de suas principais publicações como o

“Energy Technology Perspectives” e o “World Energy Outlook”. Além disso, o Ministério lançou no ano de 2012 o Mapa de Rotas Tecnológicas de Hidroeletricidade, publicação elaborada em parceria com a AIE. Nesses eventos o Secretário-Executivo proferiu palestra de abertura.

- Reunião preparatória da III Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM3), nos dias 02 e 03 de fevereiro, em Nova Delhi, na Índia.
- III Conselho Energético Sul-americano da UNASUL, no dia 18 de maio, em Caracas, na Venezuela. O Secretário-Executivo Adjunto compôs a comitiva ministerial que participou da reunião.
- Encontro Acadêmico Empresarial sobre Exploração de Hidrocarbonetos não convencionais, dia 22 de maio, em Buenos Aires, na Argentina, na qual proferiu palestra.
- XIII Reunião do Grupo de Especialistas em Energia (GEE) e I Reunião do Grupo Ad-Hoc em Matéria Jurídico-Política (GJP) da UNASUL, nos dias 18 e 19 de julho, em Caracas, na Venezuela. O GEE e o GJP são grupos constituídos pelo Conselho Energético Sul-americano em têm o mandato de realizar os estudos para integração energética da América do Sul e para construção do Tratado Energético Sul-americano.
- 13º Encontro Internacional de Energia – evento organizado pela Fiesp, nos dias 06 e 07 de agosto, em São Paulo, onde proferiu palestra sobre o tema “Diálogo Estratégico sobre Energia Brasil-Estados Unidos”.

### **Principais relacionamentos bilaterais coordenados pela Secretaria-Executiva**

A Secretaria-Executiva é responsável pela coordenação de algumas atividades bilaterais desenvolvidas com países vizinhos, outros países de interesse e organismos internacionais. As principais são:

- **Diálogo Estratégico em Energia Brasil-EUA:** Parceria com o objetivo comum dos dois países no desenvolvimento de suprimentos energéticos seguros de modo a obter uma transição para uma economia com base em energia limpa. Ao longo de 2012 foram realizadas duas videoconferências, com a participação dos Coordenadores Gerais do Diálogo, o Secretário-Executivo do MME, Márcio Zimmermann, e o Vice Secretário de Energia dos Estados Unidos, Daniel Poneman. O objetivo foi o alinhamento dos planos de ação de cada área de atuação do Diálogo. Foram realizadas várias teleconferências de acompanhamento entre os coordenadores de cada área do MME e do DoE. No âmbito desta cooperação foram realizados os seguintes eventos: bioenergia, no Mali, África; petróleo e gás, em Houston, Estados Unidos; energia eólica, no Rio de Janeiro.
- **Diálogo de Alto Nível em Energia Brasil-Reino Unido:** Parceria em construção que será aprofundada ao longo de 2013. Mas já em 2012, quando o Secretário-Executivo esteve em Londres para a Reunião Ministerial de Energia Limpa, houve um encontro bilateral com o *Lord Howell of Guildford*, Vice-Ministro Parlamentar de Energia e Mudança do Clima. Nesse encontro foram discutidos os temas de petróleo e gás, biocombustíveis e fontes de energia limpa.

- **Parceria com a Agência Internacional de Energia (AIE):** Ao longo de 2012 foi executado o Plano de Trabalho acordado com a AIE. Uma das principais entregas deste plano foi a elaboração do Mapa de Rotas Tecnológicas de Hidroeletricidade. Além disso, o Secretário-Executivo teve três encontros bilaterais com representantes de alto nível da agência para coordenar detalhes da parceria com o MME.
- Por fim, durante o ano de 2012 o Secretário-Executivo recebeu algumas delegações de diferentes países para reuniões bilaterais. Entre eles: Bolívia, China, Estados Unidos, Itália, Moçambique, Países Baixos, Sudão, Uruguai.

## 5 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

### 5.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

**Tabela 3: Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.10.1)**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-033.929/2012-2	3149/2012-TCU -Plenário	9.3.1		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Descrição da Deliberação					
Determina ao MME que em coordenação com a EPE e com a ANEEL, encaminhe ao TCU, todos os dados, informações e estudos técnicos embasaram a definição da tarifa e das indenizações das concessões do setor elétrico abrangidas pela MP 579/2012 e pelo Decreto 7.805/2012, incluindo as minutas dos acordos a serem firmados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SPE, ANEEL, CASA CIVIL e CONJUR/MME					
Síntese da Providência Adotada					
O MME encaminhou toda documentação exigida, por meio do Ofício nº 211/2012-SE/MME, de 13/12/2012, enviado ao TCU. Vide: Portaria Interministerial Nº 602, de 29 de novembro de 2012, e Processo MME/ANEEL: 48500.005619/2012-48., Nota Técnica, etc. O assunto está descrito no item 2 do presente Relatório de Gestão					

## 5.1 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

**Tabela 4: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 3149/2012 – Item 9.3.2**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-033.929/2012-2	3149/2012-TCU -Plenário	9.3.2		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Descrição da Deliberação					
MME incluir nos contratos abrangidos pela MP 579/2012 e pelo Decreto 7805/2012, cláusula de salvaguarda ao erário, à semelhança da salvaguarda atribuída aos concessionários, prevista nos parágrafos 5º e 6º do art. 15 da MP, para o caso de serem detectados futuramente erros ou inconsistências nos cálculos, sobretudo no que diz respeito às indenizações, de modo a possibilitar o ajuste e a compensação de valores calculados quando da realização dos processos de revisão tarifária de que trata o caput do art.15, da MP 579/2012.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SPE, ANEEL, CASA CIVIL e CONJUR/MME					
Síntese da Providência Adotada					
O MME interpôs pedido de reexame daquela determinação pelo Ofício nº 213/2012-SE/MME, de 13/12/2012, enviado ao TCU. Foi encaminhado Ofício GM/MME nº 617/2012, de 19/10/2012 à ANP para a adoção de providências necessárias no âmbito da ANP e posterior informação ao MME.					

**Tabela 5: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 3389/2012 – Item 9.2**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-006.569/2011-0	3389/2012-TCU -Plenário	9.2		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à SOF que adotem medidas necessárias, no prazo de 60 dias, no sentido de incluir no Orçamento Geral da União os valores correspondentes às multas aplicadas pela Aneel e ao uso de Bem Público, a que se refere o Art. 13 da Lei 10.438/2002. Depende de alteração de Decreto 4541/2012 para estabelecer que tais receitas sejam recolhidas ao Tesouro Nacional, o qual as transferirá à Conta de Desenvolvimento Energético- CDE.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SE/MME					

Síntese da Providência Adotada
A Secretaria-Executiva do MME está providenciando o encaminhamento da Exposição de Motivos e da minuta de decreto, alterando o Decreto nº 4541 para o cumprimento da determinação do TCU, para, posteriormente, enviar esses documentos ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil (informação de 06/02/2012). Atualmente essa documentação se encontra em análise na Conjur /MME.

**Tabela 6: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 1389/2012 – Item 9.5**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 001.733/2012-5	1389/2012-TCU -Plenário	9.5		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Descrição da Deliberação					
Representar ao Ministro do MME, para fins de supervisão ministerial, bem como ao presidente e ao Conselho Administrativo da CHESF, para apuração interna de responsabilidades, em face do expressivo valor das multas aplicadas pela ANEEL à CHESF mediante os autos de Infração nº072/2011-SFE, no valor de R\$32.502.457,41 e nº1.011/2011-SFG, no valor de R\$7.848.169,19, decorrentes de falhas operacionais associadas ao episódio de blecaute ocorrido nos estados da Região Nordeste no dia 4/2/2011.(itens 19.2 e 20.4.1 do Relatório.)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEE/MME					
Síntese da Providência Adotada					
Item 9.5, a Chesf informou que, por discordar da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ajuizou Ação Ordinária, autuada sob o nº 00037199-56.2012.4.01.3400, que tramita na Justiça Federal do DF. Complementou as informações em 07 de dezembro de 2012, encaminhando cópia da CE-PR-500/2012 endereçada ao Secretário de Controle Externo do TCU – PE, instruída com cópia da Decisão 2012 que concedeu a antecipação da tutela, determinando que a ANEEL se abstenha de registrar o nome da autora no CADIN (Ofício nº 288/2012-SEE-MME, de 20/12/2012, enviado ao TCU)					

**Tabela 7: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 2514/2012 – Item 9.4**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC-025.118/2012	2514/2012-TCU -Plenário	9.4		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					02852
Descrição da Deliberação					
Desestatização --1º estágio do leilão de Compra de Energia A-5/2012.					

Determinar ao MME que adote a atualização dos investimentos para a data-base de maio de 2012, na definição dos preços-teto do leilão A- 5/2012	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SPE/MME	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Resposta da EPE, encaminhada ao TCU, está no Ofício nº 016/AIN-EPE	

**Tabela 8: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.10.2) – Acórdão nº 3492/2012 – Itens 9.4 e 9.5**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério de Minas e Energia					02852
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	TC-016.992/2011-3	3492/2012-TCU -Plenário	9.4 e 9.5	Aviso	1376
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento Energético					<b>02852</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Item 9.4 fixa prazo de 90 dias p/ que o MME e a ANEEL informem ao TCU sobre providências adotadas em face das recomendações ora expedidas, ou apresentem razões em face de não acolhimento. Item 9.5 determina à ANEEL e ao MME que adotem providências conjuntas quanto à revisão de energia segurada da UHE Porto Primavera, de modo a ajustá-la à cota real do reservatório, de 257m, informando ao TCU no prazo de 90 dias a contar da ciência deste.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DPE/MME E ANEEL					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					

## 6 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Executiva - SE			320011
<p>Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 320011 que integra a unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	15.02.2013
Contador Responsável	Elizane Velozo Costa Guedes	CRC n.º	CRC –DF n.º 018138/O-2

## **7 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES –**

### **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU 119/2012**

#### **PARTE B, ITEM 16, ANEXO II DA DN TCU 119/2012 – DIRETORIA DE PROGRAMAS**

##### **DIRETORIA DE PROGRAMAS – PROJETO META/IICA**

###### **Introdução**

O presente relatório disponibiliza as informações do progresso das Unidades de Gestão de Projeto da Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva do MME em termos de atividades financeiras, indicadores de projeto e processos de aquisição no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro 2012.

O relatório foi elaborado de acordo com as orientações e determinações da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e Portaria-TCU nº 150/2012, Decisões Normativas TCU nº 119/2012 e 121/2012, bem como a Portaria CGU n.º 133, de 18 de Janeiro de 2013, que trata dos procedimentos de apresentação dos relatórios de gestão e dos processos anuais de contas.

O item 16 da Parte B e o Quadro B.16.1 – Consultores Contratados na Modalidade de “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais se encontra ao final deste relatório.

Os dados financeiros e contábeis foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, GED On Line IICA e a ferramenta de acompanhamento de execução financeira IICAPROJ.

Existiam em funcionamento no âmbito do Ministério de Minas e Energia, três Projetos, a saber: Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos – BRA/IICA/08/012, Consolidação da Política nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – BRA/IICA/12/001 e Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META - 8095 - BR, com a coordenação da execução técnico-administrativa subordinada ao Diretor de Programa da Secretaria-Executiva.

Os itens seguintes, não se aplicam à gestão dos Projetos subordinados à Diretoria de Programa: 5.1.1 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 5.2 - Movimentação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; 5.4 Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal; 5.5 Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social; 5.6 - Informações sobre a gestão de precatórios; 6 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados; 7 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; 8 – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento; 9 – Gestão Do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental e 11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, não se aplicam a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

Na elaboração do presente relatório foi seguida a orientação do item da “Abrangência” da Portaria TCU nº 150, de 3/7/2012 Parte A – Conteúdo Geral, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, que as “UJ que não se enquadrarem nos critérios acima devem, na medida

do possível, seguir as disposições desta Portaria promovendo os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades”.

A seguir são detalhadas as principais atividades realizadas no período:

## **1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE E DOS PROJETOS**

### **1.1 Identificação da Unidade**

**Unidade:** Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva

**Unidade Gestora:** 320015 – SE/BIRD/MME e 320060 – Projeto META/SE

**Órgão de Vinculação:** 32000-MME

**Código do SIORG:** 002852 e 3245.

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios – Bloco “U” – 7º andar – Sala 726/734

CEP: 70.065-900 – Brasília – DF. – [secexdp@mme.gov.br](mailto:secexdp@mme.gov.br)

**Página na Internet:** <http://www.mme.gov.br/mme/menu/projetos/projetosestal.html>.

**Telefone:** (61) 3319-5027/5574

**Ordenador de Despesa:** Jorge da Silva Mendes (27.03.2012 a 06.12.2012) Paulo Emílio Teixeira Barbosa – Ordenador Substituto (01.01.2012 a 31.12.2012)

#### **1.1.1 Projetos:**

- Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012.
- Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – BRA/IICA/12/001
- Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (*Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project*) – Loan 8095 BR aprovado preparação pelo COFIEIX em 15/12/2010.

#### **1.1.2 Normas Relacionadas às Atividades da Unidade:**

- Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012 – Aprova a Estrutura Regimental do MME;
- Portaria nº 144 de 23 de junho de 2006 – DOU 26/6/2006 – Regimento Interno do MME; e
- Portaria SE/MME nº 528, de 12 de setembro de 2011 – criação da CGP do projeto META.
- Portaria SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011 – criação da UGP do projeto META.

##### **a) Normas aplicáveis aos financiamentos de recursos externos**

- [Constituição Federal \(1988\), art. 52](#) - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do art. 52 da Constituição Federal.
- [Lei de Diretrizes Orçamentárias](#) - Lei nº 12.309, de 9 de Agosto de 2010.
- [Lei Orçamentária Anual](#) – Lei nº 12.381, de 9 de Fevereiro de 2011– Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.
- [Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998](#) - Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Outras Resoluções do Senado: 40/01; 43/01 e 20/03.
- [Portaria/STN/MF nº 497, de 27 de agosto de 1990](#) - Regula o procedimento relativo a operações de crédito ou de arrendamento mercantil, externo ou interno, a serem celebradas pela União.
- [Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009](#) - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, e dá outras providências.

- [Macrofunção SIAFI 02.03.10](#) - Esta Macrofunção trata das Obrigações Internas e Externas inclusive as operações de arrendamento mercantil, de concessão de avais e outras garantias, firmadas pela União ou realizadas por intermédio de ajustes financeiros do Tesouro Nacional.
- [Manual de Projetos REX \(STN\)](#) - O Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, alterou a sistemática de execução financeira dos projetos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social financiados com operações de crédito externas. O presente manual visa facilitar o entendimento da nova sistemática
- [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- [IN/STN nº 06, de 27 de outubro de 2004](#) - Dispõe sobre os procedimentos de movimentação de recursos externos e de contrapartida nacional, em moeda ou bens e/ou serviços, decorrentes dos acordos de empréstimos e contribuições financeiras não reembolsáveis (doações), firmados pela União Federal junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras e transferência de recursos no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais.
- [Diretrizes do BIRD para contratação de serviços de consultoria](#) - O objetivo destas Diretrizes é estabelecer as políticas e os procedimentos do Banco a serem utilizados para seleção, contratação e monitoramento de consultores demandados pelos projetos financiados, no todo ou em parte, pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), créditos da Associação de Desenvolvimento Internacional (AID), ou por doações do Banco ou dos fundos fiduciários administrados pelo Banco e executados pelo beneficiário.

#### **b) Normas Aplicáveis às Cooperações Técnicas**

- [Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997](#) - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- [Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003](#) - Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.
- [Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004](#) - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
- [Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966](#) - Promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica.
- [Portaria MRE nº 717, de 9 de dezembro de 2006](#) Aprovar normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
- [Diretrizes da ABC/MRE para o Desenvolvimento de CTI](#) - Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças dá-se por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas de instituições ou de indivíduos.
- [Manual de Convergência das Normas Licitatórias do PNUD](#) – Disciplina os procedimentos de aquisições e contratações dos serviços de consultoria pelo PNUD.

- [TAC/MPT](#) - É um Termo de Ajuste de Conduta para celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, referente a Consultores Técnicos.
- [TAC/MPT – segundo ajuste](#) - Ajuste ao Termo de Ajuste de Conduta para celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, referente a Consultores Técnicos.
- [Decisão TCU nº 178/2001](#) - Auditoria. MRE. Avaliação dos projetos de cooperação técnica internacional. Falhas nos procedimentos relacionados às aquisições de bens e serviços e às contratações de pessoal. Audiência dos responsáveis...
- [Decisão TCU nº 818, de 27 de setembro de 2000](#) - Determina que não se utilize dos acordos de cooperação técnica para pagar despesas com viagens e diárias de servidores da agência executora estranhos ao Projeto; que não se terceirize atividades típicas de Estado; que seja comunicado à Receita Federal e ao INSS os valores pagos pelo Programa das Nações Unidas aos consultores contratados.
- [Acórdão TCU nº 946/2004](#) - Determinação do Plenário no sentido da rigorosa observância do disposto na Lei nº 8.666/93 nas aquisições de bens e serviços, em sede de acordo ou projeto de cooperação, com recursos nacionais. Solicitação de prorrogação do prazo para o cumprimento da determinação.
- [Acórdão TCU nº 1918/2004](#) - Consulta formulada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Aplicabilidade do Manual de Convergência do PNUD ou da lei de licitações pelos organismos internacionais e a possibilidade de apresentação de propostas de convergência de determinados organismos internacionais que mantêm projetos de cooperação técnica internacional com órgãos e entidades do governo.
- [Acórdão TCU nº 1339/2009 - TCU – Plenário](#) – Representação contra a Agência Brasileira de Cooperação - MRE; Secretaria de Controle Interno - MRE; Secretaria de Educação Básica – MEC - Estudo dos parâmetros utilizados em acordos de cooperação técnica internacional, financiados exclusivamente com recursos nacionais. Identificação de Acordos de Cooperação Internacional destinados ao exercício de atividades meramente administrativas.

## 1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA DE PROGRAMA

### 1.2.1 Competência Institucional

O regimento Interno do Ministério de Minas e Energia foi aprovado pela Portaria nº 144, de 23/6/2006 e publicado no DOU de 26/6/2006 e conforme o art. 41 compete ao Diretor de Programa:

“ ...

*I – planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria-Executiva; e*

*II – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.”*

*A sf SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011, no seu art. 1º, criou no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia a Unidade Gestora de Projeto – UGP, que ficou responsável por definir as diretrizes gerais e o plano de ação para a efetivação das atividades do Projeto META e será também responsável por avaliar, monitorar, controlar e aprovar todas as fases de implementação do Projeto.”*

A Unidade de Gestão do Projeto META foi implantada em consonância com as Diretrizes do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, tendo o Manual Operativo do Projeto META como instrumento principal para o gerenciamento do Projeto, na descrição dos processos, documentos padrão e outras instruções fixadas no Acordo de Empréstimo.

Basicamente competem as UGPs dos Projetos definir as diretrizes gerais e os planos de ação para efetivação das atividades do projeto e também por avaliar, monitorar, controlar e aprovar todas as fases de implementações dos Projetos. As UGPs são integradas por servidores públicos alocados pelo MME, empregados contratados pelo IICA e conta ainda com o apoio de consultores individuais para desenvolver os componentes dos Projetos.

Os Projetos BRA/IICA/08/012 e BRA/IICA/12/001 são executados por um Comitê Diretivo e pela Coordenação Executiva (art. 4º e 10º do PCT), instância técnico-operacional do Instrumento de Cooperação Técnica.

No período de 27.03.2012 a 02.12.2012 foi designado como ordenador de despesa, coordenador do Projeto META e Diretor Nacional das Cooperações Técnicas o servidor Jorge da Silva Mendes, nos demais períodos o servidor Paulo Emílio teixeira Barbosa respondeu pela UG 320060.

### **1.2 1. Descrição dos Projetos**

- **PROJETO IICA - PCT-BRA/IICA/08/012**

Desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil – LUZ para TODOS.

Em 22 de dezembro de 2008 foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/012 – Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, para desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas de energia elétrica, no valor total de US\$ 6.750.000,00 e duração de 36(trinta e seis) meses. Este Projeto teve aprovada uma revisão visando a prorrogação de sua vigência até 31/03/2012 e a redução do orçamento original em US\$ 2.250.000,00. Esta redução do orçamento se deveu a não formalização da doação do BID, em função das prioridades do próprio Governo brasileiro, relacionadas ao uso de recursos externos para o financiamento da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

O Projeto BRA/IICA/08/012 foi encerrado em 31 de março de 2012 com a Prestação de Contas Final do Projeto devidamente aprovada pela Diretoria de Programa, conforme Ofício nº 054/2012-SEDP/SE-MME, de 28 de agosto de 2012, consoante Termo de Encerramento de Projeto de Cooperação Técnica, assinado em 09 de novembro de 2012 e anexado a fls. 353/357 do Processo nº 48.000.002649/2008-57.

- **PROJETO IICA - PCT-BRA/IICA/12/001**

As ações no âmbito da cooperação técnica com o IICA, durante o exercício de 2012, também envolveram a elaboração e tramitação junto à ABC/MRE, para fins de aprovação, de um novo PCT para dar suporte à implementação do Programa LpT no período 2012-2015, concluindo com sua assinatura do PCT em 26 de março de 2012.

O objeto do Programa Executivo é a implementação do Projeto de Cooperação Técnica Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica (doravante denominado “PCT”), que tem por finalidade contribuir para a consolidação da política pública de universalização do acesso à energia elétrica como alternativa de erradicação da pobreza extrema, circunscritas à competência do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, nos termos constantes do PCT, conforme Processo nº 48.000.002035/2011-71.

O PCT apresenta objetivos, justificativas, metas a serem atingidas, estratégias operacionais, cronograma de execução e orçamento. São objetivos imediatos do PCT:

- I - Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão sócio-produtiva e a mitigação da pobreza extrema.
- II - Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do Programa LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.
- III - Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.

#### • PROJETO META – LOAN 8095 BR

Em 10 de dezembro de 2010 a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX/MP, emitiu a Recomendação nº 1214, autorizando o Ministério de Minas e Energia a iniciar a preparação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (*Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project*), nas seguintes condições:

- 1 – Nome: Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META.
- 2 – Mutuário: República Federativa do Brasil.
- 3 – Executor: Ministério de Minas e Energia.
- 4 - Entidade Financiadora: Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.
- 5 – Valor: pelo equivalente até US\$ 99.208.255,62
- 6 – Contrapartida: pelo equivalente até US\$ 6.944.578,29 – MME

1ª Fase: Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 49.604.127,81 – BIRD

2ª Fase: Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 49.604.127,81 – BIRD

O Contrato de Empréstimo IBRD 8095-BR foi assinado em 1º de março de 2012 e a efetividade declarada pelo BIRD em 30 de maio de 2012.

No caso do Projeto META a “Unidade Gestora de Projeto - UGP” foi criada pela Portaria SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011.

**Tabela 9: Datas Importantes do Projeto**

Aprovação	20/12/2011
Assinatura	01/3/2012
Efetividade	30/5/2012
Encerramento	30/6/2016
Prazo Final de Desembolso	30/10/2016
Primeira Amortização	15/9/2019
Última Amortização	15/9/2029

## 1.2.2 Valor do Empréstimo e das Cooperações Técnicas.

- **PROJETO IICA - PCT-BRA/IICA/08/012**

Aporte da Instituição Nacional Executora: US\$ 4.500.000,00.

Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora: Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

Valor Total do Projeto por Fontes:

Natureza da Despesa – 3380.39

Orçamento MME - Fonte 105: US\$ 4.500.000,00

Ação 1379 – Atendimento de demanda por energia elétrica em localidades isoladas – 25.752.0273.1379.0001.

- **PROJETO IICA - PCT-BRA/IICA/12/001**

Aporte da Instituição Nacional Executora: R\$ 8.000.000,00.

Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora: Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

Valor Total do Projeto por Fontes:

Natureza da Despesa – 3380.39

Orçamento MME - Fonte 105: R\$ 8.000.000,00

Ação 20A9 – Apoio a iniciativas de uso produtivo de energia elétrica – 25.752.0273.20A9.0001.

- **Projeto META – 1ª Fase**

O valor do empréstimo para a 1ª fase foi fixado em US\$ 49.604.127,81 – BIRD e Contrapartida: pelo equivalente até US\$ 4.039.287,00 – MME, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 10: Valor do Empréstimo**

Tabela 10 - Valor do Empréstimo		
	US\$	R\$
Montante Aprovado	49.604.127,00	97.291.094,49
Contrapartida	4.039.287,00	7.922.285,90
<b>TOTAL</b>	<b>53.643.413,68</b>	<b>105.213.380,40</b>
Front end Fee	-124.010,32	-243.227,01
Taxa de câmbio: 1USD= R\$ 1.961350 8/3/2013		

A Tabela 11 apresenta um resumo dos Projetos:

**Tabela 11: Resumo dos Projetos**

Projetos	Valores - US\$			
	Financiado	Contrapartida	Taxas	Total
<b>META – Fase 1</b>	49.604.127	4.039.287	124.010	53.643.414

<b>PCT-BRA/IICA/08/012</b>	-	4.275.000	225.000	4.500.000
<b>PCT-BRA/IICA/12/001</b>	-	4.353.742	217.687	4.571.429
<b>TOTAL</b>	<b>49.604.127</b>	<b>12.668.029</b>	<b>566.697</b>	<b>62.838.853</b>

Fonte: Projeto META *Loan* 8095 BR, PCT-BRA/IICA/08/012 e PCT-BRA/IICA/12/001.

### 1.2.3 Valores do empréstimo por categoria de gasto.

- **PCT BRA/IICA/08/012**

Os insumos do Projeto estão orçados nas OGM 3 – Capacitação, OGM 5 Publicações OGM 6 Aquisição/Aluguel de Equipamentos, OGM 7 Serviços de Comunicação, OGM 8 – Contratos por Resultados e 9 – Diversos , conforme a seguir descritos:

#### **OGM 3 – Capacitação:**

Destina-se ao pagamento de atividades de planejamento e organização de eventos de capacitação (cursos, seminários, intercâmbios técnicos, workshops e oficinas de trabalho) e cobrem as seguintes despesas: elaboração de "papers" e apostilas e preparação de material didático, além do pagamento de pró-labore (planejamento e realização de eventos) para instrutores e moderadores.

#### **OGM 5 - Publicações:**

Esta linha engloba a impressão, distribuição e reprodução de documentos (resultados de estudos e de consultorias) produzidos exclusivamente no âmbito do PCT.

#### **OGM 6 Aquisição/Aluguel de Equipamentos.**

Devem estar inseridos nesta linha os materiais permanentes, equipamentos, veículos e imóveis a serem adquiridos pelo Projeto, como, por exemplo: mesas, cadeiras, máquinas de calcular, arquivos, grampeadores, *hardwares*, *softwares*, projetores, relógios, livros, vídeos etc., veículos nacionais ou importados

#### **OGM 7 Serviços de Comunicação**

Esta linha orçamentária abrigará gastos com serviços gerais de manutenção, reparos, aluguéis, entre outros. Tarifas públicas, como contas de água, esgoto e energia elétrica, impostos e ainda todos os gastos com comunicações

#### **OGM 8 – Contratos por Resultados:**

Esta linha orçamentária engloba o pagamento de honorários, viagens e seguros dos consultores contratados com recursos do Projeto.

#### **OGM 9 – Diversos**

São incluídos aqui os gastos com atos oficiais, encargos bancários, TIN e despesas não imputáveis a nenhum dos outros componentes orçamentários anteriormente descritos.

O Projeto deverá prever e reservar recursos para o monitoramento, avaliação, realimentação e acompanhamento das atividades do Projeto, consubstanciados em viagens e despesas delas decorrentes que objetivem a revisão, a negociação de aditivos, o acompanhamento *in loco*, bem como a validação de novos procedimentos propostos para a melhor execução do Projeto.

**Tabela 12: Orçamento por Linha de Gasto**

<b>OGM</b>	<b>LINHA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
3	Treinamento, Capacitação	1.674.262	1.498.528	1.708.847	1.038.453	5.920.090
5	Documentos Técnicos	149.107	115.676	115.676	89.386	469.845
6	Aquisição / Aluguel de Equipamentos	0	0	0	0	0
7	Serviços de Comunicação	78.272	63.096	63.096	31.548	236.012
8	Contratos por Resultados e Serviços	1.885.469	1.629.977	1.971.747	1.301.353	6.788.546
9	Diversos	22.412	21.032	21.032	21.032	85.508
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>3.809.522</b>	<b>3.328.309</b>	<b>3.880.397</b>	<b>2.481.772</b>	<b>13.500.000</b>
Taxa Institucional - TIN (5%)	-	190.476	166.415	194.020	124.089	675.000
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.999.998</b>	<b>3.494.724</b>	<b>4.074.417</b>	<b>2.605.860</b>	<b>14.175.000</b>

• **PCT BRA/IICA/12/001**

Os insumos do Projeto estão orçados nas OGM 3 – Capacitação, OGM 5 Publicações e OGM 8 – Contratos por Resultados, conforme a seguir descrito:

**OGM 3 – Capacitação**

Destina-se ao pagamento de atividades de planejamento e organização de eventos de capacitação (cursos, seminários, intercâmbios técnicos, workshops e oficinas de trabalho) e cobrem as seguintes despesas: elaboração de "papers" e apostilas e preparação de material didático, além do pagamento de pró-labore (planejamento e realização de eventos) para instrutores e moderadores.

**OGM 5 – Publicações**

Esta linha engloba a impressão, distribuição e reprodução de documentos (resultados de estudos e de consultorias) produzidos exclusivamente no âmbito do PCT.

**OGM 8 – Contratos por Resultados**

Esta linha orçamentária engloba o pagamento de honorários, viagens e seguros dos consultores contratados com recursos do Projeto.

**Tabela 13: Orçamento por Linha de Gasto**

<b>OGM</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>TOTAL</b>
1. Pessoal Profissional Internacional	-	-	-	-	-
2. Pessoal Nacional	-	-	-	-	-
3. Capacitação	392.380,95	470.857,14	439.466,67	266.819,05	<b>1.569.523,81</b>
4. Viagens de Pessoal Permanente	-	-	-	-	-
5. Publicações especiais vinculadas à atividade de capacitação do PCT.	23.009,52	27.611,43	25.770,67	15.646,48	<b>92.038,10</b>

6. Aquisição de Livros	-	-	-	-	-
7. Serviços Gerais	-	-	-	-	-
8. Contratos por resultados e Serviços	1.489.371,43	1.787.245,71	1.668.096,00	1.012.772,57	<b>5.957.485,71</b>
9. Outros Custos	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.904.761,90</b>	<b>2.285.714,29</b>	<b>2.133.333,33</b>	<b>1.295.238,10</b>	<b>7.619.047,62</b>
Taxa Institucional - TIN (5%)	95.238,10	114.285,71	106.666,67	64.761,90	380.952,38
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>2.240.000,00</b>	<b>1.360.000,00</b>	<b>8.000.000,00</b>

- **Projeto META**

Quanto a sua constituição o Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META – IBRD 8095 - BR faz parte de uma operação de crédito contratada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com financiamento de recursos no montante de US\$ sendo US\$ 49.604.127,00 financiado pelo BIRD e US\$ 4.039.287,00 de contrapartida nacional.

**Tabela 14: Categorias do META**

DESCRIÇÃO	Valores		PERCENTUAL MÁXIMO FINANCIADO PELO BIRD
	Reais	US\$	
Front and FEE (0,25%)	243.227,74	124.010,32	100%
Serviço de Consultoria	24.839.134,94	12.664.300,00	100%
Treinamento	1.064.817,34	542.900,00	100%
Bens, Obras e Serviços de não Consultoria	69.446.136,18	35.407.300,00	100%
Custos Operacionais	1.697.776,63	865.616,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>97.291.094,83</b>	<b>49.604.127,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Manual Operativo do Projeto META

O montante de recursos alocados no Projeto, US\$ 53.643 milhões, está distribuído entre os seus componentes e subcomponentes, com destaque para o componente Desenvolvimento Tecnológico que conta com US\$ 35.691 milhões, (66,5%), dos quais o BIRD participa integralmente (100%).

**Tabela 15: Componentes do META**

COMPONENTES – Valores em US\$	BIRD	UNIÃO	PROJETO (100%)
<b>1 Fortalecimento da capacidade do Governo visando o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral</b>	<b>8.939.650</b>	<b>4.039.287</b>	<b>12.978.937</b>
<b>2 Fortalecimento dos Mecanismos de Regulação</b>	<b>2.327.300</b>	<b>0,00</b>	<b>2.327.300</b>
<b>3 Desenvolvimento Tecnológico</b>	<b>35.691.562</b>	<b>0,00</b>	<b>35.691.562</b>
<b>4 Suporte à Cooperação Sul/Sul</b>	<b>2.521.604</b>	<b>0,00</b>	<b>2.521.604</b>
<b>TOTAL DO PROJETO</b>	<b>49.480.116</b>	<b>4.039.287</b>	<b>53.519.403</b>
Front-end Fee (0,25% do financiamento)	24.011	0,00	124.011
<b>TOTAL DO FINANCIAMENTO</b>	<b>49.604.127</b>	<b>4.039.287</b>	<b>53.643.414</b>

Fonte: Manual Operativo do Projeto META.

## 1.3– PRINCIPAIS PARCEIROS RELACIONADOS AOS MACROPROCESSOS

### 1.3.1 – Parceiros Internos

- Assessoria Internacional;
- Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE;
- Assessoria Especial em Gestão Socioambiental;
- Gabinete do Ministro;
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE;
- Secretaria de Energia Elétrica – SEE;
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM; e
- Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração – SPOA.

### 1.3.2 – Parceiros Externos

- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;
- Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPTEL;
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM;
- Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
- Empresa de Pesquisa Energética – EPE; e
- Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;

## 2 PLANEJAMENTO, METAS E AÇÕES DA DIRETORIA DE PROGRAMA

### 2.1. Principais Objetivos Estratégicos

- **Projeto BRA/IICA/08/012**

O PCT BRA/IICA/08/012 tem como objeto desenvolver e implementar políticas públicas de geração descentralizada de energia elétrica, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar o desenvolvimento de comunidades rurais isoladas no âmbito do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil – LUZ para TODOS, circunscritas na competência do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, conforme se apresenta no Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

São objetivos imediatos do PCT BRA/IICA/08/012:

- I. Testar e validar modelo de incorporação tecnológica que associa a produção de biocombustíveis e alimentos, em escala da agricultura familiar, que contemple a geração de energia elétrica local e sustentável.
- II. Desenvolver metodologias para a implementação de políticas públicas, tendo como base a geração descentralizada de energia elétrica com fontes renováveis e, especialmente, para organização da produção energética de pequeno porte.
- III. Promover monitoramento, análise e avaliação do Programa Luz para Todos e desenvolver metodologias para realizar a integração de ações e o uso produtivo e eficiente de energia elétrica nas comunidades atendidas pelo Programa.

- **Projeto BRA/IICA/12/001**

O PCT BRA/IICA/12/001 tem como objeto Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento por energia elétrica em comunidades remotas, promovendo a geração a partir da utilização de fontes alternativas e renováveis, a inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema.

- São objetivos imediatos PCT BRA/IICA/12/001:

- I. Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão sócio-produtiva e a mitigação da pobreza extrema.
- II. Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.
- III. Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.

- **Projeto META**

O objetivo principal do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META é contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineração, dando apoio à competitividade e crescimento econômico sustentável do país, assim como a modernização institucional dos setores, envolvendo áreas estratégicas do MME, quais sejam:

- Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira;
- Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Monitoramento e Controle do Setor Elétrico;
- Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social;
- Universalização do Programa Luz para Todos – LPT;
- Fontes Alternativas e Eficiência Energética;
- Petróleo e Gás;
- Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Fortalecimento Institucional.
- 

## **2.2 Informações sobre as Estratégias Adotadas**

### **2.2.1 Análise das Estratégias**

- **PCT BRA/IICA/08/012**

Em dezembro de 2008 o Ministério de Minas e Energia (MME) celebrou o Projeto de Cooperação Técnica BRA/08/012 (PCT) junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), visando oferecer apoio técnico à execução do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica – Luz para Todos (LpT).

O PCT tinha um período de execução de 36 meses com o final de sua vigência em janeiro de 2012, neste sentido a partir do segundo semestre de 2011 procurou-se priorizar a revisão do PCT com os seguintes objetivos:

- ✓ Prorrogação do prazo de vigência até 31/03/2012;
- ✓ Redução do orçamento original em US\$ 2.250.000,00;
- ✓ Exclusão dos Produtos 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 do Objetivo Imediato 1; 2.1, 2.3 e 2.7 do Objetivo Imediato 2; e 3.6 do Objetivo Imediato 3;
- ✓ Ajuste de redação no Objetivo Imediato 2 e no Produto 2.6 e inclusão do Produto 2.8;
- ✓ Realocação de recursos orçamentários entre os Objetivos Imediatos; e
- ✓ Iniciar os procedimentos de encerramento do PCT.

#### • PCT BRA/IICA/12/001

Em atenção à solicitação da Secretaria de Energia Elétrica do MME, a Diretoria de Programa da Secretaria Executiva, em colaboração com o DPUE/SEE e o IICA, elaborou e submeteu à avaliação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, uma proposta de projeto de cooperação técnica, a ser firmado com o IICA, com o propósito de Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento por energia elétrica em comunidades remotas, promovendo a geração a partir da utilização de fontes alternativas e renováveis, a inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema.

Referido Projeto terá um período de execução de 48 meses, a partir do início de 2012, e um orçamento da ordem de R\$ 8.000.000,00 destinados à realização de três objetivos imediatos:

- I. Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão sócio-produtiva e a mitigação da pobreza extrema.
- II. Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.
- III. Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.

Ressalte-se a preocupação no sentido de que, até o momento não há uma definição quanto à equipe responsável pela operacionalização da implementação do PCT.

#### • Projeto META

Em 20 de dezembro de 2011 aconteceu a **reunião do Board do Banco Mundial** para a aprovação do acordo de empréstimo, o qual foi prontamente aprovado. Paralelamente, o projeto foi **apresentado ao Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos e em seguida no Plenário**, para aprovação. Em ambas as apresentações, o Projeto META foi aprovado. Em 30.12.2011 o Senado Federal publicou no D.O.U a Resolução nº 25, de 2011.

Na sequência em 1.03.2012 o contrato de empréstimo foi assinado e a declaração de efetividade declarada pelo Banco Mundial em 30.05.2012.

Com efetividade do Projeto procurou-se realizar rodas as ações necessárias para o início da execução do META em 2012, podendo destacar como de mais relevantes:

- Revisão de todos os Termos de Referência – TDRs, com a articulação com os coexecutores do projeto;

- Elaboração dos editais e demais documentos de licitações de todas as atividades previstas no Plano de Aquisição, obedecendo ao padrão exigido pelo Banco Mundial;
- Revisão do Plano de Aquisições do Projeto nos moldes exigidos pelo Banco Mundial;
- Conclusão no SICONV do Convênio do CEPEL nº 769362/2012, no valor global de R\$ 59.276.345,40, sendo: R\$ 56.008.845,40 valor de repasse e R\$ 3.267.500,00 correspondendo o valor da Contrapartida em bens e serviços;
- Conclusão dos Termos de Cooperação com a ANEEL, CPRM e EPE;
- Capacitação dos servidores lotados na SEDP e dos servidores/empregados dos coexecutores em gerenciamento financeiro (**FM e disbursement**) e de aquisição (**procurement**) com o Banco Mundial e treinamento no SIGMA;
- Pagamento da primeira parcela de juro do contrato de empréstimo em 15.09.2012, no valor US\$ 453,89;
- Publicação da autorização do Ministro da Fazenda encaminhada pela PGFN;
- Formalização da contratação por dispensa de licitação, com base no inciso XIII do art. 24 da lei nº 8.666/93 da Fundação Universidade de Brasília/Centro de Seleção e Promoções de Eventos CESPE, para realização de processo do concurso público simplificado visando à contratação de pessoal temporário;
- 1ª Revisão do Plano de Aquisição em 05.12.2012.
- 

### **Ações Futuras Necessárias para a plena Execução do Projeto META**

Com o início da execução do Projeto em maio de 2012, resta a Diretoria de Programa implementar diversas ações em 2013, que resumidamente listamos a seguir:

- a) Pleitear junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP a institucionalização da Diretoria de Programa, inserindo a Unidade na estrutura organizacional do MME;
- b) Garantir os recursos orçamentários na PLOA e LOA e os recursos financeiros necessários para execução do Projeto META;
- c) Capacitar os servidores temporários aprovados no concurso público

## **2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES**

### **2.3.1 Ações Planejadas**

- **PCT BRA/IICA/08/012**

O encerramento do PCT BRA/IICA/08/012 em 31.03.2012, somente foi concluído em 9.11.2012 com o Termo de Encerramento de Projetos de Cooperação Técnica e o recolhimento por GRU do saldo remanescente no valor de R\$ 688.212,72.

Em função do encerramento do Projeto não foi elaborado o POA de 2012, a movimentação financeira ficou estrita aos pagamentos remanescentes das ações contratadas em 2011.

Durante a execução do Projeto, no período de 01.01.2009 a 31.03.2012, foi repassado ao IICA o montante de R\$ 9.000.000,00.

O Tabela VIII o detalhamento dos recursos financeiros repassados ao IICA ao longo da execução do Projeto.

**Tabela 16: Repasses de Recursos Financeiros do MME para o IICA**

**Período de Referência: 01 de janeiro de 2009 a 31 de março de 2012**

Recursos Empenhados				Recursos Transferidos		
Número da Nota de Empenho	Data de Emissão	Valor	Fonte	Número da Ordem Bancária	Data de Emissão	Valor
2008NE000014	23-dez-08	4.000.000,00	0134	2008OB900239	23-dez-08	4.000.000,00
2009NE000009	24-set-09	3.000.000,00	0134	2009OB800214	24-set-09	3.000.000,00
2010NE000033	14-jul-10	1.200.000,00	0134	2010OB800210	15-jul-10	1.200.000,00
2010NE000050	21-out-10	800.000,00	0134	2010OB800294	22-out-10	800.000,00
<b>Total</b>		<b>9.000.000,00</b>		<b>Total</b>		<b>9.000.000,00</b>

- **PCT BRA/IICA/12/001**

Quanto ao PCT BRA/IICA/12/001 foi aprovado pela ABC e IICA e assinado em 26.3.2012. No segundo semestre de 2012 iniciamos as contratações solicitadas pelo LpT.

O planejamento do projeto BRA/IICA/12/001 foi estabelecido pelo **Plano Operativo Anual (POA)** que é o instrumento de programação previsto no art. 12 do Ajuste Complementar do Projeto de Cooperação Técnica. Tem a finalidade de detalhar as atividades que serão executadas no ano de 2012, assim como os respectivos orçamentos dos Projetos.

Com o presente Plano Operativo o MME/LpT estabelece a programação de atividades a serem desenvolvidas para realizar os produtos e atingir os objetivos imediatos previstos nos Projetos

**Tabela 17: Tabela IX Matriz de Detalhamento das Atividades para 2012 – R\$**

Ações de Cooperação Técnica	BRA/IICA/08/012		BRA/IICA/12/001	
	Meta Física	Orçamento	Meta Física	Orçamento
Contratação de Pessoa Física	-	-	7	121.569,87
Contratação de Pessoa Jurídica	-	-	2	85.000,00
Eventos	-	-	-	0,00
Publicações	-	-	-	0,00
Passagens e Diárias	-	-	91	18.200,00
<b>Total</b>	-	-		<b>224.769,87</b>

Fonte: POA de 2012

A movimentação financeira do Projeto, no período de 26.03.2012 a 31.12.2012, apresentou repasses ao IICA no montante de R\$ 1.680.000,00.

**Tabela 18: Repasses de Recursos Financeiros do MME para o IICA**

**Período de Referência: 26 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2012**

Recursos Empenhados				Recursos Transferidos		
Número da Nota de Empenho	Data Emissão	Valor	Fonte	Número da Ordem Bancária	Data de Emissão	Valor
2011NE000022	05.12.2011	620.000,00	0134	2012OB00112	27.07.2012	620.000,00
2012NE000017	01.11.2012	1.060.000,00	0134	2012OB800166	07.11.2012	1.060.000,00
Total						1.680.000,00

Fonte SIAFI 2012

• **Projeto META**

As ações prioritárias do Projeto META para o exercício foi à assinatura do contrato e declaração de efetividade do Projeto Meta, com o objetivo de iniciar a execução do Projeto, conforme planejado, nesta esteira a Diretoria de Programa elaborou a revisão o plano de aquisição e alocou no orçamento o montante de R\$ 65.700.000,00.

Outra ação importante do Projeto META contemplou a abertura de processo seletivo simplificado para servidores temporários e capacitação das equipes de trabalho da Diretoria de Programa e Coexecutores.

Os instrumentos de planejamento do Projeto META são o Plano de Aquisição e POA. O Plano de Aquisição tem duração de 18 (dezoito) meses e obrigatoriamente (cláusula contratual) tem que ter a “não objeção” do Banco Mundial.

O Plano de Aquisição além de definir as atividades/subprojetos, orçamentos e cronograma de execução dos procedimentos de licitações, também estabelece os limites de revisão prévia e as modalidades de licitação.

**Tabela 19: Resumo do Plano de Aquisição do Projeto META para 2012/2015**

(Em R\$)

Coexecutor	Bens		Serviços		Consultorias		Obra	
	Atividades	Valor Previsto	Atividades	Valor Previsto	Atividades	Valor Previsto	Atividades	Valor Previsto
CEPEL	7	31.897.995	-	-	2	2.880.571	1	22.979.848
ONS	1	4.884.000	-	-	1	318.400	-	-
SGM/CPRM	1	2.927.657	-	-	-	-	-	-
SGM/DNPM	1	3.319.400	-	-	-	-	-	-
EPE	-	-	1	1.345.000	2	2.604.732	-	-
ANEEL	-	-	-	-	1	689.786	-	-
AS. INTERNACIONAL	-	-	-	-	1	2.475.000	-	-
SEDP	-	-	-	-	2	4.980.111	-	-
GM	-	-	-	-	2	303.388	-	-
AESA	-	-	-	-	5	2.545.864	-	-

<b>SGM</b>	-	-	-	-	2	6.831.137	-	-
<b>SPE/DDE</b>	-	-	-	-	1	743.074	-	-
<b>SPE/DPE</b>	-	-	-	-	1	5.954.836	-	-
<b>SPOA</b>	-	-	-	-	1	858.914	-	-
<b>SECEX</b>	-	-	-	-	1	180.000	-	-
<b>AEGE</b>	-	-	-	-	1	1992.324	-	-
	<b>10</b>	<b>43.029.052</b>	<b>1</b>	<b>1.345.000</b>	<b>22</b>	<b>33.338.137</b>		<b>22.979.848</b>

Para o período de 2012 foram previstas a realização de 20 (vinte) ações de resultado, que seriam licitadas e contratadas, que foram ajustadas após a concessão do limite de movimentação e empenho, conforme detalhado a seguir:

**Tabela 20: Plano de Aquisição do Projeto META Para 2012**

Coexecutor	LOA/2012		Limite – Solicitado	
	Atividades	Valor Previsto	Atividades	Valor Previsto
<b>CEPEL</b>	-	<b>50.901.233,29</b>	<b>7</b>	<b>14.460.270,32</b>
<b>ONS</b>	-	<b>648.787,50</b>	<b>1</b>	<b>318.400,00</b>
<b>SGM/CPRM</b>	-	<b>461.999,99</b>	<b>1</b>	<b>2.927.656,82</b>
<b>SGM/DNPM</b>	-	<b>593.646,43</b>	<b>1</b>	<b>3.319.400,00</b>
<b>EPE</b>	-	<b>997.279,07</b>	<b>3</b>	<b>4.445.235,04</b>
<b>ANEEL</b>	-	<b>0,00</b>	<b>1</b>	<b>689.785,72</b>
<b>AS. INTERNACIONAL</b>	-	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>SEDP</b>	-	<b>1.733.988,01</b>	<b>0</b>	<b>255.973,00</b>
<b>GM</b>	-	<b>1.152.849,81</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>AESA</b>	-	<b>1.605.852,88</b>	<b>2</b>	<b>275.614,80</b>
<b>SGM</b>	-	<b>4.370.772,01</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>SPE</b>	-	<b>2.529.193,16</b>	<b>2</b>	<b>2.352.472,53</b>
<b>SPOA</b>	-	<b>704.397,85</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>
<b>SECEX</b>	-	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>AEGE</b>	-	<b>0,00</b>	<b>1</b>	<b>1.000.000,00</b>
	-	<b>65.700.000,00</b>	<b>20</b>	<b>30.044.808,23</b>

### **2.3.2 Resultados das Ações Planejadas**

- **PCT-BRA/IICA/08/012**

A prioridade do Projeto em 2012 concentrou-se nos procedimentos de encerramento do PCT, com a elaboração do Relatório de Encerramento encaminhado ao IICA, ABC/MRE e a Controladoria Geral da União - CGU.

Os investimentos realizados no âmbito do PCT BRA/IICA/08/012 durante o período de execução do Projeto, compreendido entre janeiro de 2009 e 31 de março de 2012, são apresentados na Tabela XIII detalhados por ano e por Objetivo Imediato, comparando-os com o orçamento original definido no Instrumento de Cooperação Técnica.

A Tabela XIII também considera os investimentos realizados no exercício 2012 (de janeiro a março). Entretanto, como o orçamento original do PCT previa o seu encerramento em setembro de 2011, a coluna “Previsto” do exercício 2012 ficou vazia, prejudicando o cálculo do índice de execução daquele exercício.

Observa-se que os índices alcançados na execução financeira do PCT, considerando o orçamento original proposto para cada exercício, foram de 25,22% em 2009, 75,09% em 2010, e 112,14% em 2011. O índice de execução do exercício de 2012 não foi calculado, pois no PCT original não havia previsão de realização de investimentos naquele exercício.

Verifica-se, ainda, que o percentual de execução dos Objetivos Imediatos 1 (7,16%) e 2 (17,61%), em relação ao orçamento original total proposto para o PCT, foram substancialmente pequenos, o que determinou o moderado índice de execução global (61,48%).

**Tabela 21: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira, por Exercício e por Objetivo Imediato  
Posição em 31 de março de 2012**

Em R\$

Objetivos Imediatos	2009			2010			2011			2012			Total			% em relação ao Total Realizado
	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)	
<b>Objetivo Imediato I</b> Testar e validar modelo de incorporação tecnológica que associa a produção de biocombustíveis e alimentos, em escala da agricultura familiar, que contemple a geração de energia elétrica local e sustentável.	2.666.155,00	160.562,57	6,02%	904.374,00	91.207,02	10,09%	399.607,00	32.640,00	8,17%	-	-	0,00%	3.970.136,00	284.409,59	7,16%	3,26%
<b>Objetivo Imediato II</b> Desenvolver metodologias para a implementação de políticas públicas, tendo como base a geração descentralizada de energia elétrica com fontes renováveis e, especialmente, para organização da produção energética de pequeno porte.	1.628.688,00	1.488,79	0,09%	999.018,00	68.216,32	6,83%	667.765,00	340.500,00	50,99%	-	155.000,00	0,00%	3.295.471,00	565.205,11	17,15%	6,49%
<b>Objetivo Imediato III</b> Desenvolver metodologias visando a realização de monitoramento análise e avaliação do Programa Luz para Todos e a integração de ações de uso produtivo e eficiente de energia elétrica nas comunidades atendidas pelo Programa.	2.842.988,00	1.638.346,95	57,63%	1.977.005,00	2.754.504,54	139,33%	1.414.400,00	2.410.015,37	170,39%	-	647.624,49	0,00%	6.234.393,00	7.450.491,35	119,51%	85,49%
<b>SubTotal</b>	<b>7.137.831,00</b>	<b>1.800.398,31</b>	<b>25,22%</b>	<b>3.880.397,00</b>	<b>2.913.927,88</b>	<b>75,09%</b>	<b>2.481.772,00</b>	<b>2.783.155,37</b>	<b>112,14%</b>	<b>-</b>	<b>802.624,49</b>	<b>0,00%</b>	<b>13.500.000,00</b>	<b>8.300.106,05</b>	<b>61,48%</b>	<b>95,24%</b>
Custos Administrativos (5%)	356.891,55	90.019,92	25,22%	194.019,85	145.696,39	75,09%	124.088,60	139.157,77	112,14%	-	40.131,22	0,00%	675.000,00	415.005,30	61,48%	4,76%
<b>TOTAL</b>	<b>7.494.722,55</b>	<b>1.890.418,23</b>	<b>25,22%</b>	<b>4.074.416,85</b>	<b>3.059.624,27</b>	<b>75,09%</b>	<b>2.605.860,60</b>	<b>2.922.313,14</b>	<b>112,14%</b>	<b>-</b>	<b>842.755,71</b>	<b>0,00%</b>	<b>14.175.000,00</b>	<b>8.715.111,35</b>	<b>61,48%</b>	<b>100,00%</b>

- **PCT-BRA/IICA/12/001**

A baixa execução do Projeto em 2012 resulta da demora da aprovação do Acordo de Cooperação pela ABC/MRE, em função da exigência da CGU de retirar do documento o artigo que previa a contratação do coordenador de enlace, assistente financeiro e administrativo por meio de proposta técnica.

Em consequência o Acordo foi assinado somente 26.03.2012 e o primeiro repasse financeiro ao IICA, no montante de R\$ 620.000,00, ocorreu em 27.07.2012, possibilitando o início das contratações apenas no segundo semestre do exercício.

**Tabela 22: Resumo Geral das Ações Previstas/ Realizadas em 2012**

Descrição	Previsto para 2012		Realizado em 2012			
	Quant.	Valor R\$	Quant.	%	Valor R\$	%
Contratos Pessoa Física	7	121.569,87	6	86 %	12.000,00	10%
Contratos Pessoa Jurídica	2	85.000,00	0	-	0,00	
Eventos	-	-	-	-	0,00	
Publicações	-	0,00	6		7.708,87	
Passagens e Diárias	91	18.200,00	16	6%	7.431,89	41%
Aquisição de Bens	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>224.769,87</b>			<b>27.140,76</b>	

**Fonte IICA**

- **PROJETO META**

Em função dos limites de movimentação e empenho concedidos ao Projeto META em 2012 foram previstas a realização de 20 (vinte) atividades.

Assim, das 20 atividades previstas, foram realizadas 5 (cinco) atividades (FUB e Termos de Referência nº 3, 6, 9 e 40), totalizando R\$ 7.734.298,55, o que representa 25% do previsto.

Atividades Previstas	Atividades Iniciadas	% Atividades Iniciada /previstas
20	5	25

**Tabela 23: Metas do Exercício 2012 para a Ação 13 E 4**

Em R\$

ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	META FÍSICA		META FINANCEIRA EM REAL MIL	
			PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA
TR 3	Aquisição de Cluster – atualização da infraestrutura computacional do Laboratório de Computação (Processo com recurso - sob julgamento).	Atividade	1	1	5.200	5.200

TR 6	Aquisição de Eletrodos de terminação (Yokes) do Laboratório de Ultra Tensão (Processo suspenso - motivo, falta de interessados).	Atividade	1	1	1.999	1.999
TR 9	Sistema de Movimentação de Cabo (Roletes) para o Laboratório de Ultra-Alta Tensão, na modalidade “Pregão Eletrônico”	Atividade	1	1	183	183
TR 40	Avaliação de Investimentos não depreciados do Parque de Concessões do Setor Elétrica, Prorrogáveis.	Atividade	1	1	196	196
TR S/Nº	Seleção pública de pessoal temporário para Unidade Gestora do Projeto META	Atividade	1	1	156	156
Outros Termos		Atividade	15	0	7.248	0
TOTAL		Atividade	20	5	14.982	7.734

Obs: Considera-se atividade realizada àquela cujo processo licitatório foi concluído.

### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. Informações sobre a Estrutura Orgânica de Controle da Unidade

A estrutura orgânica da Diretoria de Programa decorre da arquitetura de processos e expressa em organograma com as atribuições orientadas por processos, que refletem os objetivos de desenvolvimento e específicos, produtos e resultados esperados de todos os Projetos (Acordo de Empréstimo ou Cooperação Técnica), assim como as expectativas das diversas áreas do MME.

Os macroprocessos em gestão de projetos apresentam características intrínsecas, pois os principais processos horizontais (de produção) em outras Unidades do MME, são processos verticais (serviços) de apoio as atividades fins.

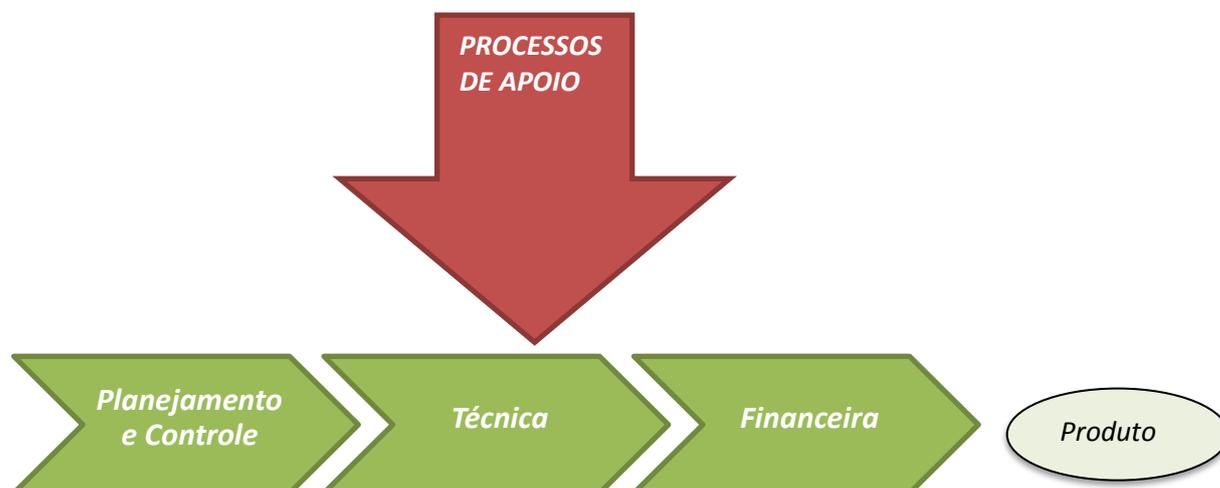
A Tabela 24 apresenta os macroprocessos e atividades da Diretoria de Programa e Projetos.

Tabela 24: Macroprocessos e Atividades da Diretoria de Programa e Projetos

MACROPROCESSO		
PROCESSOS	SUBPROCESSOS	ATIVIDADES
DIREÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAR AS DIRETRIZES GERAIS DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS PROJETOS
	ORDENADOR DE DESPESA	ASSESSORAR O SECRETÁRIO-EXECUTIVO EM ASSUNTOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS AOS PROJETOS, MANTER ARTICULAÇÃO COM OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS COORDENAR, PLANEJAR, SUPERVISIONAR, ORIENTAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS AOS PROJETOS, ORDENAR DESPESA
GESTÃO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE	PLANEJAMENTO	ELABORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO DOS PROJETOS E ELABORAR E REVISAR MANUAIS OPERACIONAIS
	AVALIAÇÃO/CONTROLE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS ATIVIDADES, ELABORAR RELATÓRIOS, PROPOR NOVAS METODOLOGIAS E ACOMPANHAR AS AÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO ELABORAR RELATÓRIOS ESPECÍFICOS E IFRs, CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES DOS DIVERSOS PROJETOS E IMPLEMENTAR AS DETERMINAÇÕES DAS AUDITORIAS.
GESTÃO TÉCNICA	SELEÇÃO. CONTRATAÇÃO	REALIZAR E ACOMPANHAR OS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS.
	ACOMPANHAMENTO	ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHOS E AQUISIÇÕES ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E MONITORAMENTO DOS COMPONENTES E SUBCOMPONENTES
GESTÃO ADMINISTRATIVA	ADMINISTRAÇÃO	MANTER ATUALIZADO OS DADOS E REGISTROS FUNCIONAIS DOS CONSULTORES CONTRATADOS, ELABORAR RELATÓRIOS GERENCIAIS
	ACERVO DOCUMENTAL	PROVIDENCIAR DIÁRIAS E PASSAGENS, CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, ARQUIVOS DE PROCESSOS, GERENCIAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CORRENTE
GESTÃO FINANCEIRA	FINANCEIRO	ELABORAR A PLOA, ELABORAR PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E FORNECER INFORMAÇÕES PARA AS EQUIPES DE AUDITORIA
	DESEMBOLSO	PEDIDO DE SAQUE, PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONTROLE DA CONTA DESIGNADA E FORNECER INFORMAÇÕES PARA AS EQUIPES DE AUDITORIA, ELABORAR OS IFR's
RELAÇÕES INTERNACIONAIS COOPERATIVAS	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	ARTICULAÇÃO COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CÂRTER MULTILATERAL.

Neste sentido observa-se que os principais macroprocessos no ciclo de gestão dos projetos são: gestão de monitoramento e avaliação, gestão financeira e gestão técnica, são processos vinculados à execução do projeto e aos resultados esperados (horizontais), os outros processos são de serviço ou de apoio (verticais), a saber: direção, gestão administrativa e relações internacionais e corporativa.

**GESTÃO DE PROCESSOS**



Para efeito de funcionamento e avaliação dos sistemas de controle interno destacamos os processos de gestão técnica e financeira, para aplicação do Questionário - Quadro A.3.1 – Avaliação do sistema de Controles Internos da UG (item 3.2 da Portaria TCU nº 150/2012). A metodologia utilizada foi de distribuição e entrevista com todos os colaboradores das equipes de trabalho vinculados a cada processo.

### **3.2. Estrutura de Controles Internos da Diretoria de Programas**

#### **3.2.1 – Estrutura de Controles Internos do Processo Gestão Técnica**

O processo de Gestão Técnica esta constituído de dois subprocessos de Seleção e Contratação e Acompanhamento de Contrato, que demonstram os fluxos de trabalho e atividades sequenciais e interdependentes, necessárias e suficientes para a execução dos projetos, que por sua vez contemplam diversas atividades, que a seguir exemplificamos:

- ⇒ coordenação e supervisão técnica dos projetos;
- ⇒ priorização dos subprojetos (ações);
- ⇒ coordenação das Comissões de Licitações;
- ⇒ orientação e revisão dos termos de referência, editais, solicitação de proposta e demais documentos de seleção;
- ⇒ elaboração do Plano de Aquisição, Plano Operativo Anual e demais instrumentos de planejamento;
- ⇒ manter os registros e controles das compras de bens e serviços com recursos dos Projetos;
- ⇒ consolidar e disponibilizar as informações dos Projetos para os diversos órgãos e instituições que atuam no âmbito do Ministério de Minas e Energia;

- ⇒ promover a articulação técnica entre as coordenações dos Projetos com os diversos demandantes, usuários e requisitantes dos serviços; e
- ⇒ avaliar, monitorar e acompanhar as atividades técnicas em articulação com a Coordenação de Planejamento, Avaliação e Controle dos Projetos;
- ⇒ acompanhamento técnico da gestão e fiscalização dos contratos;
- ⇒ alimentação e operacionalização do Sistema Gerencial (SIGMA); e
- ⇒ elaboração de Termo de Convênio e Termo de Cooperação

### 3.2.2. – Estrutura de Controles Internos do Processo de Gestão Financeira

O processo de Gestão Financeira esta constituído de dois subprocessos: Financeiro e Desembolso, que demonstram os fluxos de trabalho e atividades sequenciais e interdependentes, necessárias e suficientes para a execução dos projetos, que por sua vez contemplam diversas atividades, que a seguir exemplificamos:

- ⇒ Elaboração da Proposta Orçamentaria Anual (PLOA);
- ⇒ Controle Orçamentário – Declaração de Disponibilidade;
- ⇒ Execução Orçamentária e Financeira, Programação Financeira, Pagamentos Pessoas Física e Jurídica (Empenho e Ordem Bancária);
- ⇒ Prestação de Contas e Solicitação de Desembolsos;
- ⇒ Controle das Contas Contábeis e Gerenciais do Projeto - Administração do Plano de Contas e Plano Interno-PI dos projetos;
- ⇒ Prestação de Contas/Recomposição do Fundo Rotativo;
- ⇒ Elaboração dos Relatórios Financeiros (ITR's) e Relatório de Progresso;
- ⇒ Conciliação da Conta Designada;
- ⇒ Alimentação e Operacionalização do Sistema Gerencial (SIGMA);
- ⇒ Emissão da DIRF (Imposto de Renda) e Preenchimento e Envio da GFIP (INSS);
- ⇒ Registro dos Contratos Administrativos; e
- ⇒ Emissão de parecer técnico sobre a execução financeira dos Convênios.

## 3.3 – Avaliação do Sistema de Controles Interno da Diretoria De Programas

### 3.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Interno do Processo Gestão Técnica (item 3.2 da Portaria TCU nº 150/2012).

Tabela 25: Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Interno do Processo Gestão Técnica

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração		X			

dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para	X				

avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
<p><b>Considerações Gerais:</b> As questões 16 e 17 foram interpretadas da Avaliação de Risco com o nível de avaliação 1, por considerar que nunca existiu ocorrência de fraude na Unidade. Por força do contrato de empréstimo com o Banco Mundial e dos acordos básicos de cooperação técnica, existe na estrutura da Diretoria de Programa uma unidade de <i>controller</i> que garante ambiente de controle satisfatório e adequado aos objetivos e funcionamento dos projetos. Com exceção do Relatório de Auditoria de 2010, a partir de 2008, os relatórios de auditoria da SFC/CGU são expedidos com parecer de “regular” refletindo a adequada estrutura de controle dos projetos.</p> <p><b>Metodologia:</b> A metodologia empregada para responder esse questionário foi de distribuir os questionários para os membros das equipes e realização de reuniões e debates, no âmbito da Diretoria de Programas, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

### 3.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Interno do Processo da Gestão Financeira (item 3.2 da Portaria TCU nº 150/2012).

**Tabela 26: Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Interno do Processo da Gestão Financeira**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
<b>Considerações Gerais:</b> As questões 16 e 17 foram interpretadas da Avaliação de Risco com o nível de avaliação 1, por considerar que nunca existiu ocorrência de fraude na Unidade. Por força do contrato de empréstimo com o Banco Mundial e dos acordos básicos de cooperação técnica, existe na estrutura da					

Diretoria de Programa uma unidade de *controller* que garante ambiente de controle satisfatório e adequado aos objetivos e funcionamento dos projetos. Com exceção do Relatório de Auditoria de 2010, a partir de 2008, os relatórios de auditoria da SFC/CGU são expedidos com parecer de “regular” refletindo a adequada estrutura de controle dos projetos.

**Metodologia:** A metodologia empregada para responder esse questionário de distribuir os questionários para os membros das equipes e realização de reuniões e debates, no âmbito da Diretoria de Programas, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade

#### **LEGENDA**

##### **Níveis de Avaliação:**

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## **4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

### **4.1 Informações sobre Programas do PPA sob a Responsabilidade da UJ.**

Cabe registrar que embora os Projetos de Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012 e Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à energia Elétrica – BRA/IICA/12/001, sejam exclusivamente para atender ao Programa de Luz Para Todos – LpT da Secretaria de Energia Elétrica do MME, os recursos e a execução deste programa são de responsabilidade desta Secretaria.

Considerando que o Projeto META foi incluído no PPA no Programa: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia e que a Diretoria de Programa não teve a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), e devido às especificidades e características da UJ (gestão de recursos externos) foram promovidos os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos do presente relatório no sentido de seguir sempre que possível às orientações da Portaria TCU nº 123, de 12/5/2011 e DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

Deixamos de preencher o Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Quadro A.4.1 a A.4.6.

Quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UG – 320060.

## 4.1.1 Informações sobre a Programação e a Execução Desempenho Orçamentário e Financeiro

### 4.1.1.1 Programação Orçamentária e Execução Orçamentária

- **PCT BRA/IICA/08/012**

Para cada exercício o PCT do IICA elabora o Plano Operativo Anual – POA com orçamento e as metas físicas que serão executadas no período. O orçamento programado para 2012 no montante de R\$ 9.450.000,00 (US\$ 4.500.000,00) não sofreu alteração ou variação.

O orçamento original do Projeto de R\$ 14.176.000,00 foi alterado na 1ª Revisão do PCT para R\$ 9.450.000,00.

O quadro contém o orçamento consolidado do Plano Operativo 2012, discriminado de acordo com as linhas orçamentárias do IICA, também denominadas Objeto de Gasto Maior – OGM.

**Tabela 27: Linha Orçamentária - BRA 08/012**

LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009/2011	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012	SALDO ORÇAMENTÁRIO
	ORIGINAL	1ª REVISÃO			
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação, Treinamento e Eventos	2.819.090,00	71.428,57	49.821,29	47.790,50	2.721.478,21
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	223.736,00	0,00	0,00	0,00	223.736,00
6 - Aquisições (Equipamentos e Mobiliário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Serviços de Comunicação	112.386,00	47.619,05	27.259,69	0,00	85.126,31
8 - Contratos por Resultados (consultorias e serviços)	3.232.641,00	4.166.666,67	4.222.744,60	368.907,24	-1.359.010,84
9 - Diversos	40.718,00	0,00	0,00	0,00	40.718,00
Sub-Total	6.428.571,00	4.285.714,29	4.229.825,58	416.697,74	1.712.047,68
TIN (Tasa Institucional Neta - 5%)	321.429,00	214.285,71	214.991,28	20.834,89	85.602,83
<b>Total</b>	<b>6.750.000,00</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>4.514.816,86</b>	<b>437.532,63</b>	<b>1.797.650,51</b>

Fonte: 1ª Revisão do PCT para 2012

O Demonstrativo a seguir apresenta a Matriz de Detalhamento das Atividades e Recursos Previstos e Mobilizados do Projeto para o exercício de 2012, com os quantitativos das atividades:

**Tabela 28: Ações do BRA 08/012 – para 2012**

Resumo Geral das Ações Previstas para 2012	Descrição	Quantidade 2012	Valor Em R\$
	Contratos Pessoa Física		1.196.500,00
	Contratos Pessoa Jurídica	5	1.616.317,02
	Eventos	1	43.000,00
	Publicações	14	28.000,00
	Passagens e Diárias	155	334.700,00
	Aquisição de Bens	0	0,00
			<b>3.218.517,02</b>

Fonte: Anexo I do PCT IICA –

O orçamento constante do POA 2012 contempla os recursos por objetivo imediato, conforme demonstrado no Quadro A 2.24 – Orçamento por Objetivos:

**Tabela 29: QUADRO A.2. 24: Discriminação da Despesa por Objetivos**

Discriminação da Despesa	Objetivo Imediato			Total
	1	2	3	
Contratos Pessoa Física	285.000,00	0,00	1.163.860,00	1.196.500,00
Contratos Pessoa Jurídica	0,00	415.500,00	1.185.817,02	1.601.317,02
Eventos	0,00	0,00	43.000,00	43.000,00
Publicações	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
Passagens e Diárias	0,00	0,00	334.700,00	334.700,00
Aquisição de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32.640,00</b>	<b>415.500,00</b>	<b>2.755.377,02</b>	<b>3.203.517,02</b>

Fonte: PCT IICA

- **PCT BRA/IICA/12/001**

Para cada exercício o PCT do IICA elabora o Plano Operativo Anual – POA com orçamento e as metas físicas que serão executadas no período. O orçamento programado para 2012 no montante de R\$ 2.000.000,00.

A Tabela 30 contém o orçamento consolidado do PCT por exercício de realização (2012/2015), discriminado de acordo com as linhas orçamentárias do IICA, também denominadas Objeto de Gasto Maior – OGM.

**Tabela 30: Orçamento Consolidado por Exercício**

OGM	2012	2013	2014	2015	TOTAL
1. Pessoal Profissional Internacional	-	-	-	-	-
2. Pessoal Nacional	-	-	-	-	-
3. Capacitação	392.380,95	470.857,14	439.466,67	266.819,05	<b>1.569.523,81</b>
4. Viagens de Pessoal Permanente	-	-	-	-	-
5. Publicações especiais vinculadas à atividade de capacitação do PCT.	23.009,52	27.611,43	25.770,67	15.646,48	<b>92.038,10</b>
6. Aquisição de Livros	-	-	-	-	-

7. Serviços Gerais	-	-	-	-	-
8. Contratos por resultados e Serviços	1.489.371,43	1.787.245,71	1.668.096,00	1.012.772,57	<b>5.957.485,71</b>
9. Outros Custos	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.904.761,90</b>	<b>2.285.714,29</b>	<b>2.133.333,33</b>	<b>1.295.238,10</b>	<b>7.619.047,62</b>
Taxa Institucional - TIN (5%)	95.238,10	114.285,71	106.666,67	64.761,90	<b>380.952,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>2.240.000,00</b>	<b>1.360.000,00</b>	<b>8.000.000,00</b>

**Tabela 31: Orçamento Consolidado por Objetivo Imediato**

Objetivos Imediatos	Em R\$					Em US\$ <sup>(1)</sup>
	2012	2013	2014	2015	Total	Total
<b>Objetivo Imediato I</b> Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão sócio-produtiva e a mitigação da pobreza extrema	635.849	1.112.735	953.773	476.886	3.179.243	1.857.143
<b>Objetivo Imediato II</b> Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do Programa LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica	635.849	1.112.735	953.773	476.886	3.179.243	1.857.143
<b>Objetivo Imediato III</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica	847.798	1.483.647	1.271.697	635.849	4.238.990	2.476.190
<b>SubTotal</b>	<b>2.119.495</b>	<b>3.709.117</b>	<b>3.179.243</b>	<b>1.589.621</b>	<b>10.597.476</b>	<b>6.190.476</b>
Custos Administrativos (5%)	105.975	185.456	158.962	79.481	529.874	309.524
<b>TOTAL</b>	<b>2.225.470</b>	<b>3.894.572</b>	<b>3.338.205</b>	<b>1.669.102</b>	<b>11.127.350</b>	<b>6.500.000</b>

**Tabela 32: ORÇAMENTO POR LINHA ORÇAMENTARIA DE 2012**

LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO ORIGINAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012	SALDO ORÇAMENTÁRIO
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	1.569.523,81	0,00	1.569.523,81
3 - Capacitação, Treinamento e Eventos	0,00	0,00	0,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	92.038,10	0,00	92.038,10
5 - Material de Consumo	0,00	0,00	0,00
6 - Aquisições (Equipamentos e Mobiliário)	0,00	0,00	0,00
7 - Serviços de Comunicação	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias e serviços)	5.957.485,71	27.140,76	5.930.344,95
9 - Diversos	0,00	0,00	0,00
Sub-Total	7.619.047,62	27.140,76	7.591.906,86
TIN (Taxa Institucional Neta - 5%)	380.952,38	1.357,04	379.595,34
<b>Total</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>28.497,80</b>	<b>7.971.502,20</b>

- **Projeto META**

A dotação orçamentária prevista na LOA para o Projeto META em 2012 foi de R\$ 65.700.000,00, sendo R\$ 63.966.012,00 na Fonte 0148 e R\$ 1.733.988,00 na Fonte 100.

Do valor da LOA de 2012 de R\$ 65.700.000,00 foi concedido como Limite de Crédito R\$ 14.982.198,00, sendo R\$ 14.707.000,00 na Fonte 148 e R\$ 275.198,00 na Fonte 1100, representando 22,8% das necessidades orçamentárias do Projeto.

Do Limite de Crédito concedido, foi comprometido R\$ 12.121.640,32 correspondente a 80,9% do valor.

**Tabela 33: Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção**

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2119 – Ação 13E4					
Título	Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia					
Órgão Responsável	Não há					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
65.700.000,00	65.700.000,00	12.121.640,32	0	0		<b>0</b>

Quando da fixação do limite de movimentação e empenho pelo Decreto nº 7.680, de 7.2.2012 e Portaria MP nº 49, de 28.2.2012 a UG 320060 - Projeto META não foi contemplada, somente em 8.06.2012 os limites foram fixados pela Portaria SOF nº 51.

A dotação orçamentária prevista para 2012 foi estimada e adequada à execução física proposta, porém os atrasos nas implementações das ações estruturantes do Projeto META, refletiram e impactaram na realização física e financeira do Projeto.

**Tabela 34: Execução Orçamentária e Física**

LOA 2012	Limite Concedido	% Limite /LOA	Empenhado	% Vlr. Empenhado/Limite	Ativ. Previstas	Ativ. iniciadas	% Ativ. Iniciada /previstas
65.700	14.982	22,80	12.121	80,91	20	5	25

Embora o Projeto tenha sofrido um contingenciamento de 77,20% e recebido limite de movimentação e empenho somente em junho de 2012, fixados pela Portaria SOF nº 51, de 8.06.2012, outros fatores impediram uma performance física, orçamentária e financeira satisfatória do Projeto, a seguir descritas:

- Atraso na elaboração dos termos de cooperação;
- Retardamento na revisão dos termos de referência, editais e especificações técnicas para iniciar os processos de aquisições;
- Não implementação do SIGMA;

- Ausência de coordenador técnico (responsável pelos processos de licitações) por 7 (sete) meses;
- Lentidão na aprovação das não objeções por parte do Banco Mundial

Os principais entraves foram em decorrência da insuficiência de força de trabalho, que somente será solucionado com a contratação de servidores temporários objeto do processo seletivo em fase conclusão.

### **Pedidos de Saque**

Os pedidos de saques do Projeto foram encaminhados a Secretaria do Tesouro Nacional – STN conforme determina a legislação, que criou a nova sistemática orçamentária e financeira para projetos financiados com recursos externos e contrapartida nacional.

Durante a execução do Projeto foram encaminhados 2 (dois) pedidos de reembolso à Coordenação Geral de programação Financeira/STN, no montante de U\$ 190.484,43 conforme a seguir demonstrado:

**Tabela 35: Pedido de Saque**

Ofício	Data	Valor por Categorias (R\$)		Total (R\$)	Equivalente em US\$	US\$=R\$
		Consultoria	Equipamentos			
088	22/11/2012	196.200,00	-	196.200,00	94.577,01	2,0745
095	19/12/2012	-	201.078,60	201.078,60	95.907,42	2,0966
<b>Total Geral</b>		<b>196.200,00</b>	<b>201.078,60</b>	<b>397.278,60</b>	<b>190.484,43</b>	

### **5.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

Não foi registrada no âmbito dos projetos a ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

### **5.2 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Não ocorreu execução de restos a pagar na execução da gestão orçamentária e financeira da UG 320060.

### **5.3. Informação sobre Transferências Mediante Convênio e Termo de Cooperação**

#### **5.3.1 Convênios**

No âmbito do projeto META foi celebrado o Termo de Convênio MME/CEPEL nº 769362/2012, assinado em 28.05.2012, coma as seguintes características:

- a) Com o Objeto de execução das ações programadas no Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral - META, apoiando e investindo no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias do setor de energia elétrica mediante o reaparelhamento dos Laboratórios do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, conforme Plano de Trabalho aprovado.

- b) O valor total do presente Convênio para a consecução do seu Objeto é estimado em R\$ 59.276.345,40 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), sendo:
- ✓ Participação do MME: R\$ 56.008.845,40 (cinquenta e seis milhões, oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), correspondentes aos custos estimados para execução do exposto no item “b” da Cláusula Terceira - Das Obrigações do MME, sendo R\$ 26.103.937,62 (vinte e seis milhões, cento e três mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos) para o exercício de 2012, R\$ 28.873.338,13 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e oito reais e treze centavos) para o exercício de 2013, R\$ 501.000,00 (quinhentos e um mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 530.569,65 (quinhentos e trinta mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para o exercício de 2015; e
  - ✓ Participação do CEPEL: R\$ 3.267.500,00 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), referentes à Contrapartida Não Financeira.
- c) Valor em empenhado R\$ 11.150.270,32.

**Tabela 36: Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos por Transferência**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: PROJETO META									
CNPJ: 37.115.383/0036-83					UG/GESTÃO: 320060/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	769362/2012	CEPEL	56.008.845,40	3.267.500,00	0,00	0,00	28.05.12	28.9.15	Adimplente
3	001/2012	ANEEL	689.785,72	0,00	0,00	0,00	31.10.12	30.04.14	Adimplente
3	002/2012	CPRM	2.927.656,82	0,00	0,00	0,00	31.10.12	30.04.14	Adimplente
3	003/2012	EPE	4.129.732,06	0,00	0,00	0,00	24.08.12	24.08.15	Adimplente
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: SICONV</b>									

### 5.3.2 Termo de Cooperação

Os coexecutores ANEEL, EPE, CPRM e DNPM participantes do projeto META receberão os créditos e recursos financeiros por meio do instrumento de Termo de Cooperação, no período foram assinados OS Termos de Cooperação com a ANEEL, EPE e CPRM.

**Tabela 37: Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos Exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: PROJETO META					
CNPJ: 37.115.383/0036-83					
UG/GESTÃO: 320060/0001					
Modalidade : Convênio e Termo de Cooperação		Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício: 01 Convênio e 3 Termos de Cooperação		Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00) : R\$ 11.150.270,32.	
2012	2011	2010	2012: 04	2011	2010
Convênio: R\$ 59.276.345,40					
Contrato de Repasse :					
Termo de Cooperação: R\$ 7.747.174,60					
Termo de Compromisso :					
Totais: R\$ 67.023.520,00					
Fonte: SICONV					

#### **5.4 – Informações sobre as Transferências de Suprimentos de Fundos.**

Não foi registrada no âmbito dos projetos a ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

#### **5.5 – Informações sobre Renúncia Tributária**

Não foi registrada no âmbito dos projetos a ocorrência de renúncia tributária.

#### **5.6 – Informações sobre as Gestões de Precatório**

Não foi registrada no âmbito dos projetos a ocorrência de gestões de precatório.

### **6. GESTÃO DE PESSOAS**

#### **6.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade**

Com o encerramento dos contratos de trabalhos dos servidores temporários em 31/07/2009, o Projeto vem procurando suprir as vagas existentes por servidores efetivos e servidores ocupantes de cargo de confiança, ao mesmo tempo em que solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP a contratação de servidores da carreira de Analista e Infraestrutura.

Para atender as exigências do Banco Mundial, o MME submeteu à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, por meio do Aviso nº 87/2011/GM – MME, de 2 de junho de 2011, solicitação para a realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por tempo determinado, de profissionais necessários à execução das atividades técnicas especializadas no âmbito do Projeto META.

No mesmo intuito, o MME instituiu a UGP do Projeto META, por meio da Portaria MME nº 529, de 12/09/2011, com a finalidade de gerir as ações do Projeto META, vinculando-a à Diretoria de Programa da Secretaria Executiva do MME.

Em resposta à solicitação, o MP editou a Portaria Interministerial nº 456, de 28 de outubro de 2011, autorizando o MME a contratar, a partir de 2012, até 17 (dezessete) profissionais, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Foi assinado em 15.10.2012 contrato com a FUB/CESPE para realização do processo seletivo simplificado.

No final do exercício o quadro de pessoal do da Diretoria de Programa era composto por 10 (dez) colaboradores: Diretor do Projeto, Coordenador de Controle, Coordenador Técnico (Especialista em Licitações), Coordenador Financeiro, Coordenador Administrativo e tem como “*staff*” 5 (cinco) colaboradores para as atividades financeiras e administrativas e (2 dois) estagiários:

**Tabela 38: Quadro de Colaboradores do META**

<b>Servidor</b>	<b>Situação Funcional</b>	<b>Função no Projeto</b>
Jorge Mendes Ramos	Empregado da ELETROSUL cedido	Coordenador-Geral do Projeto até 27/03/2012 a
Paulo Emílio Teixeira Barbosa	Servidor Público Efetivo	Coordenador de Controle
Cecília de Paula Torres Parente	Servidora Pública	Coordenadora Relações Institucionais
Raimundo Patrocinio Sales da Cruz	Servidor Público	Coordenador Financeiro
Aline de Queiroz Caldas	Servidora Pública	Coordenadora Administrativa
Martha Portela Rocha Martins	Anistiada	Assistente Administrativo
Lucia Helena Menezes de Holanda	Anistiada	Assistente Administrativo
Leobina Cardeal da Silva Soares	Anistiada	Assistente Administrativo
Patrícia lima Silva	Servidora Pública	Assistente Financeira
Maria Edna Rodrigues Silva	Recepcionista	Apoio Administrativo

Fonte META

## **7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa

## **8. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ**

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa

## **9. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa

## **10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **10.1 Deliberações do TCU**

Não ocorreram deliberações do TCU, em 2012.

### **10.2. Deliberações da CGU**

Por intermédio do Ofício nº 38179/2011/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 15/12/2011, O Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura – Substituto, encaminhou ao Diretor de Programa da Secretaria Executiva do MME, o Relatório de Auditoria nº 201111974, o qual trata da Auditoria de Encerramento do Projeto de Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL.

O referido Projeto tinha como objetivo o apoio à reestruturação do setor energético brasileiro e era composto por seis componentes, a saber:

- Componente 1 – Desenvolvimento do Mercado de Regulação;
- Componente 2 – Acesso à Energia e tarifas de Baixa Renda;
- Componente 3 – Gestão do Meio Ambiente;
- Componente 4 – Planejamento de Longo Prazo;
- Componente 5 – Fortalecimento Institucional e Coordenação do MME; e
- Componente 6 – Gerenciamento do Projeto.

Inicialmente o Projeto estava previsto para ser efetivado em quatro anos, de 2004 a 2007, e contou com um orçamento inicial da ordem de US\$ 20,12 milhões, sendo US\$ 12,12 milhões provenientes de financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e US\$ 8 milhões de contrapartida do Governo Brasileiro.

Em termos concretos, o Projeto ESTAL foi implementado entre 2004 e 2011, com uma realização de investimentos de, aproximadamente, US\$ 12,12 milhões (60,24% do previsto inicialmente), sendo US\$ 7,66 milhões do financiamento junto ao BIRD e US\$ 4,47 de recursos da União.

De todos os aspectos que foram objeto da Auditoria de Encerramento do Projeto ESTAL, o Relatório de Auditoria nº 201111974 da CGU apontou três ressalvas, a saber:

- Item 1.1.1.2 – Não elaboração do Plano de Atingimento Contínuo dos Objetivos do Projeto;
- Item 1.1.12.2 – Improriedades apresentadas na contratação de instituição para realização de curso a distância;
- Item 1.1.12.3 – Equipe Técnica da consultora composta por servidores públicos.

No primeiro caso (Item 1.1.1.2), foi recomendado à Unidade Executora (SEDP) que elabore o “Plano de Atingimento Contínuo dos Objetivos do Projeto” no âmbito do Projeto ESTAL, bem como a adoção desse tipo de documento no Projeto META.

Tal recomendação foi acatada e, assim que o Projeto META estiver com a respectiva condição de efetividade satisfeita, será elaborado o documento solicitado pela CGU.

No caso do Item 1.1.12.2, foi recomendado:

- “(i) “Que seja apurada a responsabilidade dos membros da comissão de licitação e do Diretor do Projeto à época”;
- “(ii) “Que sejam devolvidos aos cofres do tesouro nacional o valor de R\$ 171.981,78 (cento e setenta e um mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos), relativos à reformulação da proposta após a abertura pela Comissão de Licitação, bem como seja realizado o levantamento dos valores referentes à prorrogação do curso que devem ser devolvidos pela FAEPESUL”;
- “(iii) “Que o MME submeta o fato ao BIRD quanto à inexigibilidade (sic) dos gastos mencionados nas Constatações dos itens 1.1.12.2 e 1.1.12.3”;
- “(iv) “Que as Secretarias do MME afetas aos Projetos relativos a Recursos Externos estejam atentas no momento da aceitação de produtos para faturamento, avaliando se o produto entregue condiz com as obrigações contratuais”.

A Secretaria-Executiva atendendo recomendação da CGU emitiu a Portaria nº 011 de 20.09.2012, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 9, de 24 de setembro de 2012, designando a Comissão de Sindicância com a incumbência de apurar as irregularidades pelos fatos registrados no Processo nº 48.000.000735/2012-11.

A mencionada Comissão de Sindicância foi prorrogada pela Portaria SE/MME nº 12, de 23 de outubro de 2012, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 11, de 23 de outubro de 2012, reconduzida pela Portaria SE/MME nº 13, de 22 de novembro de 2012, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 12, de 23 de novembro de 2012, prorrogada pela Portaria SE/MME nº 15, de 21 de dezembro de 2012, reconduzida pela Portaria SE/MME nº 3, de 22 de janeiro de 2013, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 1, de 22 de janeiro de 2013, prorrogada pela Portaria SE/MME nº 5, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 03, de 22 de fevereiro de 2013.

### **10.3 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, **PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA**, CPF nº 059.804881-20, Ordenador Substituto, exercido na Diretoria de Programa – Projeto META declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.  
Brasília, 15 de março de 2013.

**PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA**  
**CPF 059.804.881 - 20**  
**Diretor de Programa**  
**Ordenador Substituto**

### **Parte B – item 1: Declaração do Contador**

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME  
UG: 320015 – Projeto META – SE/BIRD/MME

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.  
Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.

Elizane Velozo Costa Guedes  
Contadora Responsável  
CRC –DF nº 018138/O-2

**Tabela 39: Contratação de Consultores na Modalidade de Produto**

**Item 28 - Contratação de Consultores na Modalidade de Produto**

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
<b>Nome da Organização</b>				<b>Sigla</b>	
Instituto Interamericana de Cooperação para a Agricultura				IICA	
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
<b>Título do Projeto</b>				<b>Código</b>	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> 112.391/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nos sistemas revitalizados em operação e/ou removidos, devido ao atendimento de regiões remotas com energia elétrica, de forma regionalizada em colaboração com as empresas do sistema Eletrobrás nos Estados da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, área geoeletrica da Eletrobrás/Eletrosul e Eletrobrás/Furnas.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
5-nov-12	4-nov-13	115.000,00	23.000,00	0,00	0,00
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Prazo Previsto para Entrega</b>		<b>Valor</b>
PRODUTO 1: Relatório das atividades realizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.			4-dez-12		23.000,00
PRODUTO 2: Relatório das atividades realizadas no Estado do Mato Grosso do Sul das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.			11-fev-13		19.550,00
PRODUTO 3: Relatório das atividades realizadas no Estado de Goiás das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.			10-mai-13		18.400,00

PRODUTO 4: Relatório das atividades realizadas no Estado de Minas Gerais das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	12-ago-13	24.150,00
PRODUTO 5: Relatório das atividades realizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.	4-nov-13	29.900,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Assiz Ramos de Souza		<b>CPF:</b> 017.065.355-20
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"</b>		
<b>Código do Contrato:</b> 112.405/2012		
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nas ações e empreendimentos p/ geração e descentralizados de energia avaliados dos sistemas distribuídos e instalados, devido ao atendimento de regiões remotas com energia, de forma regionalizada em colaboração com as empresas do grupo Eletrobrás nos Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, área geoeletrica da Eletrobrás Eletronorte, Eletrobrás Chesf e Eletrobrás Furnas.		
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>
<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
14-nov-12	13-nov-13	96.000,00
14.000,00	0,00	0,00
<b>Produtos Contratados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Prazo Previsto para Entrega</b>	<b>Valor</b>
PRODUTO 1: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás/Eletronorte, tendo como apoio técnico a cidade de São Luís do Maranhão/MA, com vistas a sistematização e integração dessas informações.	13-dez-12	14.000,00
PRODUTO 2: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás/Eletronorte, tendo como apoio técnico a cidade de Belém do Pará/PA, com vistas a sistematização e integração dessas informações.	11-mar-13	17.000,00

PRODUTO 3: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geelétrica da empresa Eletrobrás/Chesf, tendo como apoio técnico a cidade de Recife/PE, com vistas a sistematização e integração dessas informações.	10-mai-13	14.000,00
PRODUTO 4: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geelétrica da empresa Eletrobrás/Furnas, tendo como apoio técnico a cidade do Rio de Janeiro/RJ, com vistas a sistematização e integração dessas informações.	10-jul-13	16.000,00
PRODUTO 5: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geelétrica da empresa Eletrobrás/Furnas, tendo como apoio técnico a cidade de Belo Horizonte/MG, com vistas a sistematização e integração dessas informações.	9-set-13	17.000,00
PRODUTO 6: Relatório final contendo levantamento e consolidação dessas informações referentes a todos os sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, em todas as áreas geelétricas da empresa Eletrobrás, com vistas a sistematização e integração dessas informações para a gestão do Prodeem, em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.	13-nov-13	18.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Conceição Cristina Araújo Lima	<b>CPF:</b> 488.110.681-34	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"</b>		
<b>Código do Contrato:</b> 112.394 /2012		
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nos sistemas revitalizados em operação e/ou removidos, devido ao atendimento de regiões remotas com energia elétrica, de forma regionalizada em colaboração com as empresas do sistema Eletrobrás nos Estados da Região Nordeste, área geelétrica da Eletrobrás/Chesf.		
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>
<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
9-nov-12	8-nov-13	110.000,0
19.800,00	0,00	0,00

		0			
Produtos Contratados					
Descrição		Prazo Previsto para Entrega		Valor	
PRODUTO 1: Relatório das atividades realizadas nos Estados de Alagoas e Sergipe, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.		8-dez-12		19.800,00	
PRODUTO 2: Relatório das atividades realizadas no Estado da Bahia, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		10-jan-13		16.500,00	
PRODUTO 3: Relatório das atividades realizadas nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.		8-abr-13		20.900,00	
PRODUTO 4: Relatório das atividades realizadas no Estado do Ceará, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		8-jul-13		14.300,00	
PRODUTO 5: Relatório das atividades realizadas no Estado de Pernambuco, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		9-set-13		15.400,00	
PRODUTO 6: Relatório das atividades realizadas no Estado do Piauí, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		8-nov-13		23.100,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ewton Vieira de Souza				CPF: 021.076.704-98	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"					
Código do Contrato: 112.393/2012					
Objetivo da Consultoria: Realizar avaliações de projetos de inclusões socioprodutiva, com o uso da energia elétrica em sistemas agroindustriais de pequeno porte para a agricultura familiar, de forma a subsidiar políticas públicas de inclusão sócioprodutiva, mitigação da pobreza extrema e uso da energia elétrica como vetor de desenvolvimento do meio rural.					

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
5-nov-12	4-jun-13	71.394,40	12.850,99	12.850,99	12.850,99
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
<p>PRODUTO 1: Relatório contendo análise e avaliação de Centros Comunitários de Produção - CCP's, implantados no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Mato Grosso, em municípios determinados pelo Coordenador dos Projetos, tendo como foco o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão sócio-produtiva dos produtores familiares envolvidos na gestão dos projetos objetivando a acorreta instalação e dimensionamento dos equipamentos adquiridos, nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais e capacitação visando a mitigação da pobreza no meio rural a partir da chegada da energia elétrica. (conforme item 3.1 do objetivo imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001)</p>			4-dez-12		12.850,99
<p>PRODUTO 2: Relatório contendo análise e avaliação de Centros Comunitários de Produção-CCP's, em projetos implantados para beneficiários do Programa Luz para Todos, no Estado de Minas Gerais em municípios determinados pelo Coordenador dos Projetos, com ênfase nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais instalação e dimensionamento dos equipamentos, capacitação e inclusão sócio-produtiva dos agricultores familiares e da reforma agrária, beneficiários dos projetos, visando à mitigação da pobreza no meio rural e desenvolvimento socioeconômico a partir da chegada da energia elétrica. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001).</p>			8-abr-13		14.278,88
<p>PRODUTO 3: Relatório contendo análise e avaliação de projetos relacionados à Centro Comunitários de Produção - CCP's implantados no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Rio Grande do Sul, em municípios determinados pelo Coordenador do Projetos, visando a correta instalação e funcionamento dos equipamentos adquiridos, nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais, capacitação e na inclusão sócio-produtiva dos produtores familiares envolvidos nos projetos, objetivando consolidar as experiências adquiridas no combate à pobreza no meio rural, como também, o desenvolvimento socioeconômico a partir da chegada da energia elétrica. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato</p>			10-jan-13		14.278,88

3 do PCT BRA/IICA/12/001).			
<p>PRODUTO 4: Relatório contendo análise e avaliação de projeto implantado pelo Projeto Luz para Todos no Estado da Paraíba, em município determinado pelo Coordenador de Projetos, objetivando o uso produtivo da energia elétrica, com foco nos aspectos técnicos, financeiros, no atendimento à legislação ambiental, na inclusão sócio-produtiva dos agricultores familiares envolvidos, objetivando consolidar as experiências adquiridas no combate à pobreza no meio rural. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001)</p>		11-mar-13	12.850,99
<p>PRODUTO 5: Relatório contendo análise e avaliação de projeto relativo à Centro Comunitário de Produção - CCP implantado para atender beneficiados do Programa Luz para Todos no Estado de Alagoas, em município determinado pelo Coordenador dos Projetos, com foco nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais e capacitação, bem como, a inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares envolvidos, objetivando consolidar as experiências adquiridas no combate à pobreza no meio rural. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001).</p>		4-jun-13	17.134,66
<b>Consultor Contratado</b>			
<b>Nome do Consultor:</b> Gutemberg Pereira Dias		<b>CPF:</b> 136.012.296-68	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>			
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"</b>			
<b>Código do Contrato:</b> 112.392/2012			
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Elaborar, desenvolver e avaliar metodologias de monitoramento das ações de capacitação realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica, que viabilizam a difusão e ampliação de conhecimentos de técnicos e novos consumidores rurais atendidos pelo LpT nas regiões geoeletricas em temas relacionados à tarifa social ao uso correto da energia elétrica.			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>	
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>
<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>		
5-nov-12	4-nov-13	96.000,00	12.000,00
12.000,00	12.000,00		
<b>Produtos Contratados</b>			

<b>Descrição</b>	<b>Prazo Previsto para Entrega</b>	<b>Valor</b>
PRODUTO 1: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica dos estados do Amapá e Pará.	10-jun-13	12.000,00
PRODUTO 2: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica dos estados do Amazonas, Rondônia e Roraima.	11-fev-13	14.250,00
PRODUTO 3: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica dos estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.	8-abr-13	14.250,00
PRODUTO 4: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia dos estados do Maranhão e Piauí.	4-dez-12	12.000,00
PRODUTO 5: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia dos estados da Bahia e Pernambuco.	12-ago-13	12.000,00
PRODUTO 6: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.	11-out-13	12.000,00
PRODUTO 7: Relatório técnico contendo estratégia de monitoramento e avaliação das ações de capacitação realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica, com foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, conforme diretrizes da legislação vigente e de acordo com as especificidades das comunidades rurais especiais e comunidades rurais convencionais atendidas pelo LpT.	4-nov-13	19.500,00

Consultor Contratado	
<b>Nome do Consultor:</b> Maria do Socorro Costa Brito	<b>CPF:</b> 125.877.294-91
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>	

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"					
<b>Código do Contrato:</b> 112.390/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nos sistemas revitalizados em operação e/ou removidos, devido ao atendimento de regiões remotas com energia elétrica, de forma regionalizada em colaboração com a empresa do sistema Eletrobrás nos estados da região Norte, área geolétrica da Eletrobrás/Eletronorte.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
6-nov-12	5-nov-13	120.000,00	15.600,00	0,00	0,00
Produtos Contratados					
Descrição		Prazo Previsto para Entrega		Valor	
PRODUTO 1: Relatório das atividades realizadas no Estado do Pará, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		5-dez-12		15.600,00	
PRODUTO 2: Relatório das atividades realizadas nos Estados do Tocantins e Mato Grosso, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.		11-fev-13		15.600,00	
PRODUTO 3: Relatório das atividades realizadas nos Estados de Roraima e Amapá, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.		8-abr-13		22.800,00	
PRODUTO 4: Relatório das atividades realizadas no Estado do Amazonas, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		10-jun-13		12.000,00	
PRODUTO 5: Relatório das atividades realizadas no Estado de Rondônia, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos		12-ago-13		13.200,00	

do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.		
PROTUDO 6: Relatório das atividades realizadas no Estado do Acre, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	10-out-13	14.400,00
PRODUTO 7: Relatório das atividades realizadas no Estado do Maranhão, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	5-nov-13	26.400,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Sérgio Renato Henrique Furegato		<b>CPF:</b> 885.154.358-53
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>	
<b>Nome da Organização</b>	<b>Sigla</b>
Instituto Interamericana de Cooperação para a Agricultura	IICA
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>	
<b>Título do Projeto</b>	<b>Código</b>
Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos	PCT BRA/IICA/08/01 2

<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"</b>	
<b>Código do Contrato:</b> 11.066/2011	
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Especialista em avaliação, monitoramento e acompanhamento de projetos e ações de uso produtivo da energia elétrica nas comunidades atendidas pelo Programa Luz para Todos (LpT).	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
3-mar-11	17-dez-11	90.000,00	0,00	18.000,00	18.000,00

<b>Produtos Contratados</b>		
Descrição	Prazo Previsto para Entrega	Valor
PRODUTO 1: Relatório de avaliação e monitoramento contendo a descrição de obras físicas realizadas com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite), conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social, incluindo a análise das atividades produtivas de Centro Comunitário de Produção, no Estado do	1-abr-11	14.400,00

Rio Grande do Norte, no âmbito do LpT.		
PRODUTO 2: Documento com a descrição de ações realizadas, incluindo análise documental referente à implementação de obras físicas e atividades produtivas de Centro Comunitário de Produção, no Estado de São Paulo, no âmbito do LpT.	9-mai-11	14.400,00
PRODUTO 3: Relatório de avaliação e monitoramento contendo a descrição de obras físicas realizadas com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite), conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social, incluindo a análise das atividades produtivas de Centro Comunitário de Produção, no Estado de Alagoas, no âmbito do LpT.	11-jun-11	14.400,00
PRODUTO 4: Documento com a descrição de ações realizadas, incluindo análise documental referente à implementação de obras físicas e atividades produtivas de Centro Comunitário de Produção, no Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito do LpT.	8-ago-11	14.400,00
PRODUTO 5: Documento com a descrição de ações realizadas, incluindo análise documental referente à implementação de obras físicas e atividades produtivas de Centro Comunitário de Produção, no âmbito do LpT, no Estado de Mato Grosso.	10-out-11	14.400,00
PRODUTO 6: Documento com a descrição de ações realizadas, incluindo análise documental referente à implementação de obras físicas e atividades produtivas de Centro Comunitário de Produção, no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do LpT.	09/12/2011	18.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Aron Costa Falek		<b>CPF:</b> 132.424.230-20
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"					
<b>Código do Contrato:</b> 111.074/2011					
<b>Objetivo da Consultoria:</b>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
1-mar-11	15-dez-11	90.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor

PRODUTO 1: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados da Bahia e Sergipe, de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".	1-abr-11	12.000,00
PRODUTO 2: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos da Fase V do PRODEEM em operação nos Estados de Minas Gerais e Goiás e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".	10-jun-11	120.000,00
PRODUTO 3: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos da Fase V do PRODEEM em operação no Estado do Maranhão e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".	11-jul-11	12.000,00
PRODUTO 4: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação no Estado do Piauí e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".	12-set-11	12.000,00
PRODUTO 5: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".	10-out-11	12.000,00
PRODUTO 6: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".	10-nov-11	12.000,00
PRODUTO 7: Relatório contendo inspeção técnica dos equipamentos removidos de campo devido à chegada da energia convencional do LpT, dos sistemas fotovoltaicos sob a responsabilidade da CHESF, nos estados de Pernambuco e Piauí.	9-dez-11	18.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Assiz Ramos de Souza		<b>CPF:</b> 017.065.355-20
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		

<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> 111.076/2011					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Especialista em avaliação e consolidação de informações de projetos de energia fotovoltaica.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no</b>	<b>Total Previsto no</b>	<b>Total Pago no</b>	<b>Total Pago até o Final do</b>
		<b>o no</b>	<b>o no</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>

		Contrato	Exercício		
1-mar-11	15-dez-11	90.000,00	0,00	32.400,00	32.400,00
Produtos Contratados					
Descrição				Prazo Previsto para Entrega	Valor
PRODUTO 1: Documento contendo metodologia para análise, controle, organização e consolidação de dados e informações referentes aos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM, instalados, revitalizados e em operação em todos os estados compreendidos pelas regiões geoeletricas, de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM" para 2009.				1-abr-11	14.400,00
PRODUTO 2: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados a revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, área geoeletrica de ELETROBRAS/FURNAS, com vistas a sistematização e integração dessas informações, tendo como base a metodologia elaborada no produto nº 1 e as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM para 2009".				10-jun-11	14.400,00
PRODUTO 3: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados a revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, área geoeletrica da ELETROBRAS/ELETROSUL, com vistas a sistematização e integração dessas informações, tendo como base a metodologia elaborada no produto nº 1 e as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM para 2009".				11-jul-11	14.400,00
PRODUTO 4: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados a revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins, na área geoeletrica da ELETROBRAS/ELETRONORTE, com vistas a sistematização e integração dessas informações, tendo como base a metodologia elaborada no produto nº 1 e as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM para 2009".				8-ago-11	14.400,00
PRODUTO 5: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados a revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, na área geoeletrica da ELETROBRAS/CHESF, com vistas a sistematização e integração dessas informações, tendo como				10-nov-11	14.400,00

base a metodologia elaborada no produto nº 1 e as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM para 2009”.		
PRODUTO 6: Relatório contendo resumo consolidado de todas as informações, constantes nos produtos de 2 a 5, conforme metodologia definida no Produto 1, com foco na transferência dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação naqueles estados, e em apoio à Comissão de Desfazimento dos bens do PRODEEM e incorporação ao LpT na região NORTE, de acordo com as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM para 2009”.	9-dez-11	18.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Cláudio Firveda Lima		<b>CPF:</b> 440.646.911-72
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"					
<b>Código do Contrato:</b> 111.224/2011					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Desenvolver habilidades que estimulem o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica junto a populações indígenas de diferentes estados brasileiros no âmbito do Programa Luz para Todos					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
9-ago-11	21-dez-11	32.500,00	0,00	22.500,00	22.500,00
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
PRODUTO 1: Documento contendo material didático informativo sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, referente à Lei 12.121/2010, que destina desconto de energia elétrica à população de baixa renda, com ênfase nas populações indígenas e quilombolas, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o CadÚnico, que oferece isenção até o limite de consumo de 50 (cinquenta) KWh/mês.			23-set-11		10.000,00
PRODUTO 2: Relatório técnico de planejamento e realização de 2 (duas) oficinas participativas sobre tarifa social e o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica para professores, agentes de saúde e de saneamento básico indígena em aldeias atendidas pelo LpT no estado de			24-out-11		7.500,00

Rondônia.		
PRODUTO 3: Relatório de planejamento e realização de 2 (duas) oficinas participativas para orientação sobre a tarifa social e o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica para professores, agentes de saúde e de saneamento básico indígena em aldeias atendidas pelo LpT no estado do Mato Grosso.	21-nov-11	7.500,00
PRODUTO 4: Relatório de planejamento e realização de 2 (duas) oficinas participativas para orientação sobre tarifa social e o uso racional, seguro e produtiva da energia elétrica para professores, agentes de saúde e de saneamento básico indígena em aldeias atendidas pelo LpT no estado da Bahia.	21-dez-11	7.500,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Luiz Antônio Falcão de Moura		<b>CPF:</b> 173.297.877-87
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produtos"					
<b>Código do Contrato:</b> 111.075/2011					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do PRODEEM, com foco nos sistemas revitalizados em operação e/ou removidos, devido o acesso à energia convencional provido pelo LpT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
1-mar-11	15-dez-11	90.000,00	0,00	48.000,00	48.000,00
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega	Valor	
PRODUTO 1: Relatório contendo a 1ª etapa do diagnóstico dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM instalados no Estado do Amazonas e previstos para revitalização e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".			1-mai-11	12.000,00	
PRODUTO 2: Relatório contendo a 2ª etapa do diagnóstico dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM, instalados no Estado do Amazonas e no Estado de Roraima, previstos para revitalização e de acordo com as orientações do "Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009".			10-jul-11	12.000,00	

PRODUTO 3: Relatório contendo a 1ª etapa do monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação no Estado do Pará e de acordo com as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009”.	8-ago-11	12.000,00
PRODUTO 4: Relatório contendo a 2ª etapa do monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação no Estado do Pará e no Estado do Amapá e de acordo com as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009”.	10-set-11	12.000,00
PRODUTO 5: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação no Estado do Acre e de acordo com as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009”.	10-out-11	12.000,00
PRODUTO 6: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados do Maranhão e Tocantins, das Fases de I-IV e de acordo com as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009”.	10-nov-11	12.000,00
PRODUTO 7: Relatório contendo monitoramento e avaliação da conformidade da revitalização e/ou remoção dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM em operação nos Estados de Mato Grosso e Rondônia e de acordo com as orientações do “Planejamento do Monitoramento do PRC/PRODEEM/2009”.	9-dez-11	18.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Sérgio Renato Henrique Furegato		<b>CPF:</b> 885.154.358-53
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b>		

**PARTE B, ITEM 40, ANEXO II DA DN TCU 119/12 – CONTRATO DE GESTÃO  
ANEEL/MME**

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da Prestação de Contas do MME e da ANEEL. Em 26 de fevereiro de 2010, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2012, cuja cópia está no Anexo II deste Relatório. O Contrato dispõe que a ANEEL e o MME farão constar dos respectivos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA), a ser enviado ao Tribunal de Contas da União, um tópico específico destinado ao Contrato de Gestão, que deverá contemplar as informações do Relatório Gerencial e do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 9.427/96.

O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Ano 2012, elaborado pela ANEEL e analisado pelo MME por meio do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação, está anexado (Anexo II) a este Relatório.

Ofício nº 005/2013-SPG/ANEEL

Brasília, 27 de fevereiro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
**Ildo Wilson Grüdtner**  
Secretário de Energia Elétrica  
Ministério de Minas e Energia  
Brasília - DF

Assunto: Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão MME – ANEEL - Ano 2012

Senhor Secretário,

Em substituição ao documento enviado por meio do Ofício nº 003/203-SPG/ANEEL, de 14 de fevereiro de 2013, encaminhamos em anexo o Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão MME – ANEEL - Ano 2012 revisado.

2. Solicitamos que, após análise do MME, nos seja encaminhado o Parecer Conclusivo sobre a execução das Metas Anuais, conforme prescreve a Subcláusula Terceira do Contrato.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**RICARDO MARTINS**  
Superintendente de Planejamento da Gestão

48544000 120/2013.00

---

# RELATÓRIO GERENCIAL DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO ANO 2012

---

Ministério de Minas e  
Energia (MME)

Agência Nacional de  
Energia Elétrica (ANEEL)

---



## **Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**

### **Diretoria**

Nelson José Hubner Moreira  
Diretor-Geral

André Pepitone da Nóbrega  
Edvaldo Alves de Santana  
Julião Silveira Coelho  
Romeu Donizete Rufino  
Diretores

### **Superintendência de Planejamento da Gestão**

Ricardo Martins  
**Superintendente de Planejamento da Gestão**

Elaboração

**Andressa Souza Mendes**  
**Fernanda Almeida Proença de Meneses**  
**Lúcia Helena Michels Freitas**

## Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão Ano 2012

### 1. Contexto

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do MME e da ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2010, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2012, o qual tem por objeto a pactuação, entre as partes de diretrizes, desafios, objetivos e metas, definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

Os desafios a serem vencidos pela ANEEL até 2012 desdobram-se em objetivos a serem alcançados no período. Por sua vez, os objetivos desdobram-se em metas para cada ano. As metas fixadas para o exercício de 2012 foram orientadas pelos desafios da Agência, incluídos no tema “Governança Regulatória do Setor Elétrico”, tema central da Agenda de Desafios Estratégicos, que compreende desafios de natureza macroestrutural.

O Contrato de Gestão 2010-2012 fixa as metas anuais para o ano de 2010 e dispõe que as metas serão definidas a cada ano para o exercício seguinte.

Ao final de 2011 foram estabelecidos contatos entre o MME e a ANEEL para a composição das metas do ciclo de 2012, que tiveram seu desdobramento ao longo deste ano. Em 21 de novembro de 2012, a União Federal, por intermédio do MME, e a ANEEL firmaram o 2º Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão, que define as metas para o exercício de 2012.

Conforme estabelecido no Contrato, o acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2012, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais no âmbito da ANEEL.

A avaliação final do cumprimento das metas fixadas para 2012 foi feita após o encerramento do exercício pela ANEEL e documentada neste Relatório, que detalha a metodologia de avaliação adotada.

### 2. Avaliação do Cumprimento das Metas

A metodologia de avaliação, a seguir exposta, considera os desafios e objetivos estratégicos pactuados, que estão resumidos no quadro a seguir:

Desafios		Objetivos	
1	Regular as atividades relacionadas à exploração de energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos, de acordo com políticas e diretrizes do Governo Federal.	1	Estabelecer tarifas de transmissão e de distribuição de Energia Elétrica.
		2	Aprimorar a regulação da geração, transmissão, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.

Desafios		Objetivos	
2	Fiscalizar os serviços de energia elétrica visando a garantia de atendimento aos consumidores em padrões adequados de qualidade, custo, prazo e segurança.	3	Fiscalizar os serviços geração de energia elétrica.
		4	Fiscalizar os serviços de transmissão de energia elétrica.
		5	Fiscalizar os serviços de distribuição de energia elétrica.
		6	Fiscalizar os aspectos econômicos e financeiros dos agentes do setor elétrico.
3	Promover outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, visando a expansão do sistema elétrico nacional.	7	Realizar leilões para outorgas de geração e transmissão de energia elétrica, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico e apoiando o MME na articulação com os órgãos ambientais e de recursos hídricos.
4	Prevenir potenciais conflitos por meio de ações de ouvidoria e mediação que estabeleçam adequado relacionamento entre agentes do setor elétrico e demais atores sociais.	8	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico.
5	Promover a participação pública e a transparência das ações regulatórias do setor elétrico.	9	Realizar e aprimorar as Audiências Públicas e Consultas Públicas, necessárias para subsidiar os processos regulatórios.
		10	Apurar e gerir o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC).

Os objetivos acima indicados desdobram-se em metas, que são desdobradas nas etapas necessárias para o alcance dos resultados esperados. Na maioria dos casos, a meta tem sido constituída de uma etapa única.

O processo de avaliação consiste em aferir o grau, em percentual, de alcance do cumprimento de cada etapa, considerando os seus respectivos pesos. O produto entre o grau de alcance aferido e o peso atribuído para cada etapa corresponderá à sua pontuação aferida. A soma desta pontuação indicará o grau de alcance de cada meta. O valor correspondente ao somatório da *Pontuação Aferida das Etapas* dividido pelo somatório do *Peso das Metas* indicará, de forma percentual, o desempenho institucional.

Portanto, o resultado da avaliação do Contrato de Gestão é representado pelo percentual alcançado do total dos pesos estipulados, que totalizam 100 pontos, ou seja:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso da Metas}} \times 100$$

São propostos os seguintes parâmetros para avaliação do desempenho do Contrato de Gestão:

<b>RESULTADO DA AVALIAÇÃO:</b>	$\geq 75\%$ - Satisfatório
	$<75\%$ e $> 50\%$ - Regular
	$\leq 50\%$ - Insatisfatório

O Quadro a seguir mostra a execução apurada (em pontos percentuais) de cada etapa estabelecida no Anexo ao Contrato de Gestão que define as metas para 2012, conforme o 2º Aditivo Contratual, e apresenta o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas.

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
1	Estabelecer as tarifas de uso do sistema de transmissão e receitas anuais permitidas das transmissoras.	4	Etapa 1 - Estabelecimento das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST para 100% dos usuários do sistema de transmissão.	0,50	100	2
			Etapa 2 - Realização de reajuste anual da receita de 100% das transmissoras.	0,50	100	2
	Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica e a Tarifa Atualizada de Referência – TAR.	6	Realização do reajuste tarifário anual de 50 distribuidoras (38 concessionárias e 12 permissionárias).	1,00	100	6
		6	Realização da revisão tarifária periódica de 58 distribuidoras (32 concessionárias e 26 permissionárias).	1,00	100	6
		3	Realização da revisão tarifária periódica de 13 concessionárias de transmissão de energia elétrica e da revisão da Tarifa Atualizada de Referência – TAR para o ano civil de 2013.	1,00	100	3
2	Aperfeiçoar a regulamentação da CDE e acompanhar o desempenho das usinas participantes.	1	Análise das contribuições recebidas em Audiência Pública, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	1,00	100	1
	Elaborar Resolução que regulamenta o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica.	1	Elaboração de Minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	1,00	0	0
	Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de transmissão.	1	Estabelecer os procedimentos para o cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da tarifa de transporte de Itaipu.	1,00	0	0
	Estabelecer os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, para as 32 concessionárias de distribuição com revisão tarifária programada para 2012.	6	Para cada concessionária, é prevista a apresentação da proposta dos limites de DEC e FEC em três etapas: (i) Apresentação da proposta de estabelecimento dos limites de DEC e FEC da concessionária, por meio de audiência pública; (ii) Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, elaboração da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação; e (iii) Aprovação da proposta pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução.	1,00	100	6
	Acompanhar a execução de 100% dos Planos de Universalização do acesso e uso da energia elétrica.	4	Acompanhamento da execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de concessão.	1,00	100	4
Aprovar as regras aplicáveis à segunda etapa do novo Sistema de Contabilização e Liquidação -	2	Análise e revisão das regras, submissão ao processo de audiência pública, análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica,	1,00	100	2	



Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
	SCL, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.		revisão da minuta, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação, aprovação pela Diretoria e publicação das Resoluções Normativas de aprovação das regras.			
3	Fiscalizar por monitoramento todos os empreendimentos da expansão da geração de energia elétrica e, quando necessário, in loco, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados.	3	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, quando necessário.	1,00	100	3
	Fiscalizar in loco os empreendimentos de geração de energia elétrica, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	2	Fiscalização, in loco, de 35 usinas em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	1,00	100	2
	Fiscalizar in loco os empreendimentos de geração de energia elétrica, com foco no teste de black start.	2	Fiscalização, in loco, de 8 usinas em fase de operação, referentes ao teste de black start.	1,00	100	2
4	Acompanhar, mensalmente, todos os empreendimentos de expansão da transmissão, e todas obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistemico - PMIS, semestralmente, fiscalizando in loco ou por monitoramento, quando necessário.	3	Fiscalização, in loco ou por monitoramento, de 48 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, relacionadas a integrações de usinas, atendimento a capitais sede da Copa 2014, instalações estratégicas e interligações regionais.	1,00	100	3
	Realizar ações de fiscalização, in loco, nas principais instalações de transmissão do SIN com repercussão regional e em estados nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de transmissão/proteção e requisitos de operação.	1	Fiscalização, in loco, de 13 instalações de transmissão do SIN com repercussão em estados e capitais sede da Copa do mundo de 2014 e interligações regionais, nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de transmissão, inclusive no que se refere a verificação dos esquemas especiais de proteção e requisitos de operação.	1,00	100	1
	Coordenar, com ONS, análise de viabilidade e realização de testes nos esquemas especiais de proteção e requisitos de operação em instalações estratégicas.	3	Análise dos esquemas especiais de proteção para verificação de viabilidade de testes abrangendo 23 instalações estratégicas de transmissoras, e acompanhamento da realização dos testes pelo ONS e concessionárias das viáveis para o ano 2012.	1,00	100	3
5	Realizar 70 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica em relação ao atendimento aos consumidores em padrões adequados de	6	Fiscalização realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 70 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	1,00	100	6



Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
	qualidade, custo, prazo e segurança.					
6	Fiscalizar a Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição e a Base de Remuneração em 18 concessionárias, para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária programados para 2012.	5	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária.	1,00	100	5
		8	Fiscalização da Base de Remuneração em 18 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.	1,00	100	8
7	Promover, conforme demanda do MME, 100% dos leilões de geração de energia (Reserva, A-3, A-5, sistemas isolados).	7	Realização dos leilões, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. (Peso 7/n cada leilão)	1,00	100	7
	Outorgar autorizações de geração para 90% dos processos em condições de aprovação, recebidos na SCG no período de janeiro a outubro de 2012.	5	Aprovação dos processos e publicação das respectivas autorizações.	1,00	100	5
	Licitatar, mediante leilões: 100% das obras de transmissão de caráter sistêmico destinadas à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em atendimento ao Plano de Outorgas, aprovadas pelo MME, cujos estudos e relatórios técnicos sejam encaminhados à ANEEL até 1º de agosto de 2012; e 100% das obras de transmissão destinadas às Instalações de Interesse das Centrais Geradoras – ICGs.	7	Realização dos leilões, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. (Peso 7/n cada leilão)	7/n	100	7
	Analisar 50 estudos de inventário e/ou suas complementações.	5	Análise de 50 estudos de inventário.	1,00	100	5
8	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico.	4	Finalização, no primeiro nível de atendimento, de 92% das solicitações recebidas na Central de Teleatendimento da ANEEL, no período de janeiro a dezembro de 2012.	1,00	100	4
9	Finalizar, até 31/12/2012, 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2012, iniciadas até outubro de 2012.	3	Finalização, até 31/12/2012, de 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2012, iniciadas até outubro de 2012.	1,00	100	3
10	Apurar e divulgar o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2012.	2	Contratação dos serviços de pesquisa, treinamento dos entrevistadores, realização da pesquisa de campo, apuração de resultados e divulgação do Índice IASC 2012.	1,00	100	2
<b>Total</b>	-	<b>100</b>	-	-	-	<b>98</b>

O quadro demonstra que o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas foi de 98,00 pontos percentuais. De posse dessa pontuação aferida, procedeu-se ao cálculo do índice de desempenho da instituição, como segue:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso das Metas}} \times 100 \leftrightarrow \frac{98,00 \times 100}{100} = 98,00$$

Pelos aspectos acima expostos, e de acordo com a apuração dos percentuais de realização das metas, a ANEEL alcançou 98 pontos, que correspondem ao índice de desempenho de 98,00%. Dessa maneira, conforme metodologia de avaliação adotada, o índice de desempenho institucional apurado foi classificado como “**Satisfatório**”.

Com relação às metas que foram parcialmente concluídas ou deixaram de ser realizadas, cabe esclarecer:

- Objetivo 2 – A meta “Elaborar Resolução que regulamenta o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica” não foi concluída. Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. A esse respeito, foi promulgada a Lei nº 12.385, de 03/03/2011, que em seu art. 12 altera a Lei nº 10.848, de 15/03/2004, estabelecendo competência ao Poder Concedente para autorizar mudança de combustível em termelétricas. A esse respeito, foram editados o Decreto nº 7.523, de 8 de julho de 2011, regulamentando o art. 21-c, da Lei nº 10.848, de 2004, e as Portarias MME nº 649, de 13 de dezembro de 2011, nº 7, de 5 de janeiro de 2012, e nº 20, de 25 de janeiro de 2012, que regulamentaram, em parte, a garantia do suprimento de combustível. Cabe ressaltar que a Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, alterou a Lei nº 10.848, de 2004, prevendo que as penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível deverá considerar as características específicas de cada fonte energética, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Diante dessa legislação superveniente, a Aneel passou a depender das diretrizes sobre o tema para fins de elaboração de Resolução Normativa.
- Objetivo 2 – A meta “Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de transmissão” não foi concluída. No 1º trimestre de 2012, o regulamento foi submetido ao processo de Audiência Pública nº 072/2011, porém o objeto do trabalho foi alterado em face da publicação da Medida Provisória nº 579/2012 e do Decreto nº 7.805/2012 que determinam o estabelecimento pela ANEEL de nova Receita Anual Permitida e cálculo extraordinário das TUST até 11/12/2012. Dessa forma, as normas nas quais se baseiam o processo submetido à Audiência Pública serão impactadas, podendo ser alteradas, o que ocasionará alterações do texto em análise e nova Audiência Pública.

### 3. Acompanhamento da Execução

O acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2012, por meio de reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais, referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres, realizadas em 26 e 30 de abril, 25 e 26 de julho e 22 e 23 de outubro,

respectivamente. A situação do avanço da execução das metas foi registrada no quadro de acompanhamento apresentado a seguir.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1	Estabelecer as tarifas de uso do sistema de transmissão e receitas anuais permitidas das transmissoras.	Etapa 1 - Estabelecimento das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST para 100% dos usuários do sistema de transmissão.	O processo de Reajuste Anual das Receitas de Transmissão e o de estabelecimento das Tarifas para o Ciclo 2012-2013 é finalizado no mês de junho, com vigência a partir de 1º de julho, assim o prazo para atendimento da demanda é 30 de junho de 2012.	Cumprida Etapa 1: Emitida a Nota Técnica nº 099/2012-SRT/ANEEL, de 22/06/2012, com a minuta de Resolução Homologatória submetida à apreciação na 23ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2012, realizada no dia 26/6/2012. Em 2/7/2012, publicada a Resolução Homologatória nº 1.316, de 26/6/2012.	<u>Etapa cumprida.</u>	<u>Etapa cumprida.</u>
		Etapa 2 - Realização de reajuste anual da receita de 100% das transmissoras.		Cumprida Etapa 2: Emitida a Nota Técnica nº 098/2012-SRT/ANEEL, de 22/6/2012, com a minuta de Resolução Homologatória submetida à apreciação na 23ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2012, realizada no dia 26/6/2012. Em 29/6/2012, publicada a Resolução Homologatória nº 1.313, de 26/6/2012.	<u>Etapa cumprida.</u>	<u>Etapa cumprida.</u>
1	Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica e a Tarifa Atualizada de Referência – TAR.	Realização do reajuste tarifário anual de 50 distribuidoras (38 concessionárias e 12 permissionárias).	Janeiro: Não há reajustes a serem realizados no mês de janeiro. Fevereiro: EBO - ENERGISA BORBOREMA. Março: AMPLA (+ Supr. ENF). As demais serão realizadas conforme a data de aniversário de cada contrato de concessão.	Abril: CPFL PAULISTA, CEMIG (+TUSD DMED), CEMAT, ENERSUL, AES-SUL (+SUPRIMENTO NOVA PLAMA), NOVA PALMA, COELBA, COELCE, COSERN, ESE, CELPE. Maio: Não houve reajustes. Junho: RGE (+SUPRIMENTO DEMEI, ELETROCAR, HIDROPAN E MUXFELDT), DEMEI, ELETROCAR, HIDROPAN, MUXFELDT, CERTEL, CERILUZ, CERMISSÕES, COOPERLUZ, COPREL, CRELUZ-D, CRERAL.	Julho: ELETROPAULO. Agosto: JARI CELULOSE, CELPA, ESCELSA, COOPERALIANÇA, ELEKTRO, CEMAR, EPB, CEAL e CEPISA. Setembro: CELG-D, CEPRAG, CERGAPA, CERMOFUL, CERTREL e COOPERCOCAL.	<u>Meta cumprida.</u> Outubro: BANDEIRANTE, CPFL PIRATININGA e DMED (ex-DMEPC). Novembro: AMAZONAS, BOA VISTA, CERR, LIGHT, CERON, ELETROACRE e CEA. Dezembro: Não foram realizados reajustes tarifários no mês de novembro.
		Realização da revisão tarifária periódica de 58 distribuidoras (32 concessionárias e 26 permissionárias).	Janeiro: Não há revisões a serem realizadas no mês de janeiro. Fevereiro: Todas as revisões tarifárias previstas para este mês foram postergadas para 2013, por	Abril: COELCE (RETROATIVA 2011). Tarifas postergadas: CERPRO, CERRP, CERTAJA, CERCOS. Maio: CAIUÁ-D, PARANAPANEMA, BRAGANTINA, NACIONAL.	Julho: ELETROPAULO, CELTINS e CERIS (postergada). Agosto: CELPA, CELESC, IGUAÇU, JOÃO CESA, ELFSM, URUSSANGA, CEB-DIS, FORCEL, ELEKTRO,	<u>Meta cumprida.</u> Outubro: BANDEIRANTE, CPFL PIRATININGA, CEEE-D e DMED (ex-DMEPC). Foram prorrogadas as tarifas das seguintes

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
			<p>meio da emissão de Resoluções Homologatórias próprias, num total de sete prorrogações (1 de permissionária e 6 de concessionárias)</p> <p>Março: JOÃO CESA - Revisão Tarifária postergada até 13/08/2012 pela RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1264 de 13/03/2012 publicada em 16/03/2012. A revisão tarifária da permissionária CERES também foi prorrogada pela RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.267, DE 20 DE MARÇO DE 2012.</p> <p>As demais revisões serão realizadas conforme a data de aniversário de cada contrato de concessão.</p>	<p>Tarifas postergadas: CERNHE. Junho: EMG, ENF, COPEL-D, COCEL, OESTE.</p> <p>Tarifas postergadas: CERAL ARAPOTI.</p>	<p>CEDRAP (postergada) e CEDRI (postergada).</p> <p>Setembro: CHESP, CEJAMA (postergada), CERAÇÁ (postergada), CERAL ANITÁPOLIS (postergada), CERBRANORTE (postergada), CEREJ (postergada), CERGAL (postergada), CERGRAL (postergada), CERPALO (postergada), CERSUL (postergada), COOPERA (postergada), COOPERMILA (postergada), COORSEL (postergada).</p>	<p>permissionárias: CERIM, CERMC e CETRIL.</p> <p>Novembro: Não foram realizadas revisões tarifárias no mês de novembro.</p> <p>Dezembro: SULGIPE.</p>
		<p>Realização da revisão tarifária periódica de 13 concessionárias de transmissão de energia elétrica e da revisão da Tarifa Atualizada de Referência – TAR para o ano civil de 2013.</p>	<p>As revisões deverão ser iniciadas a partir de Julho/2012, conforme a data de aniversário de cada contrato de concessão. A TAR deverá ser estabelecida até dezembro de 2012.</p>	<p>As revisões deverão ser iniciadas a partir de Julho/2012, conforme a data de aniversário de cada contrato de concessão. A TAR deverá ser estabelecida até dezembro de 2012.</p>	<p>Foi realizada a revisão das seguintes transmissoras: JTE, PCTE, RPTE, IEMG, CHESF (Contrato nº 05/2007), ETES, SPTE, ATE IV, ATE V, CHESF (Contrato nº 010/2007), ATE VI e CHESF (Contrato nº 012/2007), conforme Resolução Homologatória nº 1.299/2012, no total de 12 revisões de transmissoras. Este era o total inicialmente programado para se realizar em 2012. Divergente da identificação de 13, constante na discriminação da referida meta. Portanto, a meta deve ser atualizada para 12.</p> <p>A TAR deverá ser estabelecida até dezembro de 2012.</p>	<p><b>Meta cumprida.</b></p> <p>Dezembro: Estabelecimento do valor da Tarifa Atualizada de Referência — TAR para o cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos — CFURH. (Resolução Homologatória nº 1.401, de 18/12/2012).</p>

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2	Aperfeiçoar a regulamentação da CDE e acompanhar o desempenho das usinas participantes.	Análise das contribuições recebidas em Audiência Pública, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	Foi elaborada minuta de Resolução, precedida de amplo debate com a sociedade, por meio da realização da Audiência Pública nº 043/2011, realizada entre 11 de agosto e 14 de outubro de 2011, incluindo a realização sessão presencial. Nesse processo, recebeu a colaboração e sugestões de órgãos governamentais, empresas, federações e associações relacionadas ao setor, visando lhe assegurar o máximo de legitimidade. Processo ainda não foi deliberado pela Diretoria.	Após a realização da Audiência Pública nº 043/2011, devido às contribuições recebidas, a SRG elaborou nova minuta de Resolução, disponibilizada na Internet desde 08/03/2012 e em virtude dessa reformulação, foram recebidas novas contribuições. Em 27/06/2012, foi solicitada a inscrição do processo em questão na pauta da Reunião Pública Ordinária de 03/07/2012. Sendo assim, o processo deverá ser deliberado em breve pela Diretoria.	<b>Meta cumprida.</b> Foi publicada a Resolução Normativa nº 500 de 17/07/2012 que estabelece os procedimentos para reembolso do custo de combustíveis de empreendimento que utilize carvão mineral nacional, por intermédio da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.	<b>Meta cumprida.</b>
	Elaborar Resolução que regulamenta o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica.	Elaboração de Minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Diante de legislação superveniente, a Aneel passou a depender das diretrizes sobre o tema para fins de elaboração de Resolução Normativa.	Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Diante de legislação superveniente, a Aneel passou a depender das diretrizes sobre o tema para fins de elaboração de Resolução Normativa.	Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Diante de legislação superveniente, a Aneel passou a depender das diretrizes sobre o tema para fins de elaboração de Resolução Normativa.	<b>Meta não cumprida.</b> Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Diante de legislação superveniente, a Aneel passou a depender das diretrizes sobre o tema para fins de elaboração de Resolução Normativa.
	Elaborar e ou atualizar regulamentos do	Estabelecer os procedimentos para o cálculo das Tarifas de	Submetido ao processo de Audiência Pública 072/2011. Em fase de análise as contribuições		A meta não será cumprida: O objeto do trabalho foi alterado em face da publicação da Medida Provisória nº	<b>Meta não cumprida.</b>

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	serviço de transmissão.	Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da tarifa de transporte de Itaipu.	recebidas.		579/2012 e do Decreto nº 7.805/2012 que determinam o estabelecimento pela ANEEL de nova Receita Anual Permitida e cálculo extraordinário das TUST até 11/12/2012. Dessa forma, as normas nas quais se baseiam o processo submetido à Audiência Pública serão impactadas, podendo ser alteradas, o que ocasionará alteração do texto em análise e nova Audiência Pública.	
	Estabelecer os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, para as 32 concessionárias de distribuição com revisão tarifária programada para 2012.	Para cada concessionária, é prevista a apresentação da proposta dos limites de DEC e FEC em três etapas: (i) Apresentação da proposta de estabelecimento dos limites de DEC e FEC da concessionária, por meio de audiência pública; (ii) Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, elaboração da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação; e (iii) Aprovação da proposta pela Diretoria	Nesse trimestre foram cumpridas as seguintes empresas para cada etapa: (i) 12 empresas: Coelce, Bragantina, Caiuá, Nacional, Vale Paranapanema, EMG, ENF, Eletropaulo, Cocel, Copel, CFLO e Celtins; (ii) 1 empresa: Coelce; (iii) 0 empresa.	Nesse trimestre foram cumpridas as seguintes empresas para cada etapa: (i) 10 empresas: Celpa, Celesc, Iguaçu, Elektro, Urussanga, João Cesa, Santa Maria, CEB, Forcel e Chesep; (ii) 11 empresas: Bragantina, Caiuá, Nacional, Vale Paranapanema, EMG, ENF, Eletropaulo, Cocel, Copel, CFLO e Celtins; (iii) 11 empresas: Coelce, Bragantina, Caiuá, Nacional, Vale Paranapanema, EMG, ENF, Eletropaulo, Cocel, Copel e CFLO.	Nesse trimestre foram cumpridas as seguintes empresas para cada etapa: (i) 2 empresas: CEEE-D e Sulgipe; (ii) 4 empresas: CELESC, CEB, DME-D, CPFL-Piratininga e Bandeirante; (iii) 15 empresas: ENF, EMG, COCEL, COPEL-DIS, CFLO, ELETROPAULO, CELTINS, EFLJC, IENERGIA, CELPA, ELEKTRO, EFLUL, ELFSM, FORCEL e CHESP.	<b>Meta cumprida.</b> Todas as 32 concessionárias com revisão tarifária programada para o ano de 2012 passaram pelas 3 etapas para definição dos limites de DEC e FEC. Dessa forma, como resultado do cumprimento das etapas previstas, foram emitidas as seguintes resoluções: REA nº 3456, de 10/4/2012 - COELCE; REA nº 3481, de 8/5/2012 - CNEE; REA nº 3482, de 8/5/2012 - EDEVP; REA nº 3483, de 8/5/2012 - CAIUÁ-D; REA nº 3484, de 8/5/2012 - EEB; REA nº 3522, de 5/6/2012 - ENF; REA nº 3523, de 5/6/2012 - EMG; REA nº 3546, de 16/6/2012 - COCEL; REA nº 3545, de 19/6/2012 - COPEL-DIS; REA nº 3561, de 26/6/2012 - CFLO; REA nº 3573, de 2/7/2012 - ELETROPAULO; REA nº 3577, de 4/7/2012 - CELTINS; REA nº 3613, de 31/7/2012 - EFLJC; REA nº 3614, de

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
		Colegiada e publicação da Resolução.				31/7/2012 - IENERGIA; REA nº 3616, de 31/7/2012 - CELPA; REA nº 3621, de 7/8/2012 - ELEKTRO; REA nº 3622, de 7/8/2012 - EFLUL; REA nº 3623, de 7/8/2012 - ELFSM; REA nº 3612, de 31/7/2012 - CELESC; REA nº 3633, de 20/8/2012 - CEB-DIS; REA nº 3634, de 21/8/2012 - FORCEL; REA nº 3663, de 10/9/2012 - CHESP; REA nº 3683, 2/10/2012 - CPFL Piratininga; REA nº 3687, de 2/10/2012 - BANDEIRANTE; REA nº 3693, de 9/10/2012 - DMED; REA nº 3723, de 23/10/2012 - CEEE-D; REA nº 3779, de 11/12/2012 - SULGIPE; REA nº 3780, de 11/12/2012 - CPFL Sul Paulista; REA nº 3781, de 11/12/2012 - CPFL Santa Cruz; REA nº 3782, de 11/12/2012 - CLFM; REA nº 3783, de 11/12/2012 - CJE; REA nº 3784, de 11/12/2012 CPFL Leste Paulista.
Acompanhar a execução de 100% dos Planos de Universalização do acesso e uso da energia elétrica.	Acompanhamento da execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de concessão.	Das 13 empresas, que tem metas para este ano, 2 empresas enviaram os dados referentes ao primeiro trimestre de 2012: CEAL e ELETROACRE. As demais 11 empresas não enviaram os seus relatórios e serão notificadas para apresentar as devidas informações.	16 distribuidoras (COELCE, ENERSUL, CEMAT, ENERGIPE, CELPA, CEMAR, EMG, CEA, ELETROACRE, CEEE, CEMIG, CEDRI, CEAL, CELTINS, ELEKTRO, COELBA), encaminharam o Relatório de Universalização do 2º Trimestre de 2012 até o dia 31/07, sendo que 7 distribuidoras (CELG, CERR, CHESP, Eletrobras Distribuição Amazonia, Eletrobras Distribuição Piauí,	Em 23/7/2012, foi publicado o Despacho nº 2.344, declarando universalizadas 83 distribuidoras e universalizadas na área urbana e não universalizadas na área rural 18 (dezoito) distribuidoras que se habilitaram para apresentação da revisão do plano de universalização da área rural para análise da ANEEL. Das 18 distribuidoras, CEA e CEAL serão declaradas universalizadas,	<b>Meta cumprida.</b> Em 25 de outubro de 2012, foi publicado o Despacho 3.296, definindo o ano de 2014 como ano limite de universalização das distribuidoras: CELG, CEMIG, CHESP, CEPISA, CERON, Boa Vista e ESE. CEA e CEAL foram declaradas universalizadas. Em 18/12, na 48 Reunião Ordinária da Diretoria, o Dr. Romeu	

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
				<p>Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Roraima) ainda não universalizadas na área rural não encaminharam e serão notificadas. Publicada a REN 488/2012 estabelecendo novas regras para a universalização dos serviços na área rural para o período 2012 a 2014 e definido as novas metas do Programa Luz para Todos (23/05). Recebidas manifestações de 21 empresas sobre o seu processo de universalização (23/06); Recebido do MME o acompanhamento do PLPT com a informação de realização de 43% das metas do PAC2 até o fim do 2º trim (19/07).</p>	<p>sendo que das demais, 10 distribuidoras, CEMIG, ESE, CEMAR, ENERSUL, CELTINS, COELBA, CEMAT, Eletrobras Distribuição Amazonas, Eletrobras Distribuição Acre, CELPA encaminharam o relatório trimestral de universalização. 6 distribuidoras, CELG, CER, CHESP, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Rondônia e Eletrobras Distribuição Roraima não encaminharam e serão notificadas.</p>	<p>solicitou vistas do processo que estabelecia o ano limite de universalização das distribuidoras: CEMAR, ENERSUL, CELTINS, COELBA, CEMAT, CER, Eletrobras Distribuição Amazonas e Eletrobras Distribuição Acre. Sobre o relatório de acompanhamento, 11 distribuidoras (ENERSUL, CEMAT, ENERGEPIE, CELPA, CEMAR, ELETROACRE, CEMIG, CEAL, CELTINS, COELBA, AMAZONAS), encaminharam o Relatório de Universalização do 4º Trimestre de 2012 até o dia 31/01, sendo que 6 distribuidoras (CELG, CERR, CHESP, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Roraima) ainda não universalizadas na área rural não encaminharam e serão notificadas.</p>
<p>Aprovar as regras aplicáveis à segunda etapa do novo Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.</p>	<p>Análise e revisão das regras, submissão ao processo de audiência pública, análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da minuta, instrução do processo e envio deste à</p>	<p>1 módulo está em fase de análise e revisão, para posterior submissão ao processo de audiência pública. O módulo restante ainda não foi recebido da CCEE.</p>	<p>1 módulo está em fase de análise e revisão, para posterior submissão ao processo de audiência pública. O módulo restante ainda não foi recebido da CCEE.</p>	<p>Todos os módulos foram aprovados, com exceção de dois anexos das Regras de Comercialização e Liquidação - Novo SCL - os módulos Formação do Preço para Liquidação das Diferenças - PLD" e "Glossário de Termos/Interpretações e Relação de Acrônimos" - , que já foram, todavia, submetidos à Audiência Pública nº 063/2012, afim de se obter subsídios para o aperfeiçoamento das</p>	<p><b>Meta cumprida.</b> A Resolução Normativa nº 511, de 23/10/2012, aprovou as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Novo Sistema de Contabilização e Liquidação – Novo SCL, na forma dos seguintes módulos: I - Módulo de Formação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD; e</p>	

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
		Diretoria para deliberação, aprovação pela Diretoria e publicação das Resoluções Normativas de aprovação das regras.			propostas.	II - Módulo de Glossário de Termos/Interpretações e Relação de Acrônimos.
3	Fiscalizar por monitoramento todos os empreendimentos da expansão da geração de energia elétrica e, quando necessário, in loco, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados.	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, quando necessário.	No 1º trimestre de 2012, foram realizadas 64 fiscalizações relativas a expansão da geração (com emissão de Termos de Notificação e Relatórios de Fiscalização). Deste total, 41 foram realizadas diretamente pela ANEEL (13 em campo e 28 a distância) e 23 de forma descentralizada pelas agências estaduais (23 a distância). Considerando que 178 usinas estão com obras em andamento, a fiscalização realizada no período corresponde a 35,96% das usinas. Além disso, foi realizado o acompanhamento a distância baseado na análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes, inclusive dos 413 empreendimentos outorgados que ainda não tiveram obras iniciadas ou que estão paralisadas.	Tendo como referência os valores acumulados até o 2º trimestre de 2012, foram realizadas 185 fiscalizações relativas a expansão da geração (com emissão de Termos de Notificação e Relatórios de Fiscalização). Deste total, 84 foram realizadas diretamente pela ANEEL e 101 de forma descentralizada pelas Agências Estaduais (Obs.: esses números incluem fiscalizações em campo e à distância). Considerando que existem 174 usinas que estão com obras em andamento (dados referentes a Julho/2012 - incluindo: 53 PCHs, 37 UTEs, 14 UHEs e 70 EOLs), as fiscalizações realizadas no período correspondem a 100% das usinas (sendo que as fiscalizações superam o número de usinas, por ter havido necessidade de mais de uma fiscalização em alguns empreendimentos). Ressalta-se que todas as usinas são monitoradas à distância, por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes.	Tendo como referência os valores acumulados até o 3º trimestre de 2012, foram realizadas 205 fiscalizações relativas a expansão da geração (com emissão de Termos de Notificação e Relatórios de Fiscalização). Deste total, 87 foram realizadas diretamente pela ANEEL e 118 de forma descentralizada pelas Agências Estaduais (Obs.: esses números incluem fiscalizações em campo e à distância). Considerando que existem 180 usinas que estão com obras em andamento (dados referentes a Out/2012 - incluindo: 45 PCHs, 28 UTEs, 13 UHEs e 94 EOLs), as fiscalizações realizadas no período correspondem a 100% das usinas (sendo que as fiscalizações superam o número de usinas, por ter havido necessidade de mais de uma fiscalização em alguns empreendimentos). Ressalta-se que todas as usinas são monitoradas à distância, por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes.	<b>Meta cumprida.</b> Tendo como referência os valores acumulados até o 4º trimestre de 2012, foram realizadas 308 fiscalizações relativas a expansão da geração (com emissão de Termos de Notificação e Relatórios de Fiscalização). Deste total, 94 foram realizadas diretamente pela ANEEL e 214 de forma descentralizada pelas Agências Estaduais (Obs.: esses números incluem fiscalizações em campo e à distância). Considerando que existem 200 usinas que estão com obras em andamento (dados referentes a Jan/2013 - incluindo: 45 PCHs, 31 UTEs, 13 UHEs e 111 EOLs), as fiscalizações realizadas no período correspondem a 100% das usinas (sendo que as fiscalizações superam o número de usinas, por ter havido necessidade de mais de uma fiscalização em alguns empreendimentos). Ressalta-se que todas as usinas são monitoradas à distância, por meio da análise dos relatórios de

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
						progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes.
	Fiscalizar in loco os empreendimentos de geração de energia elétrica, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	Fiscalização, in loco, de 35 usinas em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	No 1º trimestre de 2012, não foram concluídas (com emissão de Termos de Notificação e Relatórios de Fiscalização) as fiscalizações relativas ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção, embora tenham sido realizados os trabalhos de campo em 14 usinas em operação.	Até o 2º trimestre de 2012 foram realizadas 16 fiscalizações relativas ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção. Tendo como referência as 35 fiscalizações previstas, conclui-se que as fiscalizações realizadas correspondem a 45,7% da meta.	Até o 3º trimestre de 2012 foram realizadas 25 fiscalizações relativas ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção. Tendo como referência as 35 fiscalizações previstas, conclui-se que as fiscalizações realizadas correspondem a 71,4% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Até o 4º trimestre de 2012 foram realizadas 43 fiscalizações relativas ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção. Tendo como referência as 35 fiscalizações previstas, conclui-se que as fiscalizações realizadas correspondem a 123% da meta.
	Fiscalizar in loco os empreendimentos de geração de energia elétrica, com foco no teste de black start.	Fiscalização, in loco, de 8 usinas em fase de operação, referentes ao teste de black start.	No 1º trimestre de 2012, não foram concluídas (com emissão de Termos de Notificação e Relatórios de Fiscalização) as fiscalizações relativas ao teste de black start, embora tenham sido realizados os trabalhos de campo em 02 usinas em operação.	Até o 2º trimestre de 2012 foram realizadas 7 das 8 fiscalizações previstas para o teste de black start, tendo sido realizadas nas seguintes usinas: UHE Ibitinga, UHE Jaguará, UHE Capivara, UHE Taquaruçu, UHE Porto Primavera, UTE Rio Acre, UHE Samuel. Sendo assim, as fiscalizações realizadas correspondem a 87,5% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Até o 3º trimestre de 2012 foram realizadas as 8 fiscalizações previstas para o teste de black start, tendo sido realizadas nas seguintes usinas: UHE Ibitinga, UHE Jaguará, UHE Capivara, UHE Taquaruçu, UHE Porto Primavera, UTE Rio Acre, UHE Samuel e UHE Emborcação. Sendo assim, as fiscalizações realizadas correspondem a 100% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Até o 4º trimestre de 2012 foram realizadas 10 fiscalizações para o teste de black start, tendo sido realizadas nas seguintes usinas: UHE Ibitinga, UHE Jaguará, UHE Capivara, UHE Taquaruçu, UHE Porto Primavera, UTE Rio Acre, UHE Samuel, UHE Emborcação, UHE Tucuruí e UHE Luiz Gonzaga. Sendo assim, as fiscalizações realizadas correspondem a 125% da meta.
4	Acompanhar, mensalmente, todos os empreendimentos de expansão da transmissão, e todas obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico - PMIS, semestralmente,	Fiscalização, in loco ou por monitoramento, de 48 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, relacionadas a integrações de usinas, atendimento a capitais sede da Copa 2014, instalações	Foram realizadas 4 das 48 dessas fiscalizações, que correspondem a 8,33% da meta.	Foram realizadas 25 das 48 dessas fiscalizações, que correspondem a 52,08% da meta.	Foram realizadas 30 das 48 dessas fiscalizações que correspondem a 62,5%	<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 49 das 48 dessas fiscalizações que correspondem a 102,08% da meta.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	fiscalizando in loco ou por monitoramento, quando necessário.	estratégicas e interligações regionais.				
	Realizar ações de fiscalização, in loco, nas principais instalações de transmissão do SIN com repercussão regional e em estados nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de transmissão/proteção e requisitos de operação.	Fiscalização, in loco, de 13 instalações de transmissão do SIN com repercussão em estados e capitais sede da Copa do mundo de 2014 e interligações regionais, nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de transmissão, inclusive no que se refere a verificação dos esquemas especiais de proteção e requisitos de operação.	Foi realizada 1 das 13 dessas fiscalizações, que corresponde a 7,69% da meta.	Foi realizada 1 das 13 dessas fiscalizações, que corresponde a 7,69% da meta.	Foi realizada 1 das 13 dessas fiscalizações que corresponde a 7,69%	<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 14 das 13 dessas fiscalizações que corresponde a 107,69% da meta.
	Coordenar, com ONS, análise de viabilidade e realização de testes nos esquemas especiais de proteção e requisitos de operação em instalações estratégicas.	Análise dos esquemas especiais de proteção para verificação de viabilidade de testes abrangendo 23 instalações estratégicas de transmissoras, e acompanhamento da realização dos testes pelo ONS e concessionárias das viáveis para o ano 2012.	A análise ainda não foi realizada.	A análise ainda não foi realizada.	Esta atividade está em andamento. Atualmente o ONS identificou a viabilidade dos testes de SEPs para os anos de 2012 e 2013. Alguns serão viáveis para o ano de 2012 e serão acompanhados pela SFE, porém a maioria será realizada em 2013. O andamento desta meta está sendo acompanhado pelo processo de fiscalização nº 48500.003522/2012-09.	<b>Meta cumprida.</b> A meta refere-se à coordenação e análise da viabilidade de realização dos testes nos esquemas especiais. Conforme descrito, a coordenação foi realizada e a análise de viabilidade também. Devido às grandes ocorrências do ano de 2012, o sistema interligado não dispôs de condições de segurança suficientes para que os testes fossem viáveis. Por meio do Ofício nº 068/2012-SFE/ANEEL,

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
						de 9/2/2012, a SFE solicitou ao ONS a elaboração no prazo de 30 dias de cronograma de testes de SEPs onde fosse viável. Em virtude de resposta não aceitável, foi emitido o Termo de Notificação nº 111/2012-SFE, no qual foi determinada a apresentação das informações demandadas pelo Ofício 068/2012. Em seguida, o ONS apresentou cronograma de testes nos SEPs. Contudo, em virtude das contingências enfrentadas ao longo de 2012, os testes foram agendados para o ano de 2013.
5	Realizar 70 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica em relação ao atendimento aos consumidores em padrões adequados de qualidade, custo, prazo e segurança.	Fiscalização realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 70 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	Foi realizada 34 das 70 dessas fiscalizações, que corresponde a 48,57% da meta.	Foram realizadas 111 das 70 dessas fiscalizações, que corresponde a 48,57% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 206 das 70 dessas fiscalizações, que corresponde a 294,28% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 262 das 70 dessas fiscalizações, que corresponde a 374,28% da meta.
6	Fiscalizar a Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição e a Base de Remuneração em	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de	Foram fiscalizadas 19 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 30% da meta.	Foram fiscalizadas 35 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 55,5% da meta.	Foram fiscalizadas 55 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 87,3% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram fiscalizadas 63 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 100% da meta.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	18 concessionárias, para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária programados para 2012	reajuste e revisão tarifária. Fiscalização da Base de Remuneração em 18 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.	Foram fiscalizadas 7 concessionárias na meta de 18 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 39% da meta.	Foram fiscalizadas 17 concessionárias na meta de 18 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 94,4% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram fiscalizadas 19 concessionárias na meta de 18 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 105,6% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Meta cumprida. Foram fiscalizadas 21 concessionárias na meta de 18 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 117% da meta.
7	Promover, conforme demanda do MME, 100% dos leilões de geração de energia (Reserva, A-3, A-5, sistemas isolados).	Realização dos leilões, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. (Peso 7/n cada leilão)	O Leilão nº 001/2012 (A-3) previsto para ser realizado em 22/3/2012 foi adiado para 28/6/2012, conforme Portaria MME nº 514, de 6/3/2012. Não foram previstos outros leilões para realização no 1º trimestre de 2012.	Os leilões previstos para o primeiro semestre de 2012, Leilão 001/2012 (A - 3), previsto para 28/6/2012. foi adiado para 11/10/2012. O Leilão 004/2012 (A - 5 - fonte hídrica), previsto para 26/4/2012 foi revogado por meio da Portaria MME 136/2012. Está prevista a realização do Leilão nº 006/2012 (A - 5 - todas as fontes) em 25/10/2012. Portaria MME 313, 23/5/2012.	Os leilões previstos para o primeiro semestre de 2012, Leilão 001/2012 (A - 3), previsto para 28/6/2012 e adiado para 11/10/2012, foi novamente adiado para 12/12/2012 - Portaria MME 539, 20/09/2012. O Leilão 004/2012 (A - 5 - fonte hídrica), previsto para 26/4/2012 foi revogado por meio da Portaria MME 136/2012. Foi prevista a realização do Leilão nº 006/2012 (A - 5 - todas as fontes) em 25/10/2012 adiado para o dia 14/12/2012. Portaria MME 540, 20/09/2012.	<b>Meta cumprida.</b> Foi realizado o Leilão nº 006/2012 (A - 5) em 14/12/12 - todas as fontes. O Leilão nº 001/2012 (A - 3) foi cancelado por meio da Portaria nº 603, 29/11/2012.
	Outorgar autorizações de geração para 90% dos processos em condições de aprovação, recebidos na SCG no período de janeiro a outubro de 2012.	Aprovação dos processos e publicação das respectivas autorizações.	Foram concluídos 17,24% dos requerimentos de outorga recebidos entre janeiro e junho de 2012, que estavam com documentação completa para a instrução enviadas para a SCG. Dos 29 requerimentos de outorga protocolados na ANEEL, 5 foram instruídos com Resoluções Autorizativas publicadas, e 24 estavam em análise. Desses, 17 estão aguardando informações, seja do empreendedor, seja em análise em outra área e 4 com instrução concluída, em condições de ser deliberado.	Foram concluídos 60,61% dos requerimentos de outorga recebidos entre janeiro e setembro de 2012, que estavam com documentação completa para a instrução enviadas para a SCG. Para a aferição também foram contabilizados os requerimentos anteriores a janeiro de 2012 que completaram a documentação necessária para a instrução no ano de 2012. Dos 49 requerimentos de outorga protocolados na ANEEL em 2012, 6 foram instruídos com Resoluções Autorizativas publicadas, 13 estão em análise em vias de	<b>Meta cumprida.</b> Foram concluídos 93,65% dos requerimentos de outorgas recebidos entre janeiro e outubro de 2012.  Foram recebidos pela SCG 63 requerimentos de outorga com a documentação completa até outubro de 2012. Desses 63, 59 outorgas foram publicadas e 4 requerimentos não tiveram sua instrução concluída até dezembro de 2012, e estão em fase de finalização da	

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
					<p>finalização ou de ser deliberado pela Diretoria (somando 19 em condições de outorga) e 30 estão aguardando informações, seja do empreendedor, seja de outra área (retirados da contabilização por estarem com doc incompleta). Além dos 19 requerimentos de 2012 em condições de outorga foram somados no total 14 requerimentos anteriores a janeiro de 2012 que completaram a documentação em 2012 e tiveram as outorgas publicadas. Assim, do total de 33 requerimentos, 20 foram outorgados. Não estão contabilizados os requerimentos de Despacho de Requerimento de Outorga (DRO).</p>	<p>análise (59/63 = 93,65%).</p> <p>97 Requerimentos de outorga não estavam com a documentação completa até outubro de 2012, portanto foram retirados da contabilização.</p> <p>Não estão contabilizados os requerimentos de Despacho de Requerimento de Outorga (DRO) e respectivos Despachos publicados.</p>
Licitar, mediante leilões: 100% das obras de transmissão de caráter sistêmico destinadas à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em atendimento ao Plano de Outorgas, aprovadas pelo MME, cujos estudos e relatórios técnicos sejam encaminhados à ANEEL até 1º de agosto de 2012; e 100% das obras de transmissão destinadas às	Realização dos leilões, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. (Peso 7/n cada leilão)	Foi realizado em 9/3/2012 o Leilão de Transmissão n° 002/2012 que licitou 1.709,00 km de linhas de transmissão, 2.160 MVA de potência de transformação, com investimentos previstos na ordem de 2,9 bilhões de reais e geração de cerca de 11 mil empregos diretos.	Foram realizados em 20/04/2012 e em 6/6/2012 os Leilões de Transmissão n° 003/2012 e n° 005/2012 que respectivamente licitaram 346,00 km e 602,00 km de linhas de transmissão, 2.650 MVA e 625 MVA de potência de transformação, com investimentos previstos na ordem de 418 e 883 milhões de reais e geração de cerca de 2.664 e 4.207 empregos diretos.	Está prevista para a semana de 23 de outubro, a publicação do Edital do Leilão de Transmissão n° 007/2012.	<p><b>Meta cumprida.</b> Foi realizado em 19/12/2012 o Leilão de Transmissão n° 007/2012 que licitou 3.398,67 km de linhas de transmissão, 1.848,98 MVA de potência de transformação, com investimentos previstos na ordem de 4,1 bilhões de reais e geração de cerca de 14 mil empregos diretos.</p>	

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	Instalações de Interesse das Centrais Geradoras - ICGs.					
	Analisar 50 estudos de inventário e/ou suas complementações.	Análise de 50 estudos de inventário.	Foram analisados 22 estudos de inventário hidrelétrico no primeiro trimestre de 2012, tendo sido aprovados 9, totalizando a aprovação de 740,46 MW. O que significa o cumprimento de 44% da meta.	Foram analisados 19 estudos de inventário hidrelétrico no segundo trimestre de 2012, desses, foram aprovados 7, agregando 2.727,76 MW. No total acumulado no primeiro semestre, foram analisados 41 estudos de inventário o que significa o cumprimento de 82% da meta. Foram aprovados, no total, 16 estudos que somam 3.468,22 MW.	No total, foram analisados 50 estudos de inventário hidrelétrico até o terceiro semestre de 2012. Assim, até o momento foram analisados 50 estudos de inventário o que significa o cumprimento de 100% da meta, sendo que desse total foram aprovados 22 estudos de inventário hidrelétrico totalizando 3.552,28 MW.	<b>Meta cumprida.</b> Foram analisados 81 estudos de inventário o que significa o cumprimento de 100% da meta. Foram aprovados, no total, 37 estudos que somam 4.160,40 MW.
8	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico.	Finalização, no primeiro nível de atendimento, de 92% das solicitações recebidas na Central de Teleatendimento da ANEEL, no período de janeiro a dezembro de 2012.	90,33% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento. Até o momento a meta não foi atendida em sua totalidade (98,18%).	No período entre 1/4 e 30/6/2012, 89% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento, o que representa o cumprimento de 96,73% da meta. No período entre 1/1/2012 a 30/6/2012, 89,66% das solicitações de ouvidoria recebidas pela CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento, o que representa o cumprimento de 97,45% da meta.	No período entre 1/7 e 30/9/2012, 90,40% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento, o que representa o cumprimento de 98,26% da meta. No período entre 1/1/2012 a 30/9/2012, 90,41% das solicitações de ouvidoria recebidas pela CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento, o que representa o cumprimento de 98,27% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> No período entre 1/10 e 31/12/2012, 85,54% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento, o que representa o cumprimento de 92,97% da meta. No período entre 1/1/2012 a 31/12/2012, 88,54% das solicitações de ouvidoria recebidas pela CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento, o que representa o cumprimento de 96,23% da meta.
9	Finalizar, até 31/12/2012, 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2012, iniciadas até outubro de 2012.	Finalização, até 31/12/2012, de 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2012, iniciadas até outubro de 2012.	No período entre 1/1 e 31/3/2012, foram instauradas 19 audiências e 2 consultas públicas, das quais foram finalizadas 13 audiências e 2 consultas públicas. (71%)	No período entre 1/4 e 30/6/2012, foram instauradas 31 audiências e 3 consultas públicas, destas foram finalizadas 21 audiências e 2 consultas públicas. No período de 1/1 a 30/6 foram instauradas 50 audiências e 5 consultas públicas, das quais foram finalizadas 40 audiências	No período entre 1/7 e 30/9/2012, foram instauradas 11 audiências e 7 consultas públicas, destas foram finalizadas 0 audiência e 5 consultas públicas. No período de 1/1 a 30/9 foram instauradas 76 audiências e 10 consultas públicas, das quais foram finalizadas 63 audiências e 8 consultas	<b>Meta cumprida.</b> No período entre 1/10 e 31/12/2012, foram instauradas 45 audiências e 3 consultas públicas, destas foram finalizadas 37 audiências e 2 consultas públicas. No período de 1/1 a 31/12 foram instauradas 111 audiências e 13 consultas

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
				e 4 consultas públicas (80%).	públicas (82,5%).	públicas, das quais foram finalizadas 103 audiências e 12 consultas públicas (92,7%). Até outubro de 2012 foram iniciadas 89 audiências e 10 consultas públicas, todas finalizadas até o fim do mesmo ano (100%).
10	Apurar e divulgar o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2012.	Contratação dos serviços de pesquisa, treinamento dos entrevistadores, realização da pesquisa de campo, apuração de resultados e divulgação do Índice IASC 2012.	Foi iniciado o processo de contratação para realização da 13ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor (IASC - 2012). A meta tem conclusão prevista para o 4º trimestre.	Realizada solicitação de disponibilidade orçamentária e financeira (17/04), elaborada Nota Técnica 006/2012-SRC/ANEEL e o Termo de Referência estabelecendo o valor e condições para a licitação (16/04); elaborada Nota Técnica 011/2012-SRC/ANEEL e o Termo de Referência revisando o valor e condições para a licitação (24/05); publicado Despacho da SLC autorizando a licitação, Parecer 0317/2012/PGE-ANEEL/PGF/AGU aprovando a minuta de edital (11/06), Publicado o Aviso de Licitação no DOU (15/06), Publicado no DOU o adiamento do Pregão para o dia 06/07 (25/06).	Foi realizado em 6/7/2012 o pregão eletrônico nº 43/2012, cujo objeto foi a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de pesquisa de opinião, que adjudicou como vencedora a empresa PESKIZE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA. Em 27/7/2012, foi realizado pela ANEEL o sorteio público dos municípios que participaram da avaliação da satisfação do consumidor relativa aos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. Em 31/7/2012, foi assinado o contrato nº 0265/2012-SLC/ANEEL, com vigência de 31/7/2012 a 31/01/2013. Foram realizados treinamentos de pesquisadores pela Peskize, com acompanhamento da ANEEL, nas cidades de São Paulo (em 29/08), Porto Alegre (em 30/08), Fortaleza (em 31/08) e Brasília (em 03/09). Em 3 de setembro de 2012, teve início, em diversos municípios, o trabalho de campo da 13ª edição da pesquisa anual que apura o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC). O trabalho de campo foi acompanhado pela SRC/ANEEL nas seguintes localidades: Porto Alegre (em 11/9),	<b>Meta cumprida.</b> Após o encerramento da etapa de campo, a SRC procedeu à auditoria dos questionários, por amostragem, tendo por objetivo avaliar a qualidade do preenchimento dos questionários e efetuar diligência junto aos consumidores entrevistados. Com a aprovação dos dados esta superintendência passou a etapa de cálculos dos Índices ANEEL de Satisfação do Consumidor e produção dos relatórios de cada distribuidora e do Relatório Brasil IASC 2012. Por fim, em 13/12/2012 foi realizada a cerimônia de premiação do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) no auditório do CEPAT. O Prêmio IASC Brasil 2012 foi conquistado pela concessionária Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN, pertencente à categoria "Sul/Sudeste/ Centro-Oeste até 30 mil unidades consumidoras", com o índice de 74,20 pontos.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
					Belém (em 11/9), São Paulo (em 12/9), Rio de Janeiro (em 18/9) e Recife (em 21/9).	

## 5. Conclusão

Em face do exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas do Contrato de Gestão fixadas para o ano de 2012, a ANEEL alcançou o índice de desempenho de **98,00%**, o que é considerado um índice de desempenho institucional “**Satisfatório**”, de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
Secretaria de Energia Elétrica  
Assessoria Especial de Gestão Estratégica

**NOTA TÉCNICA Nº 2/2013-SEE-MME**

**Assunto: Contrato de Gestão MME/ANEEL. Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME sobre a execução das Metas Anuais descritas no "Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão - Exercício de 2012".**

**Referência: Parecer Conclusivo do MME, Execução das Metas do Contrato de Gestão, Exercício 2012.**

**INTRODUÇÃO**

1. O Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de Contrato de Gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria da ANEEL e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo Art. 7º dispõe que o Contrato de Gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia, da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do MME e da ANEEL.

2. A União Federal, por intermédio do MME, e a ANEEL celebraram Contrato de Gestão em 26 de fevereiro de 2010, com vigência até 31 de dezembro de 2012, conforme preconiza o Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 e o Art. 2º do Anexo I do Decreto nº 2.335/1997.

3. O Contrato de Gestão tem por objeto a pactuação, entre o MME e a ANEEL, de diretrizes, desafios, objetivos e metas definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

**ANÁLISE**

4. Pela Cláusula Sétima, do Contrato de Gestão, Subcláusula Segunda, que diz respeito ao Acompanhamento e Avaliação, a ANEEL se obriga a encaminhar anualmente ao MME, até 40 dias após o término do exercício, o Relatório Gerencial de execução das metas do Contrato de Gestão, referente ao ano anterior.

5. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano de 2012, da ANEEL, analisado pelos técnicos do MME e da ANEEL durante reunião realizada em 18 de fevereiro de 2013, foi encaminhado ao MME pelo Ofício nº 005/2013-SPG/ANEEL, de 27 de fevereiro de 2013, com a finalidade de cumprir a Cláusula Sétima do Contrato de Gestão.

6. Os 10 objetivos estratégicos, definidos para serem alcançados em 2012, desdobraram-se em 23 metas e estas em 27 etapas necessárias para alcance dos resultados esperados.

7. O acompanhamento da execução das metas para o exercício de 2012, foi realizado por meio de reunião contando com a participação de técnicos do MME e da ANEEL, na data de 18 de fevereiro de 2013.

8. A análise do Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano de 2012, da ANEEL, que levou em conta as premissas definidas na Cláusula Terceira do Contrato de Gestão, indicaram que 2 metas, do ano de 2012, não foram concluídas e 21 metas foram concluídas.

9. Com relação às metas que deixaram de ser concluídas, cabe ressaltar:

- A meta “Elaborar Resolução que regulamenta o Início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica” não foi concluída devido a fatores alheios à ANEEL. Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. A esse respeito foi promulgada a Lei nº 12.385/2011 que, em seu Art. 12, altera a Lei nº 10.848/2004, estabelecendo competência ao Poder Concedente para autorizar mudança de combustível em termelétricas. A esse respeito foram editados o Decreto nº 7.523/2011, regulamentando o Art. 21-c, da Lei nº 10.848/2004 e a Portaria MME nº 649/2011, Portaria MME nº 7/2012 e Portaria MME nº 20/2012 que regulamentaram, em parte, a garantia do suprimento de combustível. Ressalte-se que a Lei nº 12.375/2010 alterou a Lei nº 10.848/2004, prevendo que as penalidades, por falta de combustível, para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível deverão considerar as características específicas de cada fonte energética conforme diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Diante dessa legislação superveniente, a ANEEL passou a depender das diretrizes sobre o tema para fins de elaboração de Resolução Normativa;
- A meta “Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de transmissão” não foi concluída tendo em vista que a Medida Provisória nº 579/2012 (transformada na Lei nº 12.783/2013) e do Decreto nº 7.805/2012, alteram as bases para o cálculo de nova Receita Anual Permitida, cálculo extraordinário das tarifas de utilização dos sistemas de transmissão (TUST) e da tarifa de Itaipu. O tema será submetido à audiência pública ao longo de 2013.

## CONCLUSÃO

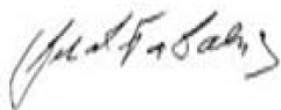
10. As avaliações das metas institucionais da ANEEL para o ano de 2012, pactuadas no Contrato de Gestão, possibilitaram concluir que a ANEEL teve excelente desempenho, tendo alcançado 98 % de realização das metas.

11. As metas não concluídas, descritas no item 9 desta NOTA TÉCNICA, continuam em desenvolvimento e poderão ser atingidas, ao longo de 2013.

12. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Exercício 2012, da ANEEL, apresentado na reunião de 18 de fevereiro de 2013, e encaminhado ao MME por meio do Ofício nº 005/2013-SPG/ANEEL, de 27 de fevereiro de 2013, está aprovado.

13. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Ano 2012, da ANEEL e esta NOTA TÉCNICA, que constitui o Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação, do MME, integrarão a Prestação de Contas Anual do MME e da ANEEL, para o exercício de 2012, em cumprimento ao § 1º do Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 e Subcláusula Quinta da Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, a serem enviadas ao Tribunal de Contas da União – TCU, em tópico específico do Relatório de Gestão do MME e da ANEEL, conforme definido na Decisão Normativa TCU nº 119/2012.

Brasília, 4 de março de 2013.



**GUALTER DE CARVALHO MENDES**  
Coordenador-Geral de Monitoramento dos  
Recursos Hídricos e Ambientais



**JOÃO CLÁUDIO LIMA DE FRANCO**  
Assessor Técnico

## **ANEXO**

### **RELATÓRIOS AGREGADOS**

- I. Secretaria de Energia Elétrica – SEE**
- II. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE**
- III. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM**
- IV. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG**